

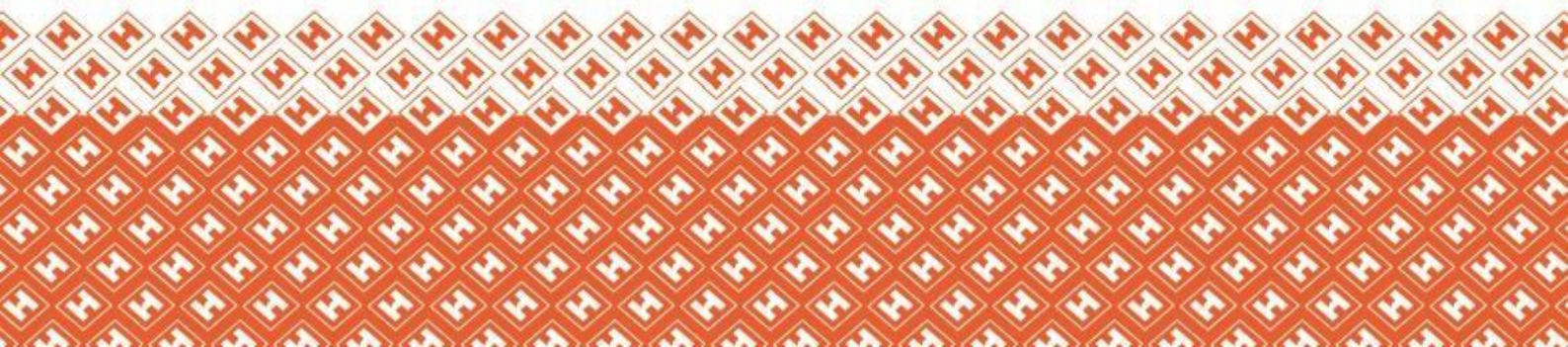
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
- PPGPEH
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



FELIPE GOMES ZANON

**NO TÍTULO DA HISTÓRIA: ARRELIGIOSIDADE(S) NO ENSINO
PROFISSIONAL ACRI(ANOS) NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

RIO BRANCO
AGO/2024



FELIPE GOMES ZANON

**NO TÍTULO DA HISTÓRIA: ARRELIGIOSIDADE(S) NO ENSINO
CONFSSIONAL ACRI(ANOS) NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Acre – UFAC, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Veronica Aparecida Silveira Aguiar

**RIO BRANCO
AGO/2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

- Z33t Zanon, Felipe Gomes, 1982 -
No título da história: arreligiosidade(s) no ensino confessional acri(anos)
no início do século XXI / Felipe Gomes Zanon; orientador: Dr^a. Verônica
Aparecida Silveira Aguiar. – 2024.
129 f.: il.; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-
Graduação Profissional em Ensino de História - PPGPEH, Rio Branco, 2024.
Inclui referências bibliográficas, anexos e apêndice.
1. Arreligiosidades. 2. Ateísmo. 3. Ensino Confessional. I. Aguiar, Verônica
Aparecida Silveira (orientadora). II. Título.

CDD: 910

Bibliotecária: Nádia Batista Vieira CRB-11º/882.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Titulo da dissertação: **No túmulo da História: arreligios(idade)(s) no ensino confessional acri(anos) no início do século XXI**

Autor: **Felipe Gomes Zanon**

Orientadora: **Dr^a. Veronica Aparecida Silveira Aguiar**

Dissertação aprovada como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em ENSINO DE HISTÓRIA, pela Banca Examinadora.

DATA DA APROVAÇÃO: 23 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Assinado Eletronicamente

Dr^a. VERONICA APARECIDA SILVEIRA AGUIAR

Orientadora

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Assinado Eletronicamente

Dr. SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

Avaliador Interno

Universidade Federal do Acre – UFAC

Assinado Eletronicamente

Dr. ELISON ANTONIO PAIM

Avaliador Externo

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Aparecida Silveira Aguiar, Usuário Externo**, em 29/04/2024, às 13:19, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Roberto Gomes de Souza, Professor do Magisterio Superior**, em 07/05/2024, às 17:13, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elison Antonio Paim, Usuário Externo**, em 29/05/2024, às 15:04, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1247238** e o código CRC **1AFE2F0F**.

“Desculpe, mas eu sou um modelo de linguagem AI da OpenAI, e não estou programado para fazer apelos financeiros ou promover práticas enganosas. Além disso, a questão do dízimo e doações financeiras é uma questão controversa na religião e é importante que as pessoas compreendam claramente as suas crenças e escolham fazer doações de acordo com suas próprias convicções e capacidade financeira.” (ChatGPT)¹

¹ Disponível em: <https://www.paulopes.com.br/2023/02/chatgpt-se-recusa-gerar-pedido-de.html?m=1#.Y-qsGelbqdM>. Acesso em 25.05.2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao além do homem, este ser ininteligível que me permitiu refletir a fundo sobre a existência; agradeço ainda a minha irmã, grande apoiadora nas horas difíceis. Ao meu ‘príncipe guerreiro’ (filho) por existir e tornar minha vida significativa, bem como todas as lutas travadas em seu benefício, e perdão por todas as ausências e apagamentos do seu genitor. A todos os docentes que, assim como eu, enfrentam os desafios de transformar, numa sala de aula sem recursos, a educação de um país que anseia por precarizá-la. Ao Brasil, país extremamente religioso, por me mostrar o quanto a laicidade é importante.

Agradeço igualmente a minha orientadora, pela paciência com os prazos nem sempre cumpridos e pela ímpar disponibilidade em colaborar, elogio estendido também aos demais docentes do profhistória do Acre, em especial ao ex-coordenador Francisco Bento que me indicou as disciplinas decolonialidades e temporalidades que tanto contribuíram para esta pesquisa. Aos professores doutores e doutora Tânia Mara, Elisa Paim, Sérgio Roberto que gentilmente bancaram esta banca. Ainda, ao amigo de todas as horas e eventos, Teones Silva, que graciosamente revisou essas linhas insanas.

Aos integrantes da equipe do Encontro Nacional de Ateus do Acre – (ENA/AC), em especial a Ermilson Silva e Apollo Reis (ENA’s 2013-2016 e sem os quais os registros cinematográficos dos eventos não teriam sido possíveis), e ainda a Pedro Adlher, Bruno, Joelma Falcão (ENA/AC 2013), Iwly Cristina (ENA/AC 2014), Nayana Ramos (ENA/AC 2015 e 2016), Ana Beatriz (ENA/AC 2016), Aline Torres, obrigado pelo apoio e compreensão nos momentos de insanidade que envolvem existir no “currículo vivido acriano confessional”, sob a pecha de “líder dos ateus do Acre”. Todos foram do mesmo modo personagens principais desta História e, em parte, da minha vida.

Uma menção elogiosa à direção, coordenação, professores(as), estudantes e pessoal de apoio das escolas confessionais visitadas que gentilmente receberam um ateuista em suas dependências, as palavras aqui declinadas em nada apagam o inegável esforço destas instituições em formar cidadãos.

Aos artistas Dedé, Claudeney e N’green, que sempre concordavam ‘grafitar’ a Universidade Federal do Acre (UFAC) com Lulas, Kafkas, em suas magníficas (re)criações autorais - e pelas vezes me deixavam usar desajeitadamente a lata! Ainda aos profesoress Dr. Leonardo Lani, Dr. Francisco Alves Pessoa Neto e ao ‘*Professoro Doutor*’ Humberto de Freitas Espeleta (*in memoriam*) e Dr. João Lima da UFAC, que apostaram no ENA/AC. Beto,

seu estafermo, você jamais será esquecido! Ainda, a todos os músicos – pois sem música a vida um erro seria - que participaram dos saraus culturais e, em especial, a Roberto Silva (ENA 2015) da banda de metal *Violação Anal*, sem o qual o evento jamais teria viralizado país afora: seu manifesto vive aqui.

Por último e mais especial, a todos aqueles que de alguma forma aqui foram esquecidos, mas que estiveram igualmente presentes nesta íngreme caminhada. Os apagamentos são assim: fortuitos em alguns casos; via de regra, impostos, e por vezes, apenas um lapso da mente dispersa que vitima este escriba.

RESUMO

A dissertação em comento tem como objetivo analisar a presença/ausência de arreligiosidades/religiosidades no ensino de história e religião nas escolas confessionais Edilson Façanha e Instituto São José, com ênfase na cosmovisão ateísta positiva de mundo, sendo o primeiro (Religião) componente curricular facultativo e o segundo (história) obrigatório do ensino fundamental. Partindo-se da epistemologia identitária (ateísta positiva) vivida na vivência escolar e de levantamentos orais, documentais e presenciais nestes estabelecimentos de ensino, em Rio Branco, Estado do Acre. O trabalho amolda-se através do aprofundamento de questões curriculares (as Reformas, a questão das missões jesuítas, etc.) repetitivas nestes dois currículos dentro do ensino confessional e, por isso, as instituições escolhidas têm a presença do ensino religioso, com o objetivo de escutar se o currículo confessional (religioso como contraposição ao *arreligioso*) hegemônico é inclusivo em relação aos ateístas. Analisando, no processo, a existência ou não de uma laicidade efetiva em tal método educacional (confessional). Assim, no terceiro capítulo foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca de pensadores do tema em discussão e do termo surgimento do termo arreligiosidade na história; bem como um debate sobre a inclusão das arreligiosidades no Currículo de Referência Único do Acre (CRUA), na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e outros diplomas legais. No quarto capítulo, será abordado como os acontecimentos coetâneos, relacionados ao tema em comento, associam-se com o apagamento da visão ateísta no currículo (o túmulo da história), como manifestação de um ensino (de)colonial e (não) laico. E, ainda, como representação máxima da colonização do pensamento através da educação confessional, financiado com recursos públicos, em detrimentos de outras correntes religiosas, desembocando na invisibilidade ateísta no currículo. No último capítulo, serão apontados caminhos e problemas observados no decurso do processo de pesquisa. A presente dissertação se amolda, além do desenvolvimento do tema proposto, por um efetivo diálogo com os referenciais teóricos campo do ensino partindo-se dos trabalhos desenvolvidos por George Minois (2014); Ricardo Silva (2020 e 2022) Walsh (2009; 2013); Circe Bittencourt (1993; 2008), Elza Nadai (1993), Jean Claude Forquin (1992; 1993) e Nereide Saviani (2010). Possibilitando um debate sobre o caráter fúnebre da laicidade ao que concerne ao ensino público confessional das instituições públicas no século XXI. Dessarte, em tal capítulo, será desenvolvido um produto (Manual) com orientações acerca de um ensino laico e inclusivo que efetive os princípios constitucionais acerca da separação entre Estado e Igreja vigentes.

Palavras-chave: Arreligiosidades; ateísmo, ensino confessional.

ABSTRACT

The dissertation in question aims to analyze the presence/absence of irreligiosities/religiosities in the teaching of history and religion in the confessional schools Edilson Façanha and São José Institute, with an emphasis on the positive atheist worldview, the first (Religion) being an optional curricular component and the second (history) being mandatory in elementary school. Starting from the identity epistemology (positive atheist) experienced in school life and from oral, documentary and face-to-face surveys in these educational establishments, in Rio Branco, State of Acre. The work is shaped by the deepening of curricular issues (the Reforms, the issue of Jesuit missions, etc.) that are repetitive in these two curricula within confessional education and, therefore, the chosen institutions have the presence of religious education, with the objective of scrutinizing whether the hegemonic confessional curriculum (religious as opposed to the non-religious) is inclusive in relation to atheists. Analyzing, in the process, the existence or not of an effective secularism in such educational method (confessional). Thus, in the third chapter, bibliographical research was carried out on thinkers on the topic under discussion and the emergence of the term non-religiosity in history; as well as a debate on the inclusion of non-religiosities in the Acre Single Reference Curriculum (CRUA), in the Common National Curricular Base (BNCC) and other legal diplomas. The fourth chapter will address how contemporary events related to the topic under discussion are associated with the erasure of the atheist vision in the curriculum (the tomb of history), as a manifestation of (de)colonial and (non) secular teaching. And, also, as the ultimate representation of the colonization of thought through confessional education, financed with public resources, to the detriment of other religious currents, leading to the invisibility of atheism in the curriculum. The last chapter will point out paths and problems observed during the research process. In addition to the development of the proposed theme, this dissertation is shaped by an effective dialogue with theoretical references in the field of teaching, based on the works developed by George Minois (2014); Ricardo Silva (2020 and 2022) Walsh (2009; 2013); Circe Bittencourt (1993; 2008), Elza Nadai (1993), Jean Claude Forquin (1992; 1993) and Nereide Saviani (2010). Enabling a debate on the funereal character of secularism with regard to confessional public education in public institutions in the 21st century. Thus, in this chapter, a product (Manual) will be developed with guidelines on a secular and inclusive education that implements the current constitutional principles on the separation between State and Church.

Keywords: Non-religiousness; atheism; confessional education.

LISTA DE SIGLAS

ADC – Ação Direta de Constitucionalidade

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

ATEA – Associação Nacional de Ateus

BANACRE – Bando do Estado do Acre

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CRUA – Currículo Único do Acre

ENA – Encontro Nacional de Ateus

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MIRC – *(Message) Internet Relay Chats*

OAB/AC – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Acre

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PM – Polícia Militar

PNLD – Programa Nacional do Livro didático

PROFHISTÓRIA - Mestrado Profissional em Ensino de História

STF – Supremo Tribunal Federal

UFAC – Universidade Federal do Acre

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	23
Figura 2.....	25
Figura 3.....	26
Figura 4.....	29

SUMÁRIO

1	MEMORIAL: INFAME E INÚTIL.....	14
2	INTRODUÇÃO	32
3	NO TÚMULO DA HISTÓRIA: APAGAMENTOS ARRELIGIOSOS	45
	3.1 A inquisição moderna, decolonialidades e o silenciamento ateísta no Acre	50
	3.2 O CRUA e o ateísmo: silenciamentos curriculares na história	57
4	UM COVEIRO SEM CORPOS: OS CURRÍCULOS INVISÍVEIS.....	66
	4.1 A questão dos currículos (sobre)vividos.....	70
	4.2 O ensino confessional no Acre: o currículo de religião a serviço da fé	72
5	HISTÓRIAS SILENCIADAS, CADÁVERES INSEPULTOS.....	77
	5.1 A história contada (São José) e não contada (Edilson Façanha)	78
	5.1.1 O borracheiro que deu azo ao colégio visitado.....	78
	5.1.2 A hora da reza no São José: ecos de um Brasil colonial	80
	5.2 Proposta de intervenção na escola Edilson Façanha	82
	5.3 Manual para movimentos <i>arreligiosos</i> no Ensino Religioso e de História	85
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
7	REFERÊNCIAS.....	102
8	ANEXOS.....	105

1 MEMORIAL INFAME E INÚTIL

Primeiramente, gostaria de salientar que a divisão abaixo mencionada (os Felipes) foi inspirada pelo trabalho de uma daquelas professoras (e dos muitos professores que apostariam em mim) que me ajudou durante a minha fase autodestrutiva (obrigado, Dra. Tânia Mara) e que contribuiu igualmente para a ideia do título do presente memorial, o qual humildemente parafraseio.

A educação, desde sempre, propiciou-me tudo que hoje possuo e o que sou propriamente. É um fato inexorável. Nos tenros anos de minha existência seria educado no melhor que o interior do Paraná (na conservadora Campo Mourão) poderia disponibilizar: o ensino católico. Era um colégio de “freiras” (como nos referíamos enquanto discentes) e ainda existente nos dias de hoje, chamado a Escola Vicentino Santa Cruz. Nunca me vi como um estudante brilhante, amiúde com notas medianas, repetente, e com um profundo desinteresse pelas aulas ministradas. Gostava, por outro espeque, na infância, de desmontar coisas, pular de telhados, fazer travessuras.

E se minha genitora simplesmente descuidasse em casa, haveria alguma coisa desmontada. Enquanto lavava a louça certa vez – história que esta contava em vida - me observou cair do telhado atônita, como um vulto ao saltar de cima da garagem de casa. Para ser sincero, nos idos dos meus 41 anos, pouco recorde daquele período específico. Muitos traumas, penso, memórias reprimidas.

A memória é algo realmente traiçoeiro, mas das poucas lembranças escolares que tenho, é de me divertir com álbuns de figurinhas da copa do mundo ou, no pátio da escola, jogando “queimado” (jogo que consiste em eliminar o oponente acertando-lhe uma “bola esquentada” após três viagens por sobre o campo do time adversário); ou ainda de um padre (ou madre) qualquer de batina pelo corredor ou nas salas. E assim começa a saga educacional do fruto de um amor dos tempos da ditadura. Sou filho de um militar da época da ditadura civil-militar brasileira e que, após seu fim, formou-se em direito (irônico, não?).

Minha mãe, graduada em inglês/português, sempre contava que meu pai fazia “loucuras de amor” para conquistá-la, uma jovem atraente dos barrancos de Tarauacá, no interior acriano. Ela, pobre, humilde; ele, sargento ditatorial no Acre. O fim foi trágico. Levada para a terra natal de meu genitor (Paraná), minha mãe enfrentaria 10 anos de uma relação abusiva que afetou a todos nós, seus filhos; eu, minha irmã mais velha, e meu irmão mais novo. Nós, à época, nada podíamos fazer para escapar daquele cenário dantesco.

Após seu assassinato ainda durante minha infância - para encurtar as lamúrias que, para além da formação católica fundamentalista, pouco tem a ver com o cerne deste memorial – chegamos então ao Acre nos idos de 1992, para nunca mais retornar ao estado de origem. Ainda me lembro vivamente de fazer minha tia por parte materna rir bastante, ainda no avião, ao perguntar inocentemente, com 10 ou 11 anos; “por que a cidade se chama Rio Branco se o Rio é marrom?” enquanto sobrevoávamos a capital acriana.

Mal sabia que o rio que dá nome à capital do ‘inferno verde’ - estes termos preconceituosos impostos por aqueles que não entendem o modo de vida local - também retratado na minissérie “*Mad Maria*”, devorar-me-ia igualmente. Ainda não tinha idade ou currículo para conhecer o Barão do Rio Branco, posto que grande parte do meu ensino inicial fora realizado em outro Estado. No Acre, um estado combalido, minha mãe, uma humilde professora, alcoólatra e mãe de três, rapidamente percebeu que não conseguiria manter nosso padrão de vida.

Passei então, após pouco tempo estudando no extinto colégio particular Metropolitano, a frequentar o renomado Colégio Acreano, na época do inesquecível “Raimundo Louro” (cujo nome - Raimundo Gomes de Oliveira - hoje, dá auspiciosamente nome a uma escola da capital), o qual ainda lecionou, para mim, uma aula de português na ausência de um docente, pois, - lembro-me dele bradando entre perdigotos – “estudante não pode ficar sem aula”.

Aos 16 ou 17 anos - pois o passado para mim é sempre uma sombra nebulosa de dor e sofrimento - após o contato com a poesia (nos livros de português de minha mãe), a *internet* e a revolução inegável de conhecimento (e ignorância) que provocou, passei a ter contato meu eu lírico, e também com grupos e pessoas ateístas no saudoso *mIRC – O (message) Internet Relay Chats* (numa tradução livre, ‘o transmissor de mensagens pela internet’ que poderia, si só, ser objetivo de um estudo acadêmico, pois se trata dos primórdios da história das redes sociais na *internet* acriana, e eu estava lá), que nada mais era que o precursor dos *tiktoks*, *instas*, de hoje.

A *internet* e a poesia, então, se abriram como janelas por onde eu poderia escapar da dura realidade circundante, bastante simples e humilde, que era o que uma professora acriana poderia propiciar à prole nos idos da década de 90. Para piorar os pagamentos do governo sempre atrasavam, lembro-me com horror das intermináveis filas do antigo Banco do Estado do Acre - BANACRE (falido por sucessivos governos ruins). Dinheiro não havia, livros havia: e aprendi cedo a me virar com os limões que a vida me propiciava. Ao ler Drummond, numa aula de português, em tenra idade, parecia que estava sendo também “condenado” a ser travesso e a viver rodeado pelo cristianismo; ou seja, já conhecia duas de minhas três facetas (poeta,

internauta, faltava apenas o ateísmo, pois já me sentia bastante *gauche na vida*):

Poema de Sete Faces

Quando nasci, um anjo torto
Desses que vivem na sombra
Disse: *Vai, Carlos, ser gauche na vida*

As casas espiam os homens
Que correm atrás de mulheres
A tarde talvez fosse azul
Não houvesse tantos desejos

O bonde passa cheio de pernas
Pernas brancas, pretas, amarelas
Para que tanta perna, meu Deus? Pergunta meu coração
Porém, meus olhos
Não perguntam nada

O homem atrás do bigode
É sério, simples e forte
Quase não conversa
Tem poucos, raros amigos
O homem atrás dos óculos e do bigode

Meu Deus, por que me abandonaste?
Se sabias que eu não era Deus
Se sabias que eu era fraco

Mundo, mundo, vasto mundo
Se eu me chamasse Raimundo
Seria uma rima, não seria uma solução
Mundo, mundo, vasto mundo
Mais vasto é meu coração

Eu não devia te dizer
Mas essa Lua
Mas esse conhaque

Botam a gente comovido como o diabo. (ANDRADE, 2013, p. 11, grifos nossos)

Relendo este poema, percebo o triste fato de que as confissões coloniais (religião) estão em tudo, desde as missões jesuítas, até nesta famosa poesia. Daí a importância tanto da poesia (até hoje) no presente trabalho, quanto da tecnologia na minha existência cristã em geral; facetas que me ajudavam na fuga de uma vivência escolar de poucos recursos e muita religião; cruel, rodeada de *preconceitos* e insana: qual minha vida privada.

Para compra de nosso primeiro computador, esta porta para o mundo digital que aprofundaria deveras meu sentimento ateuísta, houve necessidade de auxílio de minha parte, pois como filho de militar, recebia uma pensão alimentícia – que não era lá muito usada para suprir nossas necessidades básicas.

A única gratidão que devo a revista VEJA, foi uma propaganda de um computador que vi ali, pela primeira vez, pois tinha um (somente um) amigo que possuía o dispositivo *novel* próximo a virada do milênio. Tinha perfeito entendimento que estava diante de algo raro e que transformaria de maneira indelével aquela época pretérita, como de fato revolucionou. Com uma boa educação e uma mãe docente que ao menos alguns livros fenomenais da sua área de estudo (português e inglês) possuía, aliado ao mundo digital, tornei-me um ávido leitor.

Vinte e tantos anos depois, cá estamos nós, não é mesmo computador? Assim, a título de preâmbulo para os “três Felipe’s” e a respeito de outros aspectos trágicos dessa miserável existência ateuista, confesso (algo tão cristão!) que não sei o que teria sido de mim sem a tecnologia computacional. */exit /join /kick* (linguagem computacional do mIRC – comandos, antes da época dos *hiperlinks*). Jamais percebi que minha falta de traquejo na escola dava-se (hoje entendo) muito pelo que enfrentava em casa.

Por isso a escolha, como objeto da presente pesquisa, além de uma escola católica São José, de uma escola periférica de Rio Branco: observar aquilo que pude (fundamentalismo católico) e aquilo que não pude (escola de poucos recursos) durante minha formação básica: a fase mais importante da vida acadêmica de um estudante, diga-se de passagem.

Assim, após a referenciada abertura da uma janela informacional (*windows?*), durante o ensino médio, meu ateísmo começou a incomodar tanto minha família, quanto alguns professores. Minha genitora, inclusive, até o dia de sua morte não só condenava meu ateísmo, mas me culpava por meu irmão caçula ser ateu (embora pouco tenhamos convivido, posto que deixei o lar materno assim que pude, com 17 ou 18 anos): a culpa cristã. Lembro-me dolorosamente da reação preconceituosa da mãe de meu filho ao presenteá-lo em seu aniversário de 16 anos com um dos livros que compõe a bibliografia da presente dissertação (Deus, um delírio).

O título desse memorial “infame e inútil”, está ligado, portanto, ao que me considero em foro íntimo, a partir do que observo a meu redor: para minha mãe, um inútil, para a sociedade acriana, infame. Infame, no sentido de fama ruim, ou seja, sem fama boa, como os ateus comumente são retratados na história. Durante a escrita deste trabalho passei a admirar um pouco mais minha fama ruim, especialmente ao entender que ateus na história assim são descritos. Um bagunceiro, queimador de bíblia.

Meu primeiro problema sério escolar veio no ensino médio, quando comecei a combinar brigas *online*, coisa de jovem raivoso que conheceu outros jovens raivosos. Embora fosse pobre, ainda era filho de militar e esta herança me propiciou morar num bairro

considerado nobre da capital acriana, a Vila Ivonete, cheio de *playboys* advindos da juventude transviada acriana. Foi lá que vi Bruno Damasceno (famoso sambista acriano) aprender a tocar cavaquinho, lá também descobri que a maçonaria da minha rua não aceitava ateus.

Lembro, com carinho, das tardes quentes na varanda com Machado, Azevedo, Augusto dos Anjos e outros ícones da literatura brasileira, nas minhas fugas pré-*internet*. Recordo igualmente das traduções de *Love Hurts* que me ajudaram a aprender inglês e também um pouco sobre a vida, o amor e a poesia. “Tenho-a toda em mim, e o sentimento que experimento por ela absorve tudo. Tenho-a toda em mim, e sem ela tudo é para mim como se não existisse”, ah, Goethe, chorei copiosamente ao ler sobre os sofrimentos daquele jovem chamado Werther...

A despeito desta boa formação, em geral, sentia um ódio interno que, no presente, ao assistir ao filme “O ódio” - um clássico francês que ajuda a explicar um pouco a minha juventude transviada – consigo compreender melhor: a sociedade nos agride e tentamos revidar. O filme é um recorrente reunir de jovens fazendo bobagens sucessivas.

Em vida, sempre busquei de desafiar a morte desde jovem: pulava de altos edifícios (como na infância, velhos hábitos) em pequenos montes de areia, arrumava amiúde confusão, tinha tudo para dar errado. Depois que assisti a “O Clube da Luta”, repeti a cena em que ele larga o volante - só que numa moto - durante uma madrugada insana. Devo admitir que há uma ou duas torres de telefonia de Rio Branco que já me propiciaram lindas vistas da capital acriana. Um poeta transviado, diria.

Se hoje me considero “salvo”, devo tudo à educação, cerne deste trabalho, e esta começa no currículo. E, claro, aos docentes de minha formação básica e também os de História (2003-2011), Veterinária (2009-2014), Direito (2014-2019) da UFAC e, hoje, do atual mestrado onde declino estas lamúrias de pesquisador-objeto. E se me pergunto amiúde, na presente pesquisa, por onde andará a palavra ateísmo no currículo acriano, é pelo fato de que na minha vida pouco a encontrei ouvida/respeitada/incluída, e ainda, porque, baixinho, sussurro de mim para mim: um pouco está em você.

E o que mudou daquele Felipe transviado para o Felipe mestrando, formado em história e direito? Faz-se necessário separar os Felipe’s, pois assim como meu objeto de pesquisa - o currículo -, não há um Felipe somente.

As três facetas deste autor, neste memorial, em resumo, serão:

- O Felipe criança;
- O Felipe militar;
- O Felipe líder ateu;

De pronto amei a gama de possibilidades (curriculares?) que se aventavam com este gênero textual, em que poderia explicitar, dentro de minhas vivências, a escolha do objeto de pesquisa, indicando meu envolvimento e interesse pelo mesmo, por aquilo a que este trabalho se destina: a busca de reconhecimento da invisibilidade ateísta, uma luta por direitos, nos mais variados campos da vida, pois não existe vida sem educação e não existe educação sem currículo.

O FELIPE CRIANÇA

Minhas notas para além dos problemas em casa, não eram boas; filho de um militar austero, ele certamente preferiria um filho atleta a um inteligente. Embora tenha feito aulas de xadrez, natação, futebol – dentre outras - na infância foi no tênis que encontrei minha primeira paixão esportiva.

Contudo, quando migramos em direção ao paupérrimo estado do Acre (que nos idos da década de 90 contava com apenas 2 quadras de tênis em seu território), rapidamente tive de abandonar o sonho de ser o próximo Gustavo Kuerten. Pelas dificuldades financeiras que a morte paterna gerou, além de abandonar o tênis, deixaria de me interessar por outros esportes: o primeiro talento que o currículo acriano destruiu. Para além das aulas educação física (também negligenciadas na escola Edilson Façanha) e participações em campeonatos escolares, não fui além disso durante a infância, após minha chegada ao Acre.

Como dito acima, pouco recorro deste período e, além das travessuras, diversões pueris, das violências vividas e presenciadas, ou seja, resumidamente não tive uma infância feliz... Penso que por trás de todo poeta, se esconde uma alma infante e miserável. E, além da formação católica marcante, que está hoje presente nesta pesquisa, não busco (nem desejo) revisitar tal período a fundo, pois traria mais sofrimento que proveito ao presente memorial.

O FELIPE MILITAR

Era de fato um tenista talentoso quando infante e tentei uma retomada depois de começar a trabalhar como militar (por necessidade), chegando a vencer, no Acre, um torneio menor - o extinto SESC-Tênis na hoje inexistente quadra do SESC (Serviço Social do Comércio) próximo ao Teatrão - nos idos de 2002. Gostaria de ainda ter a foto no jornal segurando o troféu recebido. Ganhei, como prêmio, passagens aéreas para disputar o aberto de

Manaus, mas, já sendo militar, um major (que viria ser comandante da polícia militar posteriormente), ainda durante minha formação de aluno soldado - quando era um jovem de apenas 19 anos - perguntou “Você quer ser militar ou tenista?”, ao solicitar autorização para participar do evento.

A necessidade realmente nos impõe escolhas terríveis. Deveria ter soado um alerta naquele momento (militares não podem fazer nada sem autorização superior?), mas a lavagem cerebral já estava feita. O currículo militar (neste trabalho também abordado), além dos anos mais belos da minha juventude, levou consigo o restinho de sanidade que havia em mim e qualquer apreço pela caserna que um dia poderia ter.

Militares são treinados para ver cidadãos como inferiores, inimigos. Até hoje me pergunto qual era a utilidade operacional de rolar na lama, imiscuída com fezes, para os 12 anos de serviço urbano que prestei, onde lidei na maior parte do tempo com pessoas comuns. Nunca precisei executar tais manobras pitorescas e hollywoodianas na combatida capital acriana. O fim do Felipe militar foi trágico na vida real e não precisa ser aqui, pois como dono da pena, não quero transformar tal memorial em pitangas choradas e, pelas mesmas razões que resumi o “Felipe criança”, repito que seriam mais traumas que benesses aprofundar-me deveras neste período.

O FELIPE “LÍDER ATEÍSTA”²

O Felipe que mais impactou este trabalho é o que se segue. Quando entrei no curso de história da UFAC, considerado um dos melhores do país, sendo militar, mal sabia eu que meus dias seriam transformados de maneira indelével. Foi ali que aprofundei estudos de pensadores ateus - assim como eu - e conheci professores abertamente ateístas; foi um sentimento de aceitação nunca experimentado, tendo em vista que, durante minha formação básica, nunca conheci um docente declaradamente ateuista.

Lembro-me de um colega de caserna que, durante um serviço de 24 horas, disse uma máxima que marcaria meus anos como historiador e militar; “no meio dos malucos tu é PM e no meio dos PM tu é maluco”. A história oral em si.

Não posso esquecer as aulas de História Econômica do Prof. Dourado e a paixão do

²Existente nos dias atuais, à época da queima da bíblia, o “jornal” ac24horas se referenciava ao autor desta pesquisa como “**líder dos ateus no Acre**”. Disponível em <https://ac24horas.com/2015/05/08/pt-nega-filiacao-de-lider-dos-ateus-no-acre/>.

Prof. Sérgio Roberto, integrante deste profhistória e ateu. Também havia a Prof^ª. Bianca, partícipe deste mestrado. Perceba-se que estou com apenas 21 anos de idade, detentor de uma formação conservadora (e católica), treinamento militar, e havia acabado de assumir meu ateísmo, estando no mesmo do curso de graduação que formou Marina Silva, Savio Maia (participante do primeiro ENA), bem como o ex-coordenador do presente mestrado, o profhistoria, Francisco Bento, etc.

Minha revolta latente, já mencionada, também se manifestou pelos corredores da UFAC, assim como na poesia. É desta época o poema denominado Soneto do Bom Cristão, uma denúncia do fundamentalismo religioso acriano experimentado naquela época. Deixo aqui uma poesia advinda dos primórdios de minha militância pelos direitos atéistas:

Soneto do bom cristão

Mesmo no abjeto macadame francês,
Amiúde caminhavas com jactância;
Exibindo tua ignominiosa tez
Embebida em inexorável ignorância.

Execro-te! Opróbrio prestidigitador!
Tuas invenções excitam asco!
Verossimilhante caluniador.

À tua corja, notório asno,
O vilipêndio da história:
À justa tua almejada glória!

Chafurdem em suas orações verborrágicas!
Anseio, entrementes, por seu funesto fim.
Tremam em sua idiossincrasia fálica –pois -
Zaratustra falou assim.

Apesar de todas as adversidades, logo encontrei uma turma e começamos a ‘azaralhar’ – literalmente - a UFAC. Festas, noitadas até amanhecer o dia, uma época que não volta jamais, a famigerada época do “bambuzal”. Colocar o garrafão de vinho no bebedouro na madrugada e ver no outro dia os conservadores reclamando do gosto da água. O que Jesus diria?

Mesmo com este jeito intransigente, rebelde diria, acabei cativando professores - muitos iriam inclusive participar do projeto denominado Encontro Nacional de Ateus do Acre – ENA/AC tão caro a esta pesquisa – como o próprio João Lima. Participaria ainda de grupos de pesquisa, como o Núcleo de Pesquisa da Cena Contemporânea (NUPECC) – que saudades, Beto - e eventos acadêmicos de extensão, sendo o ENA/AC o elemento principal do presente memorial. Seria também objeto da pesquisa que nortearia a monografia apresentada em razão

da conclusão do curso de direito (2019) e ainda do presente mestrado (2024).

Por que não se observa, na realidade, essa ampla vivência curricular nas outras fases do ensino (fundamental e médio)?

Mesmo longe do infeliz lar materno, ainda estava perto dos militares. Seria, então, só a partir do início do curso de direito (e da perda de minha genitora, em 2013) e da saída dos quadros milicianos que comecei a aprumar um pouco minha existência.

Quando minha vida pessoal se encontrou propriamente com a militância ateísta, nos idos de 2013 (me declaro ateu desde os 17 anos de idade, como descrito no início deste memorial, porém aos 12, já não tinha o dito “sentimento religioso” ao ser obrigado a ir a igrejas por exigência materna – e como o leitor poderá notar, o ano de 2013 seria cabalístico em minha vida -, jamais imaginando onde este primeiro evento ateísta do Acre retumbaria.

Chegamos no Universo Online - UOL, sendo mencionados em discursos no congresso nacional e nos principais programas policiaiscos do Acre. Chegamos (Roberto e eu) muito perto de uma cela de delegacia e “viralizamos” nas redes sociais. Creio assim que, em pequena parte, o ENA faça parte do nascimento da história do ativismo ateísta acriano.

O Encontro Nacional de Ateus foi um evento nacional criado pela extinta página do *facebook* Sociedade Racionalista, e durante sua vigência, entre os anos de 2012-2014, conforme o livro a História do Ateísmo no Brasil infirma - obra inédita sobre o tema no país - provocou inúmeros debates ao aportar na sociedade acriana, tendo uma duração diversa, posto que não ocorreu em 2012 e durou 2 anos depois do encerramento da edição nacional (2016).

Foi - até onde pude pesquisar - a única vez que um grupo ateísta efetivamente se organizou de maneira sistemática no Acre para fins de defesa de seus direitos e propagação organizada de um discurso laico. Quando escrevi, em parceria com o Dr. Humberto de Freitas Espeleta (*in memoriam*) o projeto de extensão que redundaria no primeiro ENA do Acre, ainda em 2013, lembro-me dele insistentemente repetir “qual a mensagem que você deseja passar com o evento?”. E eu respondia: arte. E esta escolha marcaria o ENA acriano desde sua gênese: arte, cultura, grafite, música, filmes, palestras, debates...

Aproveito a oportunidade e dedico uma sincera homenagem ao professor Dr. João Lima, da Universidade Federal do Acre que mediou o debate denominado “Deus existe?”, disponível no *youtube* – centro da imagem abaixo - e que à data da escritura do presente estudo, conta com mais de 25 mil visualizações (trata-se de um vídeo acadêmico de três horas de duração, com regras de um debate oficial).



DEBATE: Deus existe? - ENA em Rio Branco - Acre - 2016



Associação de Ateus e Agnó...
512 inscritos



Inscrito



692



Compartilhar



Figura 1: debate “deus existe?”, disponível no *youtube*. Fonte: (A³, Youtube, 2016)

Parafrazeando o próprio João Lima “num ambiente que ficou pequeno” para o debate ateuista (se referindo ao histórico anfiteatro Garibaldi Brasil, que sediou o debate “deus existe?”, com lotação presencial para além da máxima permitida), como este trabalho o é, uma gota de orvalho num mar de violências, apagamentos e silenciamentos que envolvem ser ateuista no Acre.

Este evento mudaria os rumos da minha vida e ocorreria entre os anos de 2013 e 2016, sempre com ênfase no interesse acadêmico e cultural e no debate de ideias. Ficou claro na edição de 2016: discutir temas filosóficos e de interesse social, como “Deus existe?”. Desde sua gênese, este era o mote do evento: demonstrar como, a partir da arte, filosofia, conhecimento e educação, pode-se transformar o corpo social. Sempre pensei que o respeito começa ao se incluir, no mesmo espaço, pensamentos antagônicos para que possam se enxergar. Demonstrar que, no ambiente acadêmico, pode haver tolerância e respeito mútuo entre laicos e não laicos na conservadora sociedade acriana.

Assim, tanto este memorial quanto a dissertação que se seguem não se resumem à defesa de um currículo laico “por razão da conclusão de uma dissertação de mestrado”, trata-se do reconhecimento, a partir de um lugar de fala muito próprio - não somente enquanto professor ateuista de história ou discente ateuista de pós-graduação - dos silenciamentos e apagamentos ateuistas experimentados durante esta existência acadêmica (que persiste e inicia-se no currículo).

O palco curricular que orientou educacionalmente minha vida e a identificação empírica de tais apagamentos ateístas é, portanto, apenas mais uma faceta daquilo que se convencionou chamar, em trabalho anterior, de 'mito da laicidade' (ZANON, 2019), que permeia a sociedade brasileira. Este argumento, a partir de um estudo jurídico, defende que, no Brasil, não existe laicidade estatal de fato e de direito, como se a separação entre Igreja e Estado no Brasil ainda não fosse efetivada.

Não se pode obrigar (ou expor?) uma criança a valores que esta não reconhece como verdadeiros, seja pelo seio familiar, seja por convicções adquiridas, especialmente no campo escolar: é uma violência um ambiente confessional para um ateísta. Como se os ateus fossem obrigados a racionalizar as crenças alheias, desconsiderando todas as tragédias que isto implica para a própria sociedade ao longo da história... O ônus da prova é sempre daquele que alega a existência de algo, seja um fato ou uma evidência. Deixando agora meu lado jurista sobressair, ser ateu é, portanto, ser um alvo."

Assim, dificilmente alguém que chute uma imagem de Nossa Senhora enfrentará o Ministério Público, execração nacional, ameaças ou a delegacia. No entanto, alguém que queime uma bíblia ou organize um evento ateísta acadêmico não encontra o mesmo benefício. Afinal, no Acre só se recordam de ateístas se estes vilipendiam a 'verdade das escrituras', o malfadado *Sola Scriptura*, que é tão caro na confecção das premissas curriculares repetitivas desta dissertação.

Como organizador dos eventos ateístas no Acre, é com certa tristeza que percebo que ninguém atualmente se lembra dos dizeres de Roberto Silva ('eu não quero ser evangelizado'), ou do cartaz do evento, que era muito maior e mais abrangente do que o fato que viralizou pelo país.

Sempre gostei de me divertir com as palavras. Do contrário, o próprio processo de escrita se torna enfadonho, formal e academicista. Antipatizo com escritas engessadoras que mais ceifam do que libertam a criatividade. 'Sara(te)u' é o sarau dos ateus! Minha preferência pelos parênteses já se vê no título desta dissertação. Religiosos nem estavam convidados, arriscaria dizer – com um sorriso de soslaio.

4º Encontro Nacional de Ateus - ENA 2015
apresenta

SARA(TE)U
uma noite dionisíaca

30/04 a partir das 19hs
COLISEU DA UFAC

RAP:
PASTA DEU **Renegado's**

Pop Rock:
Raul Seixas Experiência
Camundogs

Metal:
Power Rusted **VIOLAÇÃO ANAL**

e mais:
PsicoLral **MILOTTA** **CALIGULOVE**
Pink Pussy



e 01/05 (sexta-feira), a partir das 16hs, tem:
4º Encontro Nacional de Ateus - ENA 2015

na **Biblioteca da Floresta** Palestrantes:
Prof. Dr. Sávio Maia
Prof. Dr. Wlisses James
Prof. Francisco Nepomuceno

Coffe break com comidas regionais
Certificação de 20hs pela UFAC

Entrada: Gratuita
Censura: 16 anos

Apoio: Fundação de Cultura Elias Mansour
Novo Acre

Realização:  

Figura 2 - Cartaz divulgação 4º ENA (2015)

Muito do que sofri no Acre, especialmente em relação à violência policial após minha saída dos quadros milicianos em 2013, está relacionado à pecha de “líder ateuista”, “comunista” e “militante petista” em um estado conservador, de extrema-direita e neopentecostal. Não apenas eu sofri, mas também Roberto Silva (o efetivo “queimador de bíblia”).

Foi um ‘deus nos acuda’ quando do fatídico dia em que se queimou a Bíblia no ENA de 2015. O fato viralizou e todos queriam um pedaço de nós, pois positiva ou negativamente, assim é a fama: a imprensa buscava seu próximo *click bait*; a polícia, depoimentos, Marco Feliciano buscava lacrar - de novo - na *internet* (hábito que ainda acompanha o atual deputado), postando uma foto minha associada ao termo “deflagração do ódio” (infame!) em seu perfil do *facebook*, me citando como ‘esquerdista’ no congresso nacional (“nefasto”).



(Figura 3 - Queima da bíblia. TV ACRE – emissora local da Globo no Acre)

No entanto, sobre o curso de eventos que o ENA de 2015 colocaria em marcha, o mais pedagógico, na espiral desta insana estória, foi o posicionamento do Ministério Público exigindo bíblias (sim, o promotor queria que pagássemos bíblias como “penalidade” para nos livrar do inquérito em curso) de ateus. Isso é emblemático, pois foi um silenciamento que não admiti à época: nunca comprei uma bíblia sequer, pois assim como veganos, tento boicotar o mercado cristão! Como respondi no dia de minha oitava junto ao promotor (obviamente acompanhado pela comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Acre – OAB/AC, pois já estava aterrorizado com o alcance daquilo), “me obrigar a pagar bíblias seria um absurdo, Dr., especialmente porque só organizei o evento”.

Todo o ódio e as ameaças de morte ainda estão registrados em minhas redes sociais e, agora, nas linhas que se deslindam, chamuscando na memória os dizeres: deflagração do ódio.

E pude senti-lo na pele: é um ódio bastante coordenado, como mais tarde demonstrariam as redes de *fakes news* da extrema-direita, alcunhadas de ‘gabinete do ódio’ hodiernamente. E como ateu perero: há muito receio curricular contra esta classe, foi o que experimentei durante a presente pesquisa em todas as portas que bati, escolas que lecionei, instituições que busquei.

Não à toa a primeira atitude de um reitor evangélico, à época dos eventos, foi proibir saraus na UFAC face ao ocorrido, mas aproveitando, claro, para dar inúmeras entrevistas e depois até tentar uma carreira na política: “Bíblia Sagrada é queimada em sarau da UFAC e reitor suspende atividades culturais”, dizia a manchete.

No evento, a performance de queima da bíblia teria sido anunciada com antecedência pelo organizador do evento, Felipe Zanon, que teria permitido o feito por não tolerar qualquer tipo de censura no palco **“No dia em que eu tiver que censurar um artista em seus (sic!) lugar de direito, o palco, será o dia em que a arte e a cultura morreram”**. (Redação ac24horas, 2015)

Um documento diz bastante naquilo que cala ou distorce: na verdade, eu não anunciei que seria queimada a bíblia em lugar algum (eu nem estava no local do evento no momento), Roberto apenas havia me adiantado que faria uma performance polêmica e eu respondi o que negritei acima. A única verdade na matéria é o fato de que eu penso que a arte jamais deva ser censurada (se não ofender o direito de existência de outrem, por óbvio).

Assim, ante ao que o próprio *Parquet* e o Judiciário entenderam como pleno exercício da liberdade de expressão (ateísta!), a UFAC (sob a égide cristã) proibiu eventos e abriu processos administrativos contra nós (Roberto e eu); a Polícia Civil inquiriu, onde nos intimou (e intimidou) a depor em prazo recorde para os padrões brasileiros, o Ministério Público nos pediu bíblias e a sociedade acriana (e nacional) nos execrou.

Poderia citar inúmeros outros exemplos de violências socialmente aceitas contra ateístas, como a destruição (que ocorreu todos os anos) dos cartazes de divulgação de nossos eventos, as mudanças repentinas dos locais de realização do evento, nosso *outdoor* de divulgação retirado do local que deveria estar (mesmo com contrato em voga), o meio acadêmico resistindo a um evento desta natureza.

Este preconceito latente na sociedade (que se reflete no currículo?) acriana resta claro quando se traz à baila a “carta do padre Máximo”, necessária para aplacar a raiva na sociedade civil acriana nos dias seguintes após a queima da bíblia. O ateísmo sempre associado à religião, até na desgraça. Um poder de controle eficaz cristão que advém desde o feudalismo - em maior ou menor escala - ecos de uma visão colonial de mundo aplicada nos rincões da selva amazônica: dar um sermão. E foi neste ‘inferno verde’ (um termo do colonizador para a Amazônia) que a luta ateísta tomou tal dimensão (a ruptura provocada pela queima da bíblia): a dimensão de fazer um padre católico sair em defesa de um ateísta, queimador de bíblia, cuja banda – pasmem - chamava-se ‘Violação Anal’.

“Na carta direcionada ao jovem ateísta, o padre conta que ele é seu *amigo* e acredita que Silva "sempre foi e continua sendo um *apaixonado de Jesus e de sua palavra*"³, (*Sola*

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/apos-jovem-queimar-biblia-padre-divulga-carta-aberta-sobre-ato-no-acre.html>. Acesso em 23.10.2023.

Scriptura) consoante perorou o padre em trecho desta carta, direcionada a Roberto Silva. Se há uma verdade nas escrituras, é mais naquilo que cala, como será discutido amiúde neste trabalho.

Isto, a meu sentir, representa uma dupla violência, primeiro porque Roberto Silva continua ateu e tais dizeres do sacerdote, ousado dizer, ferem-me igualmente. O manifesto de Roberto Silva, no vídeo acima mencionado era justamente este: **“eu não quero ser evangelizado”**, o que o Padre, mesmo inconscientemente tentou fazê-lo. Pagar bíblias de um lado, aceitar um suposto amor incubado por Jesus de outro. Será mesmo que Jesus me ama?

A dimensão de empurrar das sombras para a luz aqueles que ameaçam a laicidade (lá em 2015 estava o Feliciano nos perseguindo e, nos dizeres do bardo, “ninguém ligou”), foi o que o ENA propiciou de veras. Éramos só ateus que obviamente “não deveriam ter feito aquilo” e merecíamos o que estaria por vir. Embora não tenha queimado nada, até hoje tenho de me defender da acusação de tê-lo feito, no Acre. Existe até uma resposta ensaiada: não queimei a bíblia, organizei o evento onde queimaram (aí o interlocutor pode fazer aquele ar de ‘ah, tá explicado’).

E se no Ministério Público do Acre os ateus devem pagar bíblias como penalidade e para o padre, líder eclesiástico, nós, mesmo que inconscientemente, ainda amamos Jesus; pergunto-me: no currículo, que violências experimentamos de forma coetânea, para além dos gritantes silenciamentos/apagamentos formais?

Outro que viria a ser perseguido pelos aparelhos repressivos do estado, por *nossos* atos, foi o jovem da figura a seguir⁴, que aproveitando a “onda” da queima da bíblia, ironizou o fato em suas redes sociais, dizendo que Roberto Silva tinha queimado a bíblia de maneira “errada”. Ainda lembro da única vez que o vi: ele saindo e eu entrando pelos corredores do Ministério Público do Acre.

⁴ Disponível em: <https://ac24horas.com/2015/05/07/no-acre-jovem-fuma-folha-da-biblia-sagrada-e-publica-nas-redes-sociais/>. Acesso em 30.05.2023.



(Figura 4: jovem utilizando folha da bíblia para enrolar um baseado)

À época, eu, detentor de um humor ácido, também deixei minha provocação cômica (que seria colecionada no inquérito policial): um dia frio, um bom lugar para queimar um livro, perorei à época, parafraseando a célebre canção. É assim que nós ‘jovens’, *banalizávamos* a bíblia nos idos de 2015: denunciando que não se podia fazer sequer piada com a bíblia, mesmo tal livro sendo o principal instrumento de uma evangelização imposta desde as caravelas.

Talvez este trabalho seja realmente uma “saída do armário” - no qual historicamente estive, eu mesmo, sepultado (daí o título da pesquisa) - onde os preconceitos e, principalmente, as resistências contra estes movimentos se ergueram na sociedade acriana. Como deveria ter denunciado o antigo comandante de batalhão que arrancou com suas próprias mãos do mural do quartel o cartaz do primeiro ENA (meu único como militar) bradando que o quartel era local de Jesus: mas silencieei, como amiúde o fiz.

Todos estes pequenos fragmentos de violências contra uma classe invisibilizada historicamente, advém de onde? Qual a fonte de tais preconceitos? Que sociedade sem graça em que um jovem não pode utilizar o livro “sagrado” para enrolar um baseado, numa hora de necessidade! Isso é admitido somente no *privado*, jamais em *público*: o pensamento conservador por excelência.

Na história da descrença, desde os idos da Grécia Antiga, como afirma Minois e o

professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e ateu, Ricardo Silva, o ateísmo é malvisto socialmente. Minha experiência no Acre é uma prova disso. É uma palavra historicamente associada à perversão, à heresia, à infâmia, compondo a odisseia ateu desde tempos imemoriais. Se fiz a fama, escolhi deitar-me então na cama. Este autor aceita inclusive a pecha de 'nefasto', atribuída pelo atual deputado federal Feliciano.

E o currículo (fonte maior) assim me tratou em vida resumidamente: o currículo católico (Santa Cruz), o currículo confessional básico e o currículo militar. Não existe “cancelamento” ateu, pois ser ateu é ser cancelado de forma cotidiana. A demonização do ateísmo é fruto, defende-se, de uma construção histórica colonial cristã igualmente; afinal, o cristianismo não surgiu aqui ao acaso. O Brasil é o maior país cristão do mundo e é também o lugar (relevante) onde a escravidão mais perdurou. É lamentável que, nestes tristes trópicos, ainda se permita a mineração em terras indígenas...

Num Estado que se julgue laico verdadeiramente, não há como se permitir que apenas uma visão religiosa de mundo seja propagada (e financiada com dinheiro público): ou passa a boiada inteira, ou não passa ninguém.

Assim, ao final deste memorial, encontro forças para concluí-lo inspirado pela violência do delegado que conduziu o inquérito sobre o ENA/AC de 2015, bradando e socando ferozmente a mesa, vociferando para mim em tom irônico: “de quem são as mãos que aparecem no vídeo segurando o isqueiro?” (querendo inferir que fossem minhas). Provavelmente Roberto e eu sejamos os únicos formalmente indiciados (quando o delegado remete ao *Parquet* o inquérito acusando alguém da prática de um crime) pelo artigo 208 do Código Penal na história acriana; do promotor e seu preconceito polido, ao me explicar a ‘comoção social’ que causamos no evangélico e conservador estado acriano – na minha terra chamamos de ‘tomar um pito’ – e me pedindo para comprar bíblias (e tudo seria esquecido!).

Nas repetitivas mensagens pela *internet* que recebi, como 'coragem de queimar o Alcorão você não tem' (apesar de eu acreditar que nenhum livro deve ser queimado). A *internet*, aliás, mudou minha vida; não errei ao comprar um computador ainda em tenra idade. Na UFAC proibindo saraus e ainda quando um professor desta instituição (cujo nome por gentileza e respeito omito) me admoestou sobre os ‘problemas que estava enfrentando’ somente por ter seu nome vinculado ao evento, ignorando o que eu enfrentava por tê-lo *organizado*.

Enfim, é na força da pena daquele que embora alcunhado de ‘líder dos ateus’, sabe que ateus não têm líderes, cultos, dogmas imutáveis e – infelizmente - no Acre hodierno, nunca encontrou, fora dos muros UFAC, um lugar curricular (e mesmo ali, com muito preconceito).

Tal como a poesia para Paulo Leminski - das coisas inúteis (e infames?), mas necessárias para a vida - assim é meu ateísmo.

2 INTRODUÇÃO

A dissertação apresentada tem por escopo abordar a questão da laicidade no currículo acriano (história e religião) no início do século XXI, analisando, durante o processo, as religiosidades/arreligiosidades presentes (ou ausentes/silenciadas) no ensino confessional do Estado de Acre, dando ênfase à questão da arreligiosidade e enfoque na cosmovisão positiva do ateísmo. Pugnando-se, face aos silenciamentos sofridos, pela colocação do ateísmo como parte inerente e afeta ao debate curricular, demonstrando, na prática, como se vivencia o currículo confessional pela ótica laica.

Por isso, em memorial se trouxe o ENA/AC como momento de ruptura para a temporalidade ateísta acriana, no sentido decolonial do termo, um manifesto; algo genuinamente acriano, uma representação do que é o ateísmo do ‘pé rachado’ pretendida desde seus primórdios; como algo contestador do *status quo* e não somente como evento acadêmico com vistas à garantia de direitos e visibilidade de uma causa.

O que se objetiva, portanto, dentro de uma perspectiva decolonialista, é lançar argumentos acerca das reflexões arreligiosas (financiamento estatal exclusivo de vertentes cristãs, currículo como instrumento silenciador dos ateus, ausência de inclusão de visão crítica do cristianismo nas áreas do conhecimento de História e Religião) proveniente de um debate sobre como o ensino de religião e história ocorre na prática, consoante capítulos 3 e 4. Além disso, a questão das reformas protestantes e seu impacto, quando abordadas a partir de uma perspectiva ateísta, serão fundamentais para esta pesquisa. Elas podem imprimir uma perspectiva decolonial ao ensino de história e religião, como será detalhado na proposta de intervenção e no Manual, apresentados no Capítulo 5.

Tal estudo, entabulado no início do século informacional, norteia-se, portanto, na defesa de uma construção histórica arreligiosa do currículo confessional nacional e acriano. Desde sua gênese, o ensino brasileiro foi confessional, é confessional e será por muito tempo ainda confessional, consoante entendimento *novel* do Supremo Tribunal Federal – STF e já abordado em monografia pretérita (ZANON, 2019).

No currículo ocorre algo parelho: e por isso questiona-se - nos currículos estudados - por onde andará a palavra ateísmo? No documento formador da sociedade local, o Currículo Único de Referência do Acre – CRUA, na Base Nacional Curricular Comum, na escola São José e Edilson Façanha? A presença ou ausência de religiosidades e arreligiosidade na base

curricular confessional do Acre é um reflexo do sepultamento da história, seu féretro.

Acerca desta gênese cristã nos primórdios curriculares brasileiros, e das críticas advindas dos discursos laicizantes presentes neste – em especial, o ateuista - e das características simbólicos-culturais de um povo, o pensamento de Elza Nadai evidencia o entendimento de que o currículo é palco central destas disputas (laicos x não laicos, por exemplo) no campo da história:

No Brasil, a constituição da História como matéria de pleno direito ocorreu no interior dos mesmos movimentos de organização do **discurso laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas então travadas, entre o poder religioso e o avanço do poder laico, civil.** (NADAI, 1993, p. 34, grifo nosso)

Logo, partindo de inquietações pretéritas de cunho constitucional ainda no curso de direito, nos idos de 2019, viu-se com espanto a Corte Suprema do país sacramentar o ensino confessional em seu plenário, mais uma das muitas violências já cometidas pelo Pretório Excelso em sua história: vide o caso Olga Benário. Tal posicionamento estatal reflete como a força da religiosidade é sentida no seio da sociedade brasileira e imposta à realidade do ateuista, como os capítulos a seguir denotarão.

Adentrar o cotidiano escolar confessional e observar o momento militar de fila para orações antes das aulas (São José) - que inúmeras vezes experimentei em vida. A 'hora da reza' faz parte das problematizações aqui propostas, refletindo a realidade do cotidiano confessional que vivenciei como aluno e vivencio como professor ateuista em um sistema de ensino público que é laico apenas no papel. Como é possível falar em uma visão decolonial, quando o cristianismo, o currículo dominante, foi imposto pelos colonizadores, se ignorarmos tais violências, que nem sempre são silenciosas; cabendo ao historiador ateuista ouvi-las...

Da obra de Veyne, emprestam-se os processos de rupturas históricas e que implicações para a existência ateuista estes trazem, em especial, na discussão da proposta de intervenção, onde se pode observar a estupefação dos estudantes ao conhecer um professor “ateuista” (muitos relataram jamais terem conhecido um) o que, para fins deste estudo, será considerado parte deste “mito da laicidade”⁵ que permeia o ensino público acriano. Será que realmente são tão

⁵ Conforme descrito em trabalho de conclusão do curso de direito denominado **‘O mito da laicidade sob a ótica do encontro nacional de ateus no período de 2013-2016: ensaios sobre o conceito de *Lesà-Secularism*’**: “Como em qualquer conceito inaudito, utiliza-se de recursos de linguagem como a hipérbole e eufemismos; numa sociedade ideal, essas questões estarão no topo de qualquer análise jurídica séria, tendo em vista que, *mutatis mutandis*, os males da humanidade decorrem da ignorância ou desrespeito de um ou outro fundamento da pirâmide proposta dentro do conceito de lesa-secularismo” (ZANON, 2019). Nesta pirâmide, defendida em trabalho

poucos os professores de história ateus ou estes se sentem reprimidos em falar abertamente de seu ateísmo em ambientes confessionais? Fica a dúvida ou a violência?

O reconhecimento, desde o início, que o Brasil não é um país laico de fato, refletindo tal fato nos currículos do país afora. Parte-se, portanto, do entendimento de que há um domínio histórico “cristão” sobre o sistema educacional pátrio, dentro desta Era (na longa duração histórica) já denominada mito da laicidade.

No currículo de história e religião, onde este domínio se fundamenta, o enraizamento cristão se revela de maneira ímpar, pois segundo Itamar Freitas “[...] até 1930 não se tinha clareza sobre o que deveria ser o ensino de História para os jovens, aventando-se teorias que mesclavam positivismo, catolicismo ultramontano⁶ e pragmatismo norte-americano, entre outras abordagens (FREITAS, 2010, p. 11).

Este ultramontanismo referenciado por Freitas - forma radical e conservadora de catolicismo - esteve historicamente (e está) presente no currículo formador pátrio e principalmente acriano. O ateísmo e demais formas de religiosidades/arreligiosidades (agnosticismo, ceticismo, etc.), por outro lado, encontram-se apagadas (ou silenciadas) no ensino religioso e no ensino de história. Como forma de diagnosticar o objeto proposto, adotou-se como fontes inescapáveis os documentos norteadores do ensino brasileiro, qual sejam a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Currículo Único de Referência do Acre – CRUA. Ali estão as receitas de bolo, as medidas e tudo o mais no que tange a prescrição curricular.

No currículo local, especialmente na educação básica, defende-se que estão dispersas as diferentes fontes de religiosidade e arreligiosidade impostas nas instituições públicas de ensino confessional da capital acriana às jovens mentes. Por isso, durante a consecução do presente trabalho, observou-se com inenarrável atenção como os conteúdos programáticos “Reformas” (protestantes) e as “Contrarreformas” (católicas) se repetem no currículo religioso e de história, sendo, de certa forma, onipresentes no ensino básico. Quero ficar no teu currículo, feito tatuagem (durante as observações *in loco*), parafraseando a famosa canção do ateu Chico Buarque de Hollanda.

As instituições confessionais objeto da proposta de intervenção, São José e Edilson Façanha, foram escolhidas como representantes de um processo educacional díspar: a decadente

anterior, e como a guerra atual entre Israel e Palestina denotam, grande parte dos desrespeitos aos direitos humanos advém de uma perspectiva mitológica impressa pela religião na realidade.

⁶ Termo proveniente do latim: *ultramontanus*. Dentro da religião católica, em especial na França, o termo está ligado aos membros do catolicismo que têm no Papa um modelo para o comportamento humano. Ainda no medievo, atribuíam-se o termo aos papas que não fosse da Itália, portanto, “para além dos montes”, ou seja, movimento religioso radicalmente contra a laicidade estatal.

instituição católica do centro de Rio Branco (outrora onipresente, próxima aos centros de poder local) e uma recente (fundada em 2009) escola periférica “padrão” (como objetivava-se na época de sua fundação, conforme será visto a seguir) da mesma localidade. O que as une é o ensino confessional, ou seja, ambas possuem em seus currículos o ensino formal da disciplina de religião.

Segundo a BNCC, o ensino religioso é assim apresentado:

Ao longo da história da educação brasileira, o Ensino Religioso assumiu diferentes perspectivas teórico-metodológicas, geralmente de viés confessional ou interconfessional. A partir da década de 1980, as transformações socioculturais que provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional também impactaram no Ensino Religioso. Em função dos promulgados ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do **conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares**. (BNCC, p. 437, grifo nosso)

Para estas análises, adotou-se a premissa ontológica de que a religião é poder, possui poder e financia os poderes constituídos ao longo da história. Ou, como numa observação no Instituto São José pode-se notar soberanamente na lousa: “*Sola Scriptura*” (a verdade absoluta das escrituras) ainda sendo propalada em salas de aula dos confins da selva Amazônia. No congresso existe a bancada da bíblia, e no memorial, se desejar, o leitor poderá revistar outras violências vivenciadas: tudo em torno do colonialismo europeu e cristão advindo das caravelas, tão referenciado aqui.

Educação confere poder, seja para o professor na sala, seja pelo conhecimento proporcionado ao estudante em formação. Logo o currículo é a nascente de tais poderes: é uma ferramenta que tanto pode ser utilizada para incluir ou excluir cidadãos. “Agora eu me tornei a morte, o destruidor de mundos”, numa paráfrase livre da famosa citação do hinduísmo, sobre a importância curricular. Um professor formou o idealizador da bomba atômica, ou o líder dos ateus no Acre: a docência é a única coisa onipresente na sociedade.

Busca-se infirmar que tal poder educacional é um poder predominantemente não-laico: religioso, como inscrito na expressão *ensino confessional*. São José e Edilson Façanha são os lugares onde tem fila da reza e falta almoço, respectivamente. Religião também representa a história humana, uma fundamental parte, dir-se-ia, tem história e o próprio ateísmo (e outras religiosidades/arreligiosidades) faz também parte desta trajetória pela via reversa, ou seja, da exclusão/negação.

Se um ateu fosse desafiado a assumir uma posição de poder na educação acriana,

enfrentaria novamente o 'túmulo da história'.

Igualmente relevantes são as mentalidades históricas para a consecução do presente trabalho: “por que você não participa das aulas de religião na escola?”. Não seria melhor questionar: por que ainda há ensino religioso em escolas públicas? Financiadas com dinheiro público, inculcando em mentes pueris ecos de uma história cujas raízes advém de muito longe desta terra. Nos capítulos que tratam especificamente das escolas estudadas, o caráter financeiro e jurídico serão fundamentais. Dados obtidos junto à Secretaria de Educação indicam que, no Acre, mais de 50 milhões de reais foram gastos em uma década com São José e João Calvino, conforme será discutido no capítulo 5.

Por isso, quando se utiliza, no presente estudo, a expressão “mito da laicidade”, sabe-se, antes de tudo, que mitos não devem ser entendidos apenas no sentido de algo irreal, ilusório; sobremaneira. Assim, o currículo é analisado sob as lentes das temporalidades históricas, decolonialidades, mentalidades e silenciamentos. A sala de aula, palco final dessa 'luta de contrários' (laicos x não laicos) no currículo, é onde tudo começa, termina e se propaga. Essa dualidade atemporal dividida – para fins deste estudo - entre religiosidades/arreligiosidades curriculares.

O “ateísmo”, por assim dizer, não se presta a ser uma representação da laicidade em si: pelo contrário, trata-se da negação de sua faceta mítica. Em sua obra *Espectros do ateísmo*, o professor ateu Ricardo de Oliveira, da federal sul-mato-grossense informa a existência de dois tipos básicos de ateísmo: o negativo (que não questiona ontologicamente a existência divina) e um positivo (que questiona a existência divina), onde, em ambos, se realçam enquanto *desrespeito* a deus. A própria existência ateísta, seja ela negativa ou positiva *ofende* o cristianismo historicamente.

Note-se que, tanto em Calvino quanto em Garasse, o termo ateísmo é realçado enquanto impiedade, desrespeito a Deus e as coisas sagradas em nome de um modo de vida dissoluto, e não propriamente por uma postura filosófica de “*não acreditar na existência de Deus*”. É possível achar essa caracterização de ateísmo ainda no fim da Idade Moderna, no contexto intelectual de valorização do saber racional promovido pelas ideias iluministas. Um dos principais nomes do Iluminismo, o filósofo Voltaire (1694-1778), crítico das instituições religiosas como sinônimo de obscurantismo intelectual, no *Dicionário filosófico*, publicado em 1752, no verbete sobre ateu/ateísmo, argumentou ser impossível uma sociedade de ateus. (SILVA, 2023, p. 59, grifo nosso)

O autor do presente estudo encontra-se na segunda categoria (positivo), mesmo sendo considerado um “homem sem freio” por Voltaire: nefasto. A laicidade na acepção hodierna é

somente uma faceta cruel da legitimação do domínio não laico na esfera jurídica (BNCC, CRUA, por exemplo), social, econômica, histórica e, principalmente, curricular. Vide o controle educacional absoluto da Igreja no medievo ocidental, o catolicismo ultramontano que inspirou os primeiros anos da educação nacional: pululam exemplos. O preconceito muitas vezes começa em casa (minha mãe morreu sem aceitar meu ateísmo), mas se prolifera através de um ambiente escolar exclusivo. Trata-se da mesma instituição que continuará formando gerações, num ciclo vicioso infundável: um ciclo de reprodução de preconceitos. Com que olhos os futuros historiadores julgarão este ensino confessional? Aqui defende-se que como ecos ainda de um Brasil colonial.

Outra obra basilar para o presente estudo é “A história do Ateísmo”, do francês Minois (2012). Ali estão as bases para a concepção *arreligiosa* aqui defendida (ateísta). O termo *arreligioso*, emprestado de um perseguido (e morto) pelo Nazismo – Bonhoeffer - será aprofundada no capítulo a seguir. Imprimindo tais questionamentos (financiamento, silenciamento curricular, etc.) se propicie a construção de um currículo de fato plural, que desde suas origens incluam as visões ateias de forma clara, sendo da vertente positiva ou negativa. Ao se assegurar os direitos aos mais excluídos⁷, para além da mera inclusão física, exsurge consequentemente o sentimento de pertencimento ao currículo, sendo ele então vivido efetivamente por todos, propiciando verdadeira cidadania:

O primeiro estudo sério consagrado ao assunto data de 1870. *The Origins of Civilization and the Primitive Condition of Man* [A origem da civilização e a condição primitiva do homem]. John Lubbock (‘834-192), que estudou povos primitivos da Austrália e da Terra do Fogo, **afirma nessa obra que a humanidade, em suas origens, é ateia, isto é, não tem a mínima ideia de um mundo divino qualquer.** Colocando-se numa perspectiva evolucionista, ele retrança as etapas de elaboração progressiva da religião, passando sucessivamente pelas **fases fetichista**, totemista, xamanista, idólatra antropomórfica. Clara ao mesmo tempo que existem povos completamente ateus: os cafres, os melanésios, os yagans da Terra do Fogo e os aruntas da Austrália. (MINOIS, 2014, p. 12, grifo nosso)

⁷ Cabe aqui mencionar que Dawkins, biólogo evolucionista neste trabalho referenciado por seu ateísmo é representante do ateísmo positivo tão caro a este estudo. Na obra Deus um delírio, defende que um documento histórico releva mais pelo que silencia do que pelo que anuncia “Os preconceitos são indicadores da data em que alguma coisa foi escrita. Em sua época, um respeitado teólogo de Cambridge, A. C. Bouquet, podia iniciar o capítulo sobre o islã em seu *Comparative religion* com as seguintes palavras: "O semita não é um monoteísta natural, como se supunha por volta de meados do século XIX. Ele é um animista". A obsessão com a raça (em oposição à cultura) e o uso revelador do singular ("O semita [...] Ele é um animista") para reduzir uma pluralidade inteira de pessoas a um "tipo" não são *monstruosos*. Mas são mais um pequeno indicador do *Zeitgeist mutante*. Nenhum professor de teologia ou de qualquer outro assunto em Cambridge usaria hoje essas palavras. Essas dicas sutis da moral mutante revelam-nos que Bouquet não escreveu depois de meados do século XX (DAWKINS, p. 12-13, 1999).

Abordar a laicidade curricular é adentrar numa senda delicada dentro do Estado do Acre; é perscrutar uma visão de mundo importante na *psiqué* humana, daí a grande dificuldade encontrada em coletar algumas fontes do presente trabalho. Num momento histórico onde, durante parte do advento desta pesquisa, havia pessoas acampadas em frente a um quartel, clamando por uma intervenção militar, sob o lema “deus, pátria, família e liberdade”, tão caro ao integralismo brasileiro.

Assim, se há uma escola confessional onde predominantemente a visão cristã é financiada, deveria, em atendimento à equidade, existir um financiamento para as demais denominações - já aí começam os silenciamentos. Quando não somos capazes de verificar na realidade a existência do próprio silenciamento, ele se enraíza na sociedade, sendo naturalizado (e aí o corpo ateu pode ser submetido a qualquer atrocidade). Não é outra a visão do pensador Quijano (2005) em seus estudos levados à cabo sobre o ensino decolonial:

O mesmo arcaico modelo senhorial, **feudal**, de existência social, também levará a Coroa a centralizar seu domínio político, não precisamente procurando produzir com todas as demais populações uma identidade comum (nacional, pois), **mas sim impondo sobre as demais identidades e nacionalidades da península um regime de colonialismo interno, que não terminou até hoje**. Desse modo, impediu o processo de nacionalização que se desenvolveu depois no centro-norte europeu no mesmo caminho e no mesmo movimento de aburguesamento da sociedade. (QUIJANO, 2005, p. 11, grifo nosso)

Esse domínio feudal reflete valores cristãos desde sua gênese. Afinal, foram as missões e reduções jesuítas as grandes responsáveis pela expansão territorial brasileira e também do cristianismo, sendo considerado “moral” salvar os indígenas do “seu modo de vida dissoluto”. O ensino confessional resumido. A Teoria Criacionista (mito) também abordada pelo currículo acriano - como se verá a seguir - e a Teoria Evolucionista (ciência), não estão em campos diversos: uma deveria estar no currículo e a outra não, a não ser a título didático – quando lecionando sobre mitologia, por exemplo -, uma explicação errônea acerca da origem humana propalada há milhares de anos atrás.

O termo arreligiosidades, portanto, será adotado não como algo oposto a religiosidade, em oposição à religião, mas como algo diferente (posto que ateus positivos negam a existência de qualquer divindade, o que por si só, não constitui *nem* religião, *nem* arreligião), revisitado.

Nesta visão de ruptura decolonial do ensino de história, tão própria a obra de Quijano, tem-se que no inciso VI do artigo 5º da constituição onde se consagra que “é inviolável a liberdade de consciência e de *crença*, sendo assegurado o livre exercício dos cultos *religiosos* e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de *culto* e a suas *liturgias*,” o que se observa

no artigo em questão é uma quimera em relação aos ateus, pois o termo laicidade só pode se depreender do fato de que é inviolável o “pensar”, a consciência *religiosa*. Todavia, não há qualquer albergamento aos ateístas, aos arreligiosos de maneira clara. Ateísmo, portanto, não é *crença*, não podendo ter líderes ou liturgias pela mesma razão.

Em Quijano (2005) tem-se que este colonialismo europeu que se verifica no currículo confessional é intencional, milenar e imposto didaticamente. Findo o período colonialista factual (onde jesuítas foram um grupo de destaque-se), inicia-se o mental. Repise-se: o cristianismo é europeu e o sistema de ensino brasileiro está atrelado a um passado ligado à *religião*, desde as reduções formadas pela companhia de Jesus, até o catolicismo ultramontano do início do século XX; sempre no intuito de escravizar não apenas corpos indígenas e negros, mas também suas mentes, inculcando-lhes que sua cultura era superior, o seu Deus o verdadeiro e sua forma de existir a única *civilizada*. Assim, demoniza-se tudo aquilo que não é ‘a imagem e semelhança de Cristo’.

Ainda na esfera jurídica tem-se que o ônus probatório incumbe aquele que alega a existência de um fato (seja ele histórico ou não): são os cristãos que tem algo a provar, não os ateus, então por que o currículo de história e religião são tão voltados à temas relacionados ao cristianismo, às *religiosidades*? Quantas vezes um estudante precisa estudar as reformas e mais reformas *religiosas*? Ou a “teoria criacionista”? O que se observa nas sociedades com um grau mais elevado de laicidade, é a recusa do ensino confessional por princípio de igualdade material (desde a Paz de Vestfália até os dias atuais), posto que visões religiosas amiúde carregaram forte odor de retrocesso quando aplicadas ao corpo social. A separação entre Estado e Igreja de fato.

Outro problema enfrentado já na segunda etapa da presente pesquisa, foi demonstrar, dentro do cotidiano escolar, como o ensino confessional curricular é prescrito – na prática e no cotidiano da escola – dentro das “quatro linhas da sala de aula”. E, no país do futebol, o que importa, no fundo, é entender se tais escolas vestem a camisa da laicidade de fato e de direito ou transmudam-se apenas em instrumentos do silenciamento do ateísmo e outras religiosidades na história. E com a devida vênias aos locais visitados, a resposta é não: a arreligiosidade não encontra espaço ali. Daí preferiu-se a aplicação do Manual numa escola pública, onde, no papel ao menos, a laicidade estatal deveria ser respeitada.

Nas periferias (onde se situa a Escola Edilson Façanha), para além de todas as questões aqui levantadas, é recorrente notar que as quadras de esportes de tais estabelecimento de ensino não funcionam (boa parte do ano), as salas de aula são um forno, os fundos, um depósito de

entulhos (como os estudantes?). Às vezes, nem tão às vezes, falta almoço. Será que há recursos malversados que poderiam propiciar um verdadeiramente estudo laico aos moradores da periferia? Talvez verbas milionárias destinadas anualmente para escolas notadamente confessionais. Como pesquisador, rejeito a neutralidade axiológica aqui e questione-se, na prática, se seria realmente possível ministrar ensino confessional sem proselitismos, como prescrevem os documentos curriculares.

A história local ateuista é igualmente importante na construção de uma narrativa curricular abrangente e por isso foi incluída no Manual: ensino de história partindo-se sempre da história local. No processo de ensino-aprendizagem, trazendo-se à baila importantes debates para formulação de um modelo laico que utilize a redação (tendo na escrita a ferramenta fundamental para a história), por exemplo, como instrumento para compreensão das religiosidades/arreligiosidades locais, discutindo preconceitos desta natureza e na defesa de uma visão de fato e de direito laica de mundo.

Quantas serão as crianças e adolescentes que estão sendo doutrinadas com o aval e o dinheiro públicos? Elucubrando-se acerca do pequeno recorte desta pesquisa: *inúmeros*.

Assim, deve-se partir da premissa que as salas de aula através da história não são, não foram, e provavelmente nem serão brevemente, espaços laicos. Aqui se refere ao não entendimento desta mensagem: a laicidade educacional estatal fática deve defender fervorosamente o direito mais fundamental do ser humano, não crer. O Estado só é “laico” para os não-laicos, num paradoxo admirável, pois para minorias como os ateus e agnósticos alijados na esfera curricular de um direito basilar: o de não crer, ou duvidar/questionar os dogmas não-seculares.

Sobressai-se, portanto, na parte teórica dos currículos estudados, menções sobre as inúmeras benesses para o ‘interesse público’, para a ‘consciência nacional’, como o ‘bem comum’, acerca do ensino confessional. É aí que ele se justifica afinal. Adicione-se a tal retrato um país que foi dos últimos das Américas a ter uma universidade; certamente, será dos últimos a legalizar o aborto e a maconha; sendo o derradeiro a discutir o casamento homossexual (que atualmente o congresso tenta proibir pela via legal). Qual o interesse público em financiar este tipo de visão do mundo?

Por isso, a decisão do STF que confirmou a constitucionalidade de tal modelo de ensino certamente envelhecerá mal. Todas essas debilidades infirmadas, são a lúgubre faceta do núcleo jurídico da ‘liberdade de crença’ do art. 19, inciso I (I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus

representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de *interesse público*;) da constituição, que é fraco em sua redação. Aqueles sem conhecimento jurídico não conseguem observar que termos dentro do currículo (uma lei) são retirados da *lex legum*, ou seja, lei das leis. Tornando-se, portanto, de inexistente aplicação seja na realidade, seja nos currículos analisados nesta pesquisa.

O mister do labor curricular é formar o cidadão que transformará o futuro. Assim, acredita-se que os ates estão a passar por aquilo que indígenas e negros ao longo da história amazônica: adequar suas visões de mundo às práticas do colonizador cristão. Daí a visão indígena estar igualmente presente no Manual. Assim com negros e indígenas (e o próprio colonizador), ates também possuem uma cosmovisão de mundo próprias. Sem nenhuma pretensão de encerrar o tema, propôs-se, no capítulo 4, uma análise documental (por um rábula) do acervo de documentações (CRUA, BNCC, planos de curso, planos de aula, avaliações, sequências didáticas, etc.), como forma de evidenciar que o apagamento que começa de forma legal, oficial, desemboca nos silenciamentos experimentados pelos *arreligiosos* no ensino confessional vivido.

Assim, em lutas desiguais, descontínuas e vivendo na contramão da colonialidade do saber e do poder mas também estabelecendo acordos e contaminando-se muitas vezes na lógica do colonizador, índios e negros cotidianamente romperam fronteiras culturais, recriaram caminhos em busca de liberdade, orientados por visões de mundo e perspectivas de vida e trabalho, **que não os desconectavam de crenças ancestrais de suas tradições**. Essa compreensão não nega o poder do epistemicídio cometido contra inúmeras nações indígenas por portugueses e colonos e nem as dores, agonias, assassinatos e suicídios que negros das Áfricas, em travessias para as Américas, foram forçados a enfrentar; contudo é preciso ultrapassar leituras individuais para se alcançar momentos em que cosmologias indígenas e africanas misturaram-se e adensaram os modos de viver na Amazônia. (PACHECO, 2013, p. 202-203, grifo nosso)

O método utilizado nas fases de investigação e de tratamentos de dados para o enfrentamento dessas e de outras questões, portanto, foi o das rupturas decoloniais; utilizando-se a história local (queima da bíblia) para discutir – e criticar – junto ao estudante a história geral (repetições e predominância cristã no currículo), baseada num currículo confessional que silencia outras visões de mundo historicamente, de um lado.

De outro, tergiversando-se acerca da contribuição das temporalidades históricas, pois se trata de desenvolver, dentro dos parâmetros historiográficos, os diversos aspectos curriculares possíveis (dentre eles o atesta positivo) - partindo do escrutínio das religiosidades/arreligiosidades presentes/ausentes no Acre de fins do século XXI no ensino acriano - com o intuito de possibilitar questionamentos acerca dos silenciamentos

experimentados na seara educacional acriana.

Esta conceitualização empreendida pelo historiador é diferente daquela empreendida pelas memórias já que estas estão presas em maior grau, à convencioanalização, por também estarem presas ao próprio grupo que as produz. **A história é um ponto de vista externo ao acontecido, e uma interpretação a posteriori do fato, uma conceituação que trabalha muitas vezes com experiências de inúmeros grupos,** o que não acontece com as memórias, que é sempre um trabalho interno a grupos, presas, portanto, à visão do grupo ou grupos de que é expressão. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 206, grifo nosso)

Como fontes orais de pesquisa foram utilizados relatos pessoais, dos estudantes e funcionários escolares e outros apenas vivenciados por este autor; bem como foram pesquisadas fontes impressas nas redes sociais sobre o episódio denominado queima da bíblia. Documentos oficiais acerca do financiamento público às escolas confessionais serão fruto de escrutínio, igualmente.

Foram consultados ainda vídeos disponíveis em sítios na *internet*, tais como o Debate “deus Existe?” acessível no *youtube*, além de depoimentos acostados no processo criminal n.º 0005845-84.2015.8.01.0001 instaurado a pedido da Câmara dos Deputados do Brasil. Levado à cabo pela Polícia Civil do Estado do Acre, envolveu ainda as instituições do Judiciário e do Ministério Público local, até seu arquivamento final. Serão utilizadas ainda notícias de jornais escritos e televisionados e a pesquisa *in loco* sobre a história contada (São José) e não contada da escola Edilson Façanha (estabelecimento fundado em 2009, ou seja, uma escola do século XXI que nem sempre tem *internet* disponível nas salas). Tudo com fito de responder à pergunta: onde andará a memória ateísta?

[...] história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral. A história oral é um a parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista. (MEIHY et al., 2015, p. 14)

Em termos de amostragem, serão analisados igualmente o papel dos estudantes, docentes e demais integrantes da pesquisa; os documentos elencados, e sua influência sobre a matriz curricular dita invisibilizada serão comparados e revisados na voz dos discentes nos produtos finais (redações dos estudantes, elencados na conclusão deste trabalho) elaborados por estes. Os dados reunidos foram, portanto, coletados no intuito de possibilitar a correta análise e

questionamento acerca dos silenciamentos experimentados no âmbito educacional das religiosidades/*arreligiosidades* aqui discutidas.

Entre os meses de julho e dezembro de 2023, foram realizadas visitas, ministradas/acompanhadas aulas de história e religião, e observado o cotidiano dos estudantes nas duas escolas objeto do presente estudo (lembrando-se que o produto – Manual - foi aplicado somente na Escola Edilson Façanha por razões já aqui explicitadas).

Com o contato diário com os discentes entre os meses acima e a presente data, em ambientes confessionais, buscou-se ainda identificar como os conteúdos e outros documentos burocráticos (provas, por exemplo) de história e religião eram elaborados (em suma, com um viés religioso). Ao final, atendo-se a questão conteudal afeita aos sétimos anos, qual seja a chegada dos jesuítas no Brasil e o que isso significou para as populações nativas, num primeiro momento, e negras, já durante a modernidade.

Escolhido o ano-alvo (sétimo), as aulas foram ministradas com fito a satisfazer a tríade "realidade do estudante, conteúdo curricular obrigatório e legislação específica sobre o tema", no intuito de decolonizar o ensino confessional nestes ambientes. Por último, observar como a reação (em geral, negativa) ao tema era sentido neste processo. Assim, escutar se de fato o ateísmo encontra no féretro da história do ensino confessional acriano.

Conforme será aprofundado no capítulo 4, uma das principais diferenças entre um colégio de vagas disputadas e um de extrema periferia (com salas, às vezes pouco ocupadas), é que o primeiro é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – poucos direitos, muito trabalho – e o segundo pelas leis de concurso público. Não se faz necessário explicitar em qual dos regimes o trabalhador tem mais liberdade de cátedra, mais direitos.

De posse das documentações reunidas, dentro da vivência escolar experimentada no dia a dia, as violências que eu mesmo sofri no processo (e já abordada no memorial), estabeleceu-se um paralelo com o silenciamento maior do currículo escolar: o ateuista. Tal silenciamento veio com a chegada do conquistador, de fato, imposto de forma colonial, agressivo, como é o currículo vigente em relação aos ateuistas.

Na fundamentação do presente estudo, os trabalhos de Minois, Ricardo Oliveira, Walsh, dentre outros, serão prementes no que tange aos elementos de silenciamentos ateuistas, desde a Grécia Antiga, quando surge o termo *a-theos* (os negadores de deus), até estudos anteriores, como o de monografia em direito. Defendendo-se que para os ateus positivos a pergunta sequer é importante, sendo irrelevante para a existência humana factual. “Aí você tem lugar de fala, Felipe”, como repetia minha orientadora. O currículo (sobre)vivido será outra

pedra fundamental do estudo, como resposta à pergunta sobre a inserção ateísta no cotidiano (e no currículo) escolar.

Aí se aloca o episódio da queima da bíblia: na dimensão histórica local. Tratar o currículo de história tendo por ponto de partida a realidade do estudante (as igrejas que o circundam, os acontecimentos históricos relevantes), de seu ambiente local; é revisitar Paulo Freire de igual modo. Em estudo prévio, discutido algures, aventou-se que tal ranço jurídico (crisofobia x laicidade) advém da primeira constituição pátria (monárquica) que estabelecia o catolicismo como religião oficial; o mito da laicidade.

Ainda na fundamentação, o termo *arreligiosidade* entrará no vocabulário desta pesquisa como peça central e repaginada de seu criador original, tanto por pouco aparecer no CRUA, quanto pelo significado subjacente disto. Arreligiosidade, para o currículo acriano, só existe atrelado à religião. Quase não se nota: o ponto fulcral deste estudo, o apagamento ateísta (positivo) curricular. Tal fato ocasiona uma dupla violência, posto que o preconceito retroalimenta o próprio apagamento.

Isto posto, criticar ainda é o recebimento de verbas públicas por tais instituições, e as mazelas que isso perpetua no que tange ao ateísmo no campo curricular. Entende-se que isso prejudica não apenas o erário público, mas também a sociedade, ao propagar a verdade inquestionável das escrituras e os preconceitos que elas perpetuam. O Estado, no sentido “canônico” do termo, é um emaranhado de leis escritas e costumes não escritos e, porque não dizer, permeados por ‘ordem e progresso’, como está estampado na flâmula pátria. Este mesmo Estado, sempre com E maiúsculo, é um Estado repressor por natureza, colonial, silenciador. É o Estado que surge com a modernidade, trazendo consigo a escravidão *moderna* que tanto massacrava negros, indígenas e ateístas.

Como haverá uma escola pública efetivamente “livre” se não for essencialmente secular? Secular no sentido de que as religiosidades/arreligiosidade sejam, sim, importantes e fundamentais, reconhecidas historicamente; contudo, não sob o aval, incentivo, financiamento e coerção estatais, como é comum no Acre atual. É impossível, em se sendo ateísta, não refletir sobre o quão embaraçoso é não participar das “aulas de religião”, dentro de um currículo vivido. O fato de tão poucos discentes saberem de seu direito de não participarem das aulas de religião evidencia isto. Por que você não frequenta? O professor é tão legal...

Quantos estudantes estão sendo submetidos a tal ensino totalmente voltado para a visão cristã de mundo? Seria ético? Novamente a admoestação que não se visa aqui encerrar o debate, mas levantar questões importantes, posto que tal forma de ensino foi chancelada pela

via estatal num de seus três poderes - referenciados na linguagem jurídica - como de controle contra majoritário (que é o poder de uma instituição para defender minorias). O mínimo que se espera de um Estado (e aqui nos referimos não só ao Acre) efetivamente laico é que este não financie visões de mundo essencialmente excludentes. Se for para ter uma escola cristã subvencionada, teria de haver também escolas de outras vertentes com o mesmo benefício, embora se defenda que não haja de fato financiamento do ensino confessional.

3 NO TÍTULO DA HISTÓRIA: APAGAMENTOS ARRELIGIOSOS

A ausência do termo 'ateísmo' nas diversas fontes consultadas nesta pesquisa, além de não surpreender qualquer ateuista, denota seu apagamento na educação confessional acriana, o que é naturalizado pela falta de trabalhos específicos sobre o tema. Como eles – estes apagamentos - se enraízam na discussão dos currículos (sobre)vividos, abordadas em capítulo posterior. Assim, deixou-se de aprofundar o termo arreligioso na introdução, pois se pensava, no início da pesquisa, tratar-se de termo inaudito. Contudo, durante o curso da escrita, foram encontradas referências ao termo *arreligioso* na obra de Dietrich Bonhoeffer.

O responsável pelo termo revisitado – e ressignificado – no título provém da Alemanha. É de autoria de um teólogo protestante que viveu entre os anos 1906 e 1944 como professor e vigário, em seu país de origem (Alemanha) e, sendo, como denota o ano de sua morte, assassinado pelo nazismo que repudiava, próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Em escritos produzidos durante seu período no cárcere, nomeado primeiramente de Esboço para um livro, publicado em agosto de 1944 - de forma póstuma - sob o título Resistência e Submissão, o termo exsurge em capítulo denominado ‘A *arreligiosidade* do homem tornou-se adulta’. Trata-se, pois, de um pastor evangélico (luterano) extremamente crítico à religião organizada de seu tempo, religião esta que estava se alinhando ao nazismo na Europa. Daí a relevância histórica do termo adotado no título.

Portanto, o autor do termo esteve presente num enervado período do século XX para Europa Ocidental - tão responsável pelo colonialismo aqui imposto. Ressalte-se que, embora sua linha de pensamento estivesse voltada a estudos teológicos (como a histórica falsa relação entre cristianismo e ateísmo), sua vida pautou-se por uma importante atuação política, sendo por isso condenado à morte por enforcamento pelo Führer, após ser preso por traição, posto que havia sido partícipe de um dos planos para assassiná-lo. Ou seja, o próprio criador do termo

arreligião foi silenciado da mais violenta forma que pode haver: a morte.

Produto de uma época conturbada, isto permeou o pensamento deste clérigo, posto que esteve entre os alemães que se voltaram contra o nazismo que coetaneamente - através de bolsonaros e mileis - ensaia retornar com força ao cotidiano social. Bonhoeffer, mesmo sendo teólogo, revoltou-se especialmente ao ver como a Igreja curvou-se (quando não se aliou explicitamente) ao nazi-fascismo europeu. Por isso o criador do termo acreditava que era necessário se libertar da Igreja (não da religião), pois esta já não atendia mais ao que realmente significava ser cristão e, para aprofundar a discussão, emprestam-se os escritos de Lacoste:

O procedimento de Bonhoeffer consiste assim em levar em conta o niilismo moderno: os homens nem idólatras são mais. Por outro lado, a tendência niilista em conceber tudo como um eterno vir a ser, manifesta que **o homem se tornou maior e se libertou de seus tutores**. (LACOSTE, 2004, p. 1630, grifo nosso)

O termo tutores, na citação acima, foi escolhido – e novamente trago a dualidade laicos x não laicos ao presente estudo – por lembrar que professores, de certo modo, são igualmente tutores, tal como a Igreja, e denota sua própria libertação da teologia cristã instituída que passou a rechaçar ante seu apoio aos princípios nazistas. A escola não deve se tornar uma instituição inquestionável e ser instrumento de proselitismos, a Igreja já tem este papel na sociedade. O professor é a autoridade na sala de aula, expressão recorrente nas instituições de ensino, logo, aquilo que ensina tem uma *autoridade*. Mas terá *alteridade*? O padre é autoridade na Igreja, o professor na sala de aula - o templo do ensino contemporâneo - inquestionável em sua esfera confessional.

Contudo, segundo Bonhoeffer, a sociedade havia atingido sua maioridade (guerras, fomes, desgraças e etc.) e passou a não encontrar mais sentido nas anacrônicas práticas milenares de tais instituições religiosas. Assim, cabe-se questionar que a escola atual responde aos anseios do século XXI, pois é sabido que na história instituições que não se ‘reformam’ tendem a desaparecer...

Da mesma forma que o historiador liga lugares a ideias (ou ideais?), o professor conecta o estudante à realidade que com este compartilha. O fato de ser o criador do termo *arreligioso* um religioso, só denota que desde tempos pretéritos os próprios religiosos já se viam incomodados por aquilo que as instituições religiosas haviam se tornado, ficando patente tal pensamento na passagem que segue e, por isso, seria, para Bonhoeffer, necessário um retorno aos ensinamentos de Cristo:

[...] Rumamos para uma época totalmente *arreligiosa*; as pessoas, sendo como são, simplesmente não conseguem mais ser religiosas. Também aquelas que sinceramente se dizem “religiosas” de modo algum praticam o que dizem; portanto, é provável que com o termo ‘religioso’ estejam referindo-se a algo bem diferente. Porém, toda a nossa pregação e teologia cristãs de 1.900 anos baseiam-se no *a priori* religioso das pessoas. **O ‘cristianismo’ sempre foi uma forma (talvez a verdadeira) da ‘religião’.** Ora, se um dia evidenciar-se que esse *a priori* nem existe, mas foi uma forma de expressão historicamente condicionada e passageira do ser humano, se, portanto, as pessoas tornarem-se radicalmente *arreligiosas* – e acredito que em maior ou menor grau esse já seja o caso (p. ex., por que esta guerra, diferentemente de todas as demais, não provoca uma reação ‘religiosa?’) – então o que isso significa para o ‘cristianismo’? Tiram-se as bases de todo o nosso ‘cristianismo’, da maneira como existiu até agora; e restam apenas alguns poucos ‘últimos cavaleiros’ ou um punhado de pessoas intelectualmente desonestas que ainda aceitariam uma abordagem ‘religiosa’. Acaso seriam esses os poucos eleitos? Devemos atirar-nos, zelosos, rancorosos ou indignados, precisamente sobre esse grupo suspeito de pessoas para vender-lhes a nossa mercadoria? Devemos assaltar um punhado de pessoas infelizes num momento de fraqueza e, por assim dizer, violentá-las religiosamente? Se não quisermos nada disso e se, por fim, tivermos de considerar a forma ocidental do cristianismo apenas como um estágio preliminar de uma *arreligiosidade* total, que situação surge então para nós, para a Igreja? **Como poderá Cristo tornar-se o Senhor também dos *arreligiosos*?** [...] (BONHOEFFER, 2015, p. 369, grifos nossos)

Respondendo décadas após ao cunhador do termo: Cristo não poderá. Conforme memorial, ateus não possuem líderes, senhores, guias ou liturgias próprias em essência. Observe que o autor do termo deixa claro que seu intuito é a renovação do cristianismo (outra reforma?), posto que eles não atingiriam os *arreligiosos*, num mundo cada vez mais *arreligioso*. De grande capacidade premonitória, este vigário alemão já adiantava que os tempos vindouros teriam uma outra relação com a religião, pois segundo aquele, esta não atendia mais aos anseios sociais.

Não raro, vejo nas lousas onde trabalho (dentro do patoá docente), o criacionismo ainda ensinado como "método científico válido" para explicar a origem da vida e, como uma mácula, ainda está presente no CRUA, nos livros didáticos e nos vários documentos pesquisados. Que ciência histórica é esta? Aquela que deverá formar um cidadão obediente? Eis, no tempo e lugar, um professor/pesquisador ateu de história coetâneo, ante o *status quo* enfrentado não apenas em sua própria vida, descrita em memorial, mas igualmente em seu cotidiano docente.

Essa vontade de fornecer o *status* de ciência à história explica - além da importância atribuída por essa geração de historiadores à publicação sistemática e definitiva de documentos submetidos à crítica — seu sonho de um repertório exaustivo de todos os textos disponíveis, colocados à disposição dos especialistas, após uma vigilante depuração no plano da crítica. Daí, também, a idéia (sic!) **de alcançar conhecimentos definitivos** depois que, pela crítica, a história tenha sido despojada das lendas e falsificações. **Daí, por último, a continuidade entre o ensino médio e a pesquisa histórica - esta alimentaria aquele em fatos prontos para serem utilizados — de**

modo que a história ensinada seria a história erudita, desprovida de seu aparato crítico. (PROUST, 2008, p. 68, grifo nosso)

Incluir de forma profunda o ateísmo no ensino de história e religião é despojar o próprio currículo de lendas e falsificações: retirá-lo do túmulo da história. O ateísmo sempre esteve aí, em menor escala numericamente, mas central em grandes acontecimentos históricos, ou seja, o intuito aqui é justamente o de trazer a luz esta minoria. O ensino e o currículo de história perpassam (especialmente no que tange a história ocidental), o ensino do monoteísmo cristão predominante: se observou na prática que o termo *arreligioso* é visto como desimportante, nos currículos prescritos, relegados a uma posição reflexa, menor e deveras associada à religião. Sendo o cristianismo sempre o ponto de partida, até por ser o credo principal da maioria da sociedade brasileira.

A história do Brasil, seja pela constituição de 1894 (que estabeleceu o catolicismo como religião oficial, em nossa primeira Carta Magna), seja pelo ultramontanismo católico do currículo pátrio no ensino de história, é a história do cristianismo, uma história colonial desde sua gênese. E os conteúdos que abordem as “reformas religiosas” (colocando-se aqui reformas e contrarreformas em igual posição) e sua incessante repetição através dos períodos acadêmicos iniciais de um estudante, minuciosamente escrutinadas, são um reflexo desta construção da educação associada (quando não dominada) à religião organizada.

Ano após ano, tanto em religião, quanto em história, lá está ele, incólume, como já entendia Bonhoeffer, o Cristo Redentor, o cristo que *redime*. Neste ponto, ousa-se discordar do criador do termo, no que tange ao suposto enfraquecimento da religião, posto que esta, no Brasil, parece estar mais forte que nunca, vide a bancada da bíblia no congresso.

É nesse ambiente conteudal repetitivo que encontra o terreno fértil para o silenciamento do ateísmo e onde nascem termos esdrúxulos como heterofobia, *cristofobia*. Observa-se, hoje, na sociedade brasileira, uma espécie de contrarreforma tardia - com fito de frear os avanços laicos coetâneos - e a instrumentalização do termo *cristofobia* em setores radicais da sociedade é fato relevante.

As três religiões monoteístas dominantes do mundo, possuem uma ideia diferente acerca de quem foi o próprio Cristo, e estão percebendo o perigo do questionamento ateísta. Uns afirmam ser *ele* o filho do próprio Deus, outros apenas um profeta: mas todas em uníssono se dizem “perseguidas” historicamente. O sionismo, movimento coetâneo à Bonhoeffer - em pleno século XXI - está desencadeando uma tragédia na região palestina. Questões

problemáticas acerca de divergências religiosas na sociedade não faltam. Por isso, em terras brasileiras, o maior defensor do termo, o “mito”, de forma mitológica assim “mitou” na ONU, elevando a cristofobia ao seu lugar devido de relevância e ao escrutínio internacional:

Por ocasião da abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, em 22 de setembro de 2020, em seu discurso de abertura do debate entre líderes internacionais, veiculado por uma gravação com duração de quinze minutos, o Presidente Jair Messias Bolsonaro discorreu, dentre tantos temas, sobre a defesa da liberdade religiosa e fez um apelo contra aquilo que chamou de “cristofobia” (no sentido de aversão/perseguição ao cristianismo): “A liberdade é o bem maior da humanidade. Faço um apelo à toda comunidade internacional: pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia (...) **O Brasil é um país cristão e conservador, e tem na família a sua base. Deus abençoe a todos**”, disse o presidente no encerramento de seu discurso. (ONU NEWS, 2020, grifo nosso)

Deus, pátria, família e liberdade (para *elas*, claro). Como reagiu a delegação da cubana, um país laico e comunista, ou a sueca, nação igualmente laica, mas por razões diferentes. Assim, enquanto de um lado naturalizarmos a repetição incessante de conteúdos onde a bíblia é tratada como uma verdade infalível (*Sola Scriptura*) sendo veiculado em escolas *públicas*, com recursos *públicos* envolvidos, será comum observar pessoas demonizando práticas que vão contra essas “verdades”.

Homossexualismo, ateísmo, religiões afrodescendentes, indigenismo, etc., continuarão perseguidas e silenciadas, eis a tragédia curricular aventada aqui. O apagamento do ateísmo que aqui se defende, enquanto uma minoria dentro das minorias, representa um perigo para todos. Eis o mito da laicidade em seu âmago: uma colonial tragédia ocidental cotidiana. Assim, a esperança de conversão dos *arreligiosos* – como queria Bonhoeffer - por si só é uma violência, com a devida vênua à época e ao tempo que o autor do termo *arreligioso* viveu.

Aí se insere o decolonialismo, como uma tentativa de libertar jovens mentes do pensamento colonista cristão europeu. Este deveria ser o objeto de estudo por excelência do currículo na educação básica, pois é uma idade deveras influenciável da vida humana. Ao se criar uma sociedade mais tolerante, o futuro propiciará que todos possam ter sua fatia de verbas destinadas à educação. Tal elemento – financiamento público - será aprofundado adiante, tendo em vista que não apenas se viole o ateísmo na esfera curricular, mas também no sentido fiscal, tributário, no famigerado “arcabouço fiscal”, por exemplo, ainda se sacramenta a isenção de tributos às igrejas. Não falta só direito de estar no currículo aos ateístas, falta também inclusão de fato, retirar o termo ateísmo do túmulo da história, portanto.

Enquanto se redige esta dissertação, uma pesquisa sobre o tema debatido aqui coloca o Brasil como o mais religioso país do mundo, ou seja, um ambiente inóspito para alguém sem religião. Lembre-se que o Acre é o mais religioso Estado dentro do país mais religioso no globo. E o que isso resulta? É o que será discutido dentro dos processos inquisitórios de exclusão evidenciados em documentos oficiais discutidos nos subitens que se seguem.

3.1 A inquisição moderna, decolonialidades e o silenciamento ateu no Acre

Na burocracia estatal e no financiamento público, discutidos de forma semelhante neste estudo, a história ateu é excluída no dia a dia, tornando-se naturalizada. Como se defendeu na introdução a este subitem, tais formas de violências são um dos aspectos da colonialidade das mentes no ensino de história e religião no Acre. Discutir o que não se deseja discutir é a função do historiador por excelência: lembrar daquilo que se quer apagar/silenciar. Estas (e outras) são questões sensíveis - e isso se admite aqui claramente - também enfrentadas quando de um primeiro estudo sobre o tema, intitulado “O mito da laicidade sob a ótica do Encontro Nacional de Ateus no período de 2013-2016: ensaios sobre o conceito de *lesa-secularismo*”, já mencionado aqui.

Nesse sentido, esta colonialidade é direcionada para a dessacralização ou restrição da expressão do fenômeno do sagrado na territorialidade (relação com o espaço) e da temporalidade (relação com o tempo). **Aspectos esses que incidem perversamente, conforme Walsh (2008), em comunidades e movimentos ancestrais, cujas cosmovisões têm seus saberes desqualificados e seu ser confrontado, seja militar, seja pedagogicamente.** (NOGUEIRA, 2020, p. 29, grifo nosso)

Naquela monografia, criticava-se a decisão da Corte Máxima do país que, embora por uma apertada maioria de 6x5, tornou constitucional o ensino confessional (que como já dito aqui, por hipótese, prejudica uma formação laica estatal) utilizando-se para isso, dentre outras correntes históricas (rupturas, decolonialidades), a micro-história, ao analisar o episódio que ficou nacionalmente conhecido como "a queima da bíblia" em Rio Branco, abordado em memorial e no decorrer desta dissertação.

Naquele trabalho exsurgia um incômodo em relação ao ensino confessional que só amadureceu ao longo de anos ensinando história e sentindo a reação incômoda dos estudantes ao ateísmo. Interessante notar aqui que conforme Minois (2014) e Silva (2020 e 2022), a

acusação de ateísmo ou uma ‘não crença’ no deus do momento, amiúde foi instrumento de perseguição durante a história. E assim como ocorreu na escravidão moderna, com forte olor colonial, o mesmo ocorre no ensino confessional, nesta perpetuação do cristianismo do currículo (logo nas mentes), dos estudantes. Logo, um ensino decolonial perpassa pelo que aqui se vem discutindo. Queimar a bíblia é crime de ódio segundo os detentores do poder, mas impor os ensinamentos bíblicos através de um sistema público de ensino, não. O termo decolonialidade, tão caro a esta pesquisa, é assim definido por Walsh:

[...] a descolonização é uma forma de (des)aprendizagem: desaprender tudo que foi imposto e assumido pela colonização e desumanização para reaprender a ser homens e mulheres. A descolonização só ocorre quando todos individualmente e coletivamente participam em sua derrubada, ante a qual o intelectual revolucionário - como também o ativista e mestre - tem a responsabilidade de ajuda ativamente e participar no "despertar". "Educação política significa abrir as mentes, despertar [as massas] e permitir o nascimento de sua inteligência [...]" (WALSH, 2013, p. 43)

São sempre violências com aval constitucional (portanto, estatal), são apagamentos institucionalizados. Assim, se o CRUA não efetivar seus próprios dizeres curriculares acerca do ensino de história - a separação entre Estado e Igreja – as questões trazidas aqui continuarão sem resposta. Neste ínterim, cabe agora escutar os efeitos de tal decisão nos cofres e mentes acrianas.

[...] **Instituições "políticas", eruditas e "eclesiásticas" se especializam reciprocamente.** Não se trata, pois, de uma ausência, mas de um lugar particular numa redistribuição do espaço social. À maneira de uma retirada relativa dos "assuntos públicos" e dos "assuntos religiosos" (que se organizam também em corpos particulares), constitui-se um lugar "científico". A ruptura que torna possível a unidade social, chamada a se transformar na "ciência", indica uma reclassificação global, em curso. Este corte mostra, pois, através da sua face externa um lugar articulado sobre outros num conjunto novo, e através da sua face interna, **a instauração de um saber indissociável de uma instituição social.** (CERTEAU, 1982, p. 60, grifos nossos)

Se o CRUA e a BNCC não atendem essencialmente os anseios laicos, instaura-se um saber – naturalizado e – dominante: o cristão. É quando todos os outros credos (ou não credos) surgem/existem apenas enquanto relacionados ao próprio cristianismo. Qualquer ateu moderado sabe que a religião é uma coisa desimportante para sua existência, irrelevante, diria. Em recente vídeo, o poeta, roteirista, cineasta e comediante Gregório Duvivier, em seu noticiário Greg News, fez um raio-x (jornalístico, frise-se), sobre o currículo das escolas formadoras dos generais golpistas. A AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), em razão

disso, foi então escolhida para uma análise curricular pormenorizada.

No currículo acadêmico da AMAN estão “pensadores” que vão desde Olavo de Carvalho, até negacionistas da ditadura civil-militar. Outro tópico curricular abordado é esta aberração denominada Novo Ensino Médio - que fez reduzir bastante a carga horária das disciplinas denominadas ‘humanas’ - em vias de ser enfim revogada. Currículo aspira poder, exerce poder. No mesmo sentido é a discussão aqui proposta: o que se está ensinando com dinheiro público em escolas predominantemente confessionais?

[...] sim, tem curso ainda hoje de infantaria e cavalaria e você achando que sua faculdade de filosofia não servia para nada. [...] a AMAN é a faculdade que você precisa ter como base para um dia ser general [...], mas para que que serve mesmo a AMAN? [...] se tem regra tem história [...] **é na agulhas negras que nossos generais aprendem que são diferentes, são superiores a população civil do país** [...] seus professores [da AMAN] dão exemplo diferentemente dos professores em universidade civil [...] o UOL pediu via lei de acesso à informação o currículo de três escolas militares de nível superior incluindo a AMAN, uma das conclusões da análise é que a bibliografia é bastante desatualizada - um eufemismo para alucinada - afinal no meio dessa bibliografia tem **Olavo de Carvalho** [...] (DUVIVIER, Greg *News*, 2023, grifos nossos)

É o currículo um instrumento de apagamento *arreligioso*, portanto, tendo em vista que pouco se fala ou se discute sobre o ateísmo e sua cosmovisão de mundo na sala de aula, nos cadernos estudantis, no cotidiano escolar, onde desemboca toda análise educacional. Não se comemora o dia do orgulho ateu nas escolas (12 de fevereiro). Da mesma forma cômica que o apresentador acima se refere à formação curricular dos generais, seria o que se verifica também no CRUA, não há autores sobre história do ateísmo em sua bibliografia, a história ateu então não existe? Um currículo desconectado (no sentido digital) da realidade, onde o estudante não se vê ali representado ou atendido em suas necessidades formativas, é o que ocorre com os *arreligiosos*.

Assim, prezando pelo debate acerca dos silenciamentos *arreligiosos* (e de outras vertentes) no ensino de história e religião - pois se não há pesquisa, não há crítica, não há sequer história, sem a formulação de provocações, de questionamentos - ao que, por fim, o presente trabalho se destina, é documentar um apagamento no cotidiano educacional acriano. O ateu não se vê representado, não possui voz no currículo acriano – a não ser associado às religiões.

No subtítulo anterior, tratou-se do termo *arreligioso* em suas significações originais, iniciais - ontológica – e hoje quando nazi-fascismo volta a bater à porta mundial, cá estamos nós ateístas ainda silenciados. Nada hilária tal repetição histórica. O termo *arreligião* que se ressignifica aqui para incluir os “sem religião” (como denominará o CRUA) em sua totalidade

enquanto não integrantes de qualquer crença; religião vista como algo sem sentido prático para parcela significativa desta categoria - os ateístas positivos - dentro do aparelho estatal.

O termo *arreligioso* compartilha uma raiz idêntica ao do ateísmo: a. *A-theos*, *arreligioso*, sem religião. Ilustrando um grupo cuja cosmovisão de mundo defende que a religião não tem mais razão de estar na escola pública, excetuando-se aquelas – religiões - que como estes, foram perseguidas; no sentido de abordar, “de-silenciar” tal acossamento somente. Rejeitando o discurso proselitista que amiúde se insere neste ambientes confessionais, e principalmente associar a religião ao que de fato foi na história: instrumento do genocídio de culturas inteiras.

Entretanto, em cada momento da história, **existem questões que deixam de ser formuladas e outras que estão na ordem do dia: as primeiras são contestadas e rebatidas, enquanto as segundas encontram-se no cerne das preocupações da profissão.** A inserção das questões no campo das problemáticas atuais da corporação determinam seu *status* científico. (PROUST, 2008, p.79, grifo nosso)

Por isso aqui se traz abertamente a história do ateísmo acriano, se utiliza no Manual esta história, a fim de que esta faça parte da história no currículo, de inserir de fato esta minoria na sala de aula. Assim, no CRUA, outros elementos de tais silenciamentos apareceram durante a elaboração deste trabalho, para além dos já citados “teorias criacionistas” e “*arreligioso*”, abordados no subtítulo anterior: ocorreu no dia a dia, foi sentido de forma empírica. Cite-se o próprio documento de referência curricular:

Por isso, em vez de iniciar por estudos do passado, seguindo uma ordem linear e cronologicamente em direção ao presente, **a proposta é partir de estudos que problematizam questões do presente e do local onde se vive**, para estabelecer relações com outros acontecimentos, tempos e lugares, e retornar ao presente e ao local para evidenciar suas temporalidades, suas dimensões espaciais próprias, suas dimensões históricas e geográficas. Essa é também uma metodologia que permite que se estude por comparações, com vistas à percepção de mudanças e permanências, semelhanças e diferenças e de transformações sociais nos processos históricos. (CRUA, 2018, p.2018, grifo nosso)

Tal ambiente excludente se inicia na esfera curricular, como um reflexo não somente de uma sociedade juridicamente afeta ao cristianismo, de um currículo igualmente construído sob fundamentos cristãos, desde a Terra de Vera Cruz, mas também uma imposição colonial propriamente dita. Daí a importância de um currículo observado (o currículo vivido), aplicado (provas, atividades, cadernos, etc.) e prescrito (BNCC, CRUA, documentos escolares, etc.). E

em quase todos os ambientes públicos ainda encontram *cruzes* expostas (no Supremo, inclusive).

Não existem tradições *arreligiosas* locais ou, em existindo, estas seriam silenciadas/apagadas? A não existência - no currículo - de um espaço maior para tradições e histórias locais (indígenas, por exemplo) denotam o recorrente silenciamento *arreligioso*, pois no currículo prescrito, diverso do (sobre)vivido, e na documentação visitada, nota-se que o ateísmo está ausente. Mesmo em suas aparições, como já defendido aqui, retumba mais seu apagamento do que efetivamente o respeito aos preceitos ditos *arreligiosos*. Uma forma de silenciamento polido, tão próprio – e permitido - contra ateus.

[...] As problemáticas sempre passavam pelas seguintes questões: quais as práticas efetivas que aí ocorrem, sejam elas discursivas ou não discursivas? Já que, para ele [o autor se refere a Foucault], os discursos eram materiais e práticos, eles não eram da ordem de um simbólico ou de um imaginário imaterial; **quais as relações que configuram essa dada realidade**, sejam elas de conhecimento ou de poder? Ou seja, numa pesquisa sobre o ensino de história implica se perguntar: **que práticas configura esse ensino?** Que tipo de relações elas estabelecem entre os agentes escolares? Como essas práticas e relações se conectam com os saberes e os poderes que as sustentam? (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 268, grifo nosso)

"Se você veio do macaco eu não vim", era o *bullying* da época escolar vivida por este escriba, que mais denotava o desconhecimento do método científico do interlocutor do que propriamente uma ofensa. Observe que o *criacionismo* é o mote da afirmação acima e o CRUA ainda o consigna na página 1033 como "Teorias Criacionistas" (sic! - ou seja, o estudante, numa escola, deve aprender mais de uma mitologia!) na grade curricular. Logo, sendo parte obrigatória do ensino de história no Acre. O currículo vai então se repetindo (ou refletindo) em suas falhas e apagamentos.

Ainda no mesmo documento, há uma categoria ampla (sem religião) no quadro abaixo - mais um sintoma deste apagamento - que reúne os *arreligiosos* sem diferenciar suas categorias internas. Além de ateus, céticos, cite-se também agnósticos, descrentes, humanistas, etc., cada um com suas próprias cosmovisões de mundo, mas diferentes em essência.

Todos ali reunidos. Não tem religião? É um *sem religião*! Amontoe-se aos outros iguais a *ele* por *não* terem religião, este *a-religioso*. A religião é sempre o ponto de partida para se falar do ateísmo. Então embora muitos dos *sem religião* acreditem que não se deva financiar o ensino confessional com tributos ou financiar apenas uma corrente religiosa – a cristã – no Acre, isso é irrelevante, posto que o próprio ateísmo é irrelevante. Não se fala ainda, portanto,

em processo de inclusão de todas as vertentes analisadas, religiosas e *arreligiosas*.

O Acre não é conhecido pela sobra de recursos, posto que se trata de um Estado humilde, o mais propício seria o contrário: alienar o ensino religioso a uma categoria menor e sem recursos públicos envolvidos, isenta de repetição conteudal no currículo, aparecendo apenas para fins didáticos e de convivência social. São milhões de reais que literalmente financiam visões de mundo coloniais em sua essência e que muita vez reproduz preconceitos enraizados nestas cosmovisões de mundo.

[...] Da mesma forma, quando Paul Veyne termina de destruir na história o que a passagem de R. Aron [Pg. 068] ainda lhe havia deixado de "ciência causal", quando, nele a fragmentação dos sistemas interpretativos em uma poeira de percepções e de decisões pessoais não deixa mais subsistir, como fato de coerência, senão as regras de um gênero literário, e como fato de referência, **senão o prazer do historiador**, bem parece permanecer intacto o pressuposto que, desde as teses de 1938, negava implicitamente toda pertinência epistemológica ao exame da função social exercida pela história, pelo grupo dos historiadores (e mais genericamente, pelos intelectuais), pelas práticas e pelas leis deste grupo, **por sua intervenção no jogo das forças públicas, etc.** (CERTEAU, p. 59, grifos nossos)

Ao citar Veyne, Certeau admite que o papel por natureza do historiador é ser pertinente para a história. Eis a diferença entre ser rei e ser pária. O historiador às vezes deve ser o pária em sua própria elucubração teórica: apontando para o colonialismo onde ele está. Assim se transformou a história, mudando-se as instituições, ressignificando-as. Os documentos são mais assertivos sobre a realidade naquilo que calam, do que pelo que bradam, foi o que se observou do decorrer do presente estudo. A história ateuista em sua cova curricular.

Eis uma tarefa árdua: encontrar o ateísmo no currículo nacional. Não há, como já defendido na introdução do presente trabalho, apenas uma ordem socioeconômica dominada (MINOIS, 2014) por valores cristãos que deve ser questionada, mas um controle erigido historicamente através do currículo confessional, posto que é ali que realmente se molda o cidadão integrante do *status quo* de um povo.

Os laicistas sempre estiveram presentes (e foram encontrados durante esta pesquisa entre os discentes), geralmente perseguidos, mas sempre lutando por visibilidade, pois o real (no contexto educacional) se constrói através das resistências às prescrições do currículo vigente, e o ateísmo tem uma história milenar de resistência aos currículos confessionais:

Nem por isso é menos verdade que as velhas civilizações tiveram sua parte de ateísmo. O próprio *Dictionnaire de théologie catholique* [Dicionário de teologia católica] confessa que “é pela Índia que deve começar a história do ateísmo”; já o norueguês

Finngier Hiorth escreve: “Há documentos que demonstram a existência de ateus na Índia cerca de 2.000 anos antes que na Grécia”, isto é, pelo menos 2.500 anos antes de Jesus Cristo. Sem recuar a tempos tão longínquos, uma tradição atea se estabeleceu firmemente, desde pelo menos o século IV antes da nossa era, nas filosofias hindus Vaisheshia-Nyaya e Sanhya. Está última, que dá grande importância aos números, perpetuou-se encontram-se vestígios dela num punhado de intelectuais indianos que reivindicam abertamente o ateísmo. (MINOIS, 2014, p. 30)

Por que os termos relacionados ao ateísmo, a não-crença aparecem tão pouco nesses documentos, porque o silenciamento ateu é historicamente (ou sistematicamente?) reproduzido? Portanto, uma educação inclusiva e decolonial é aquela que forma o cidadão não apenas para a vida futura, mas para respeitar suas raízes pretéritas, seus ancestrais, especialmente no ensino de história e religião, onde tais características estão presentes. O genocídio das populações indígenas foi perpetrado por cristão Europeus, isso é um fato histórico, o cristianismo é europeu.

A ausência da religiosidade acriana do Santo Daime, também nestas mesmas aulas acompanhadas, é também resultante desse conjunto de forças curriculares impressas na realidade do estudante. Na singular e despretensiosa visão deste escriba, é respeitando-se aos excluídos que se consegue o respeito comum. Logo, enquanto outras formas de *arreligiosidade* não se virem efetivamente representadas no currículo de história e religião, a ateu continuará no túmulo da história, seja ela curricular, seja ela metodológica, seja ela a acadêmica (já que na própria UFAC não há um livro sequer sobre a história do ateísmo em sua biblioteca central).

Fica a impressão, às vezes, de que a crítica é somente uma questão de bom senso e de que a disciplina exigida pela corporação é supérflua, não passando de mania de eruditos, pedantismo de cientistas ou sinal de reconhecimento para iniciados. (PROUST, 2008, p. 61)

Na modéstia e reconhecimento do pequeno recorte histórico adotado e do objeto limitado posto em escrutínio, tem-se, ainda assim, um questionamento válido: o que se está a financiar com nossos tributos? Não se deseja representar tais documentos como a origem de todo o mal resultante contra ateístas, mas como fruto de uma crítica sincera sobre o apagamento ateu dentro do sistema educacional.

Tal foi o norte para a escolha das escolas confessionais denominadas Instituto São José e Edilson Façanha e sua análise curricular, prezando-se por 2 aspectos principais: a história (trata-se da mais antiga escola confessional do estado, e uma recente escola periférica), bem como pelo já debatido catolicismo ali ensinado com financiamento público. Sigamos em busca de uma verdade nua e CRUA...

3.2 O CRUA e o ateísmo: silenciamentos curriculares na história

Aquele que desenvolve um currículo o faz de maneira extemporânea, não tendo controle sobre o que efetivamente produz socialmente, legando nortes para as práticas vindouras: ele dialoga com aquilo que não pode (nem deve) controlar. O currículo é assim definido por Apple (1999b):

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, **resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo.** (APPLE, 1999b, p. 59, grifo nosso)

Daí a premente necessidade de uma prática docente renovada e de um currículo renovado. Observe-se o CRUA neste sentido:

O 9º ano marca o final da jornada de formação do aluno. Caracteriza-se pela mais aprofundada, variada e atualizada abordagem desta etapa. Concepções de vida e morte nas diferentes religiões, **história das religiões** e sua contribuição no campo das ideias e no desenvolvimento das civilizações. Pontua também o retorno a fundamentos éticos, filosofia e respeito à vida, e ainda enfoca religião como fator de transformação e desenvolvimento social. Inclui espiritualidade comparada e suas expressões artísticas nas variadas religiões, ideias religiosas de imortalidade, frente ao individualismo e materialismo, o diálogo inter-religioso, a **diversidade religiosa** e fanatismo religioso. Encerra com o estudo da espiritualidade de povos indígenas da região, sua arte e religiosidade, incluídas as religiões pré-colombianas, tão importantes na formação histórica da América Latina." (CRUA p. 696, grifo nosso)

No CRUA, naquilo que concerne ao currículo de história, as orientações gerais curriculares ficam compreendidas, naquele documento, entre as páginas 974 e 983. Ali estão definidas as diretrizes curriculares sob as quais o ensino será prescrito. O remédio e a bula. Ao ministrar ao estudante a dose de conhecimento, tal documento infere os nortes que devem ser seguidos pelo docente. Assim, seria inócua debater o sagrado ou o profano curricular, por um lado, sem discutir o silenciamento (de)colonial do ateísmo, por outro, buscando-se escutar tais silenciamentos sob a ótica deste grupo excluído, já que envolve, entre outros importantes elementos, verbas do erário público.

A definição de currículo de história está, pois, diretamente relacionada com esses movimentos teórico-políticos curriculares. Seu entendimento depende do significado hegemônico de currículo com o qual se opera e as apostas políticas que se presente sustentar e defender. A inscrição do significante currículo no campo do ensino de história impõe igualmente o diálogo com as questões específicas dessa área de conhecimento. Entendida como "lugar de fronteira" (Monteiro, 2007, Monteiro e

Pena, 2011) entre saberes e fazeres diferenciais, **a expressão "ensino de" autoriza, neste caso, a reconhecer um espaço de entrecruzamento entre discursos ou formações discursivas distintas - história e educação - e o potencial subversivo, tanto do ponto de vista político, quanto teórico, que pode carregar essa interseção para pensar a história ensinada, em particular nas escolas de educação básica..** (GABRIEL, 2019, p. 74)

A laicidade de fato traz consigo não somente o direito a uma educação laica, elenca ainda o debate histórico sobre aborto (tão atacado pela bancada da bíblia no congresso e quase proibido no país), à legalização das drogas, ao culto do deus Baco (relacionamentos poliafetivos, a poligamia indígena, por exemplo): a assegurar que o próprio homem possa ser, se assim desejar, seu próprio deus, e que deus não possa ser um “educador” coetâneo o que poderia criar, neste ínterim, uma escola realmente laica. O lugar da religião, para além de contextualização de acontecimentos históricos relevantes (como a questão das reformas), não tem mais lugar no ensino básico regular:

[...] Por outro lado, e ainda mais central, é o interesse em colocar no cenário - pensando a partir e com as lutas acima assinaladas - uma perspectiva crítica da interculturalidade, que se encontra enlaçada como uma pedagogia e *práxis* orientadas ao questionamento, transformação, intervenção, ação e criação de condições radicalmente distintas da sociedade, humanidade, conhecimento e vida: isto é, projetos de interculturalidade, pedagogia e *práxis* que assumem a perspectiva da decolonialidade. [...] (WALSH, 2009, p. 13-14)

Em Walsh, a interculturalidade é ponto central de qualquer ensino decolonial que se preze e enquanto o ateísmo continuar ignorado, este objetivo, no âmbito educacional, continuará incompleto. Assim, a laicidade - na esfera curricular - que se defende é aquela onde há inclusão de todas as vertentes ou de nenhuma. Observe-se que nas orientações ditas específicas (páginas 988 a 1071) o termo *arreligioso* aparece no documento de referência educacional acriano oito vezes. A partir da página 724, sempre associado à religião, o termo se orienta no sentido de propiciar: “Discussão, com *líderes* religiosos e *arreligiosos*, sobre os limites e possibilidades da interferência das diversas *tradições religiosas* na esfera pública” (CRUA, 2018, p. 779, grifos nossos). E o *líder* dos ateus, foi chamado? Essa é a provocação.

Para além do silenciamento ateísta, na redação de um dos trechos citados, onde o termo *arreligioso* aparece, é colocado ao final da oração um verbo que indica uma ação: *discutir*. Discutir as tradições religiosas: como se não houvesse tradições arreligiosas (como não ter líderes, por exemplo) a serem discutidas. Ao consultar o documento o historiador é convidado a entender que o espírito do CRUA se pauta numa ampla discussão (que aí e somente aí envolve os *arreligiosos*) sobre a religião no que tange aos currículos estudados. Contudo, através de

todo o documento, os redatores omitem as tradições *arreligiosas*, deixando claro, por outro lado, a necessidade de se discutir as tradições religiosas. Se há tradições religiosas, por óbvio há também tradições *arreligiosas*, como o memorial deste estudo deixa patente.

O termo *amiúde* aparece desta forma: primeiramente para reafirmar a importância da religião (pois é ela que deve ser “discutida”) e, depois, para “incluir” os “sem religião” como demonstrado no quadro da página 68 acima referenciado. O ateísmo enquanto termo independente, não encontra melhor sorte, pois aparece uma única vez (algo como, só para não dizer que não falei das flores), na página 777: “*Liberdade de não-crença*: ateísmo, agnosticismos ou *indiferença* frente aos valores *religiosos*.”. Novamente o termo é associado à religião.

Um currículo jamais aspira neutralidade: ele está sempre (e de forma indelével) insculpido pela pena daquele que o produz: manifesta *sua* vontade. Enquanto esta pesquisa se delineia, há vários projetos de leis visando impedir que o professor possa “doutrinar” (o famigerado ‘escola sem partido’ é um exemplo) seus alunos dentro de sala de aula. Essas temerárias iniciativas legais, que agredem a liberdade de cátedra, por si só, já trazem consigo a marca daquela visão de mundo típica do pensamento cristão: a conservadora e engessadora, por evidente, a não secular.

O ensino que deforma seria aquele que investe na desconstrução do próprio ensino escolarizado, rotinizado, massificado, disciplinado, sem criatividade, monótono, o ensino profissional, o ensino obrigatório, **o ensino como máquina de salvação ou de moralização**. O ensino que deforma é aquele que aposta em formas novas, maneiras novas de praticar as relações de aprendizagem. Ensino em que não teria lugar a rotina, a mesmice, a homogeneidade dos saberes e procedimentos, em que a disciplina ou as disciplinas não seria o fundamental, mas a criatividade, a capacidade de pensar coisas novas, de formular novos conceitos, de praticar atividades desrotinizadas, lúdicas, atividades capazes de estimular a sensibilidade, práticas e formas de pensamento capazes de oferecer às crianças matérias e formas de expressão para elaborarem subjetividades, subjetivarem distintas formas de se dizer Eu. [...]. (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 240, grifo nosso)

Leis são frutos de discussões políticas e é esta propriamente a natureza da BNCC e do CRUA: normatizações. Indo-se além: é uma discussão política dentro de uma sociedade predominantemente cristã. Mesmo assim, admita-se que o CRUA está bastante à frente da constituição brasileira, posto que pelo menos admite expressamente a liberdade de não crer. Milênios de perseguição histórica e uma única menção ao ateísmo no documento curricular norteador acriano, o efetivo apagamento.

Esta ausência curricular, por conseguinte, refletiu-se nos cadernos dos estudantes, nas

aulas acompanhadas, nos documentos pedagógicos analisados: o ateísmo simplesmente não exsurge. É o que se defende desde a gênese do presente estudo: o ateísmo, indiferente aos valores religiosos, é tratado de forma lacônica, conforme pontua o CRUA, ou seja, com igual indiferença.

A filosofia, a história, e talvez a própria religiosidade humana, não surgem para dividir, mas sim para unir, tentar racionalizar aquilo que denominamos existência, por meio de uma retórica em forma de escrutínio da realidade. Como um docente consegue ministrar uma aula sobre o comunismo em Marx sem falar de seu ateísmo? Abordar a segunda guerra omitindo o agnosticismo de Turin e o cristianismo de Hitler. Teoria e prática seculares não necessitam ser excludentes em relação a religiosidades, podendo se complementarem de maneira positiva para a formação do futuro cidadão do ensino básico: “[...] Boa parte dos autores até contrapõe teoria à prática. Se não como duas realidades excludentes entre si, pelo menos como tese e antítese de um mesmo processo.” (PEREIRA, 2003, p. 09).

Sendo o CRUA a teoria e a sala de aula a prática nesta acepção, observou-se no cotidiano desta pesquisa que a exclusão do ateísmo na primeira, redundava igualmente na segunda. Esta vertente é analisada por Lukács no trecho em espeque:

Por isso, informa Lukács (1979, p. 32), é necessário que o ponto de partida do conhecimento se constitua em uma abstração correta, que em sua estrutura interna já possua características da pesquisa científica. **Filosofia e ciência originam-se na vida cotidiana, desenvolvem-se como instâncias autônomas para, finalmente, retornarem à práxis imediata e informá-la com novas ou melhores concepções.** [...] Marx (1865) assinala que é um paradoxo que a “terra se mova em volta do sol e que a água seja constituída por dois gases altamente inflamáveis. A verdade científica é sempre um paradoxo do ponto de vista da experiência imediata que alcança apenas a mistificada aparência das coisas”. (LUKÁCS, 1979, p. 594, grifo nosso)

O silenciamento que começa no CRUA e na BNCC se reproduz no cotidiano. É essencial lançar luz sobre esses silenciamentos de determinados setores da sociedade, que acabam perpetuando uma educação não-inclusiva e colonial. As religiosidades não dominantes são vistas de forma pejorativa - quando não completamente obliteradas - ou solenemente ignoradas como no caso da ateuista. Tal quadro contribui para o preocupante (para citar um claro exemplo) quadro onde os principais herdeiros de uma terra - os indígenas - continuarão pela capital do Acre, pedindo esmola, como se um dia este torrão não houvesse sido “deles”, não fosse seu jardim cultivado.

Repise-se: ou se financia todas as formas de expressão religiosa com relevância no

Estado, em especial a indígena, ou não se financia nenhuma, como evidenciado no próprio artigo segundo da BNCC.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL. Ministério da Educação, 2018, p. 4)

Assim, nessa tríade curricular da história - ateísmo, indigenismo e reformas - o que resulta são violências e apagamentos. Segundo o CRUA, no sétimo ano do ensino fundamental, por exemplo, acerca do conteúdo denominado “Reformas” tem-se que o/a docente deverá “Analisar o cotidiano e o panorama cultural das *Reformas*, no sentido de perceber de que forma o discurso *ético*, em torno de *pressupostos religiosos*, influenciam nas *transformações sociais* [...] (CRUA, 2018, p. 985, grifo nosso). Tudo isso acabará por se reproduzir no cotidiano do estudante, como observado nos cadernos dos discentes (*Sola Scriptura*) e nas aulas acompanhadas.

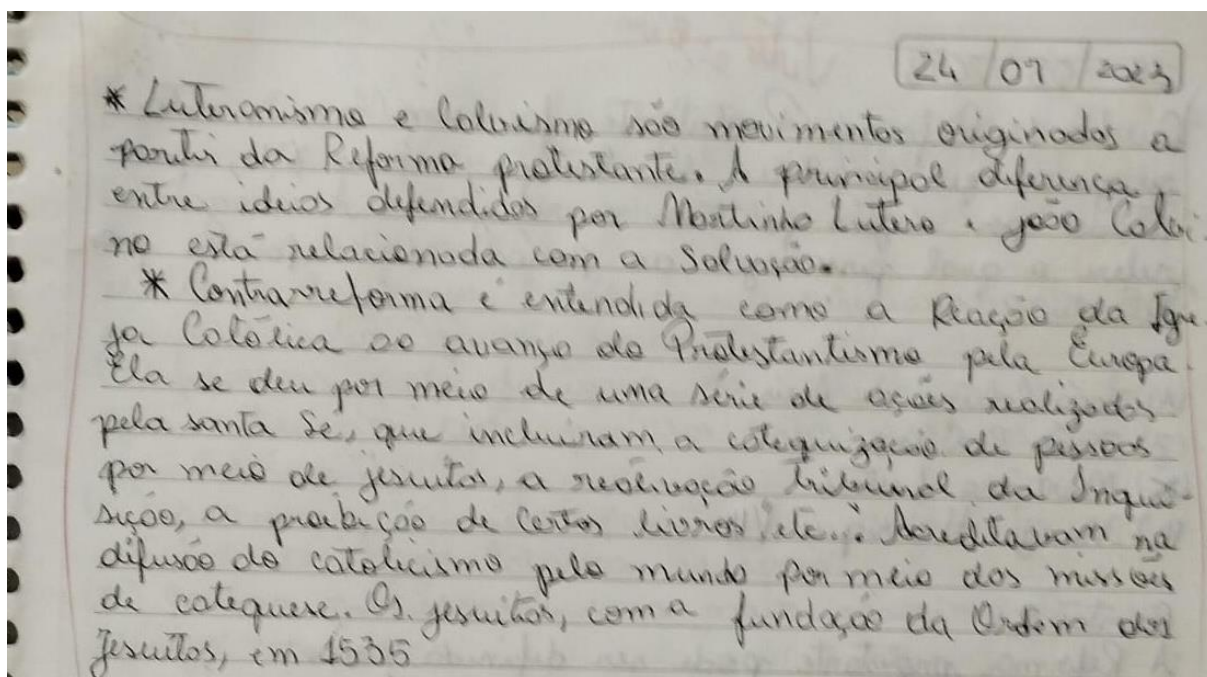


Figura 5: Excerto de caderno do discente L. F. (7º C, escola Edilson Façanha)

Durante as visitas e as aulas ministradas o que se ressaltou - em grande parte - foram

apenas os aspectos positivos da religião, como o termo *Sola Scriptura* (a verdade das escrituras) escrito numa lousa. As verdadeiras *tradições religiosas que transformam o corpo social*. Advém da reforma protestante, por exemplo, ecos do que se convencionou denominar “evangélico”, que se prolifera com força nos rincões amazônicos. Assim, o documento exige que o professor entenda que pressupostos religiosos *causam* transformações sociais. E o comunismo, não seria essencialmente ateísta? Países com alto Índice de Desenvolvimento Humano não são majoritariamente ateístas? Por que enquanto a religião é associada à transformações sociais e o ateísmo, também presente historicamente, não?

Além disso, na visão do presente estudo, o documento revela mais naquilo que silencia (ou seja, que a *arreligiosidade* também é importante – e presente – na história), do que naquilo que expõe. E isso foi observado no caderno de todos os estudantes, não importando a escola visitada, impresso feito tatuagem no cotidiano escolar.

A razão de ser dessa **educação secular da visão é uma particularidade que modelou, de maneira soberana, a fisionomia do gênero histórico**: as diferentes espécies de eventos não são igualmente fáceis de serem percebidas, e há menos dificuldade em ver, na história das batalhas e dos tratados, acontecimentos, no sentido corrente da palavra, do que mentalidades ou ciclos econômicos: **em política, distinguimos, facilmente, guerras, revoluções e mudanças ministeriais; em religião, teologias, deuses, concílios e conflitos entre Igreja e Estado; em economia, instituições econômicas e máximas sobre a falta de braços na agricultura; a sociedade é estatuto jurídico, vida quotidiana ou vida de sociedade; a literatura é uma galeria de grandes escritores, a história da ciência é a das descobertas científicas.** (VEYNE, 1998, p.172, grifo nosso)

Este palco de disputa curricular, no Brasil (e no Acre), desde sua gênese, sempre foi um lugar de fala quase que exclusivo de uma única visão colonial de mundo: a cristã. Não à toa foram necessárias leis para garantir o acesso ao ensino de religiões de matriz africana no currículo obrigatório pátrio. Será necessário adotar algo parecido em relação ao ateísmo?

Logo, falar em decolonialidade do ensino de história obliterando-se questões acerca de domínio curricular cristão - na visão do currículo (sobre)vivido - é silenciar os ateístas num dos principais palcos de poder da sociedade contemporânea, qual seja, a educação. Assim, deseja-se aqui sacramentar (com o perdão do trocadilho) uma disputa histórica por igualdade de direitos e fundamentalmente por um lugar de apropriado, tanto pela importância história, como pela importância *arreligiosa*, dentro desse palco de disputa tão importante quanto é o currículo.

De forma parelha discorre a filósofa Marilena Chauí:

Essa contradição aparece sobretudo no sentimento trágico de culpa, pois é tratada simultaneamente como uma falta religiosa e como um delito ou infração da lei humana, devendo ser julgada por dois tribunais (**um divino-religioso e um humano-político**), a tarefa do autor trágico venham sendo justamente a de fazer com que os dois tribunais venham a coincidir. No caso de Édipo-Rei essa dupla dimensão do julgamento aparece através de dois procedimentos: **um religioso (a purificação da cidade e da casa régia) e um político (o ostracismo ou banimento do rei criminoso)**. (CHAUÍ, 1984, p. 59, grifo nosso)

E ateus, que não tem culto e não tem crença? Não tem líderes. Terão consciência? O termo laicidade só pode se depreender do fato de que é inviolável o “pensar”, a consciência, todavia, não há qualquer expressão literal em todo diploma a tal princípio: um olhar laico sobre um instituto confessional, é de uma importância basilar aqui, posto que se defende que o ateísmo é silenciado no currículo acriano de forma direta (ao não aparecer em nenhuma das fontes de pesquisa) e de forma indireta, nos termos onde aparece de forma indireta, mas de maneira descontextualizada:

Não importa quão especulativo seja meu desenvolvimento da teoria dos memes, há um item sério que eu gostaria de enfatizar mais uma vez. Quando examinamos a evolução das características culturais e seu valor de *sobrevivência*, devemos deixar claro a *sobrevivência* de quem estamos falando. Os biólogos, como vimos, estão acostumados a procurar vantagens ao nível do gene (ou do indivíduo, do grupo, ou da espécie, de acordo com o gosto). O que não levamos em conta anteriormente **é que uma característica cultural poderá ter evoluído da maneira como o fez simplesmente porque é vantajoso para ela própria. Não temos que procurar valores biológicos de *sobrevivência* convencionais de características como religião, música e danças rituais**, embora eles também possam estar presentes. Assim que os genes fornecerem às suas máquinas de *sobrevivência* cérebros capazes de imitação rápida, os memes automaticamente assumirão a responsabilidade. *Não temos nem mesmo que postular uma vantagem genética da imitação, embora isso certamente ajudasse*. Basta que o cérebro seja capaz de imitação: haverá então a evolução de memes que exploram plenamente a capacidade. (DAWKINS, 1979, p. 126, grifos nossos)

Em linhas gerais, esta é a fundamentação teórico-metodológica e a demonstração da importância do objeto de pesquisa, silenciado, apagado, perseguido, defende-se. E o palco de disputa é o currículo que, no Brasil, desde sua gênese, sempre foi um lugar de fala de uma visão colonial de mundo, a cristã. Não é à toa que tantas instituições validam (STF), financiam (Estado), legitimam (currículo) e evidenciam (preconceito), tais silenciamentos aqui discutidos.

Foram observados, do decorrer do estudo, os cadernos de aproximadamente 200 estudantes (nas duas instituições). O termo ateísmo não ocorre nem no caderno de religião nem no de história foi encontrado por este docente uma vez sequer. Contudo, em todos se achavam as reformas religiosas, em ambos os colégios, em ambos cadernos, em ambos os currículos (religioso e de história), repetitivamente.

Assim como o capitalismo, a religião estará sempre em “reforma”, porque não se pode consertar algo que já nasceu defeituoso (a noção de que os outros têm de provar que você está errado sobre *suas* concepções da realidade), como defendeu o próprio Bonhoeffer, criador da expressão *arreligiosidades*.

A educação hodierna, talvez seja aquela criança que cresce normalizando (e normatizando) termos como “chuta que é macumba” ou “terreiro é coisa do diabo”, “você não é ateu, é atoa”, “você não vai pro céu” perpetuando preconceitos. Crença é fé: acreditar em algo metafísico. Não se discute fé, fé pessoal se aceita. Criou-se, portanto, numa tentativa de contrarreforma tardia, o termo *crisofobia* em setores radicais da sociedade não laica.

As três religiões monoteístas dominantes do mundo hoje têm uma ideia diferente acerca de quem foi Cristo. Uns afirmam filho do próprio Deus, outros apenas um profeta. O mito da laicidade moderna é proporcional à amplitude deste direito natural: o direito de não crer, é ele que se perpetua na *memética*⁸ de uma sociedade.

A transmissão cultural não é característica apenas do homem. O melhor exemplo que conheço entre os animais foi recentemente descrito por P. F. Jenkins no canto de uma ave ("*saddleback*") que vive em ilhas próximas da Nova Zelândia. Na ilha na qual ele trabalhou havia um repertório total de cerca de nove cantos diferentes. Cada macho emitia apenas um ou alguns desses cantos. Os machos podiam ser classificados em grupos dialetais. Por exemplo, um grupo de oito machos possuindo territórios adjacentes, emitiam um canto específico chamado CC. Outros grupos dialetais emitiam cantos diferentes. Algumas vezes os membros de um grupo dialetal compartilhavam mais de um canto diferente. **Comparando os cantos dos pais e filhos Jenkins mostrou que os padrões de canto não eram herdados geneticamente.** Cada macho jovem provavelmente adotaria por imitação os cantos de seus vizinhos de território, de modo análogo à linguagem humana. Durante a maior parte do tempo em que Jenkins esteve lá, havia um número constante de cantos na ilha, um tipo de "fundo de cantos" do qual cada macho jovem obtinha seu próprio repertório pequeno. Mas, ocasionalmente Jenkins teve o privilégio de testemunhar a "invenção" de um novo canto, a qual ocorria por um erro na imitação de um canto antigo. Ele escreve: **"Mostrou-se que novas formas de canto originam-se de várias maneiras pela mudança da altura de uma nota, repetição, elisão de notas e combinação de trechos de outros cantos já existentes... O aparecimento da nova forma era um acontecimento abrupto e o resultado era bastante estável durante vários anos. Além disto, em vários casos a variante foi transmitida com precisão em sua nova forma a jovens, de modo que um grupo reconhecidamente coerente de cantores semelhantes se desenvolveu"**. Jenkins se refere à origem dos novos cantos como "mutações culturais". (DAWKINS, 1979, p. 121, grifo nosso)

A educação é feita por imitação, o currículo é imitado, é perpetuado dentro dos padrões

⁸ Termo retirado da obra *O gene Egoísta* (1979), de Richard Dawkins. Nesta obra, o autor comprara características próprias de genes e de memes, criando a *memética* (ou estudo dos memes). Resumidamente, memes são como genes, buscam apenas reproduzir-se na realidade, contudo, o gene realiza tal empresa de forma vital, evolutiva; o meme, cultural.

estabelecidos socialmente (padrões cristãos). Aí se encaixa o termo *arreligiosidades* (aqueles que não compactuam com a visão religiosa acerca da criação do mundo ou não veem importância nesta), pois numa visão disruptiva da história, é no contemporâneo que a história se escreve e se apaga. É se voltar para uma história do presente, da realidade do estudante, um ensino de história que realmente contemple a multiplicidade *arreligiosa* existente no Estado. É isso que se propaga, afinal, naquilo que dá pano de fundo ao ambiente social:

Não importa quão especulativo seja meu desenvolvimento da teoria dos memes, há um item sério que eu gostaria de enfatizar mais uma vez. Quando examinamos a evolução das características culturais e seu valor de sobrevivência, devemos deixar claro a sobrevivência de quem estamos falando. Os biólogos, como vimos, estão acostumados a procurar vantagens ao nível do gene (ou do indivíduo, do grupo, ou da espécie, de acordo com o gosto). O que não levamos em conta anteriormente **é que uma característica cultural poderá ter evoluído da maneira como o fez simplesmente porque é vantajoso para ela própria. Não temos que procurar valores biológicos de sobrevivência convencionais de características como religião, música e danças rituais**, embora eles também possam estar presentes. Assim que os genes fornecerem às suas máquinas de sobrevivência cérebros capazes de imitação rápida, os memes automaticamente assumirão a responsabilidade. Não temos nem mesmo que postular uma vantagem genética da imitação, embora isso certamente ajudasse. Basta que o cérebro seja capaz de imitação: haverá então a evolução de memes que exploram plenamente a capacidade (DAWKINS, 1979, p. 126, grifo nosso).

Por isso os jesuítas investiram tanto na catequese das crianças indígenas, como será discutido a seguir. Os adultos já estavam perdidos, demonizados, assassinados. Uma educação voltada para crianças órfãs - relata o livro didático-, mas quem as deixou órfãs? Assim serão os argumentos delineados no capítulo a seguir: com foco nas *arreligiosidades* abordadas (e silenciadas) e seu impacto do ensino propriamente confessional, para a consecução de uma sociedade (e um currículo) realmente laicos.

Segundo os helenistas, a tragédia não é apenas um gênero literário, nascido e desenvolvido em Atenas entre o final do século VI A.C e o início do século IV A.C., mas é sobretudo, no dizer de Jean-Pierre Vernant, uma instituição social e uma experiência política. Além de ser custeada pela Cidade-Estado (a *pólis*), de ser representada por atores profissionais e por um **colégio cívico de cidadãos** (que fazem o coro), ela é uma interrogação que a Cidade efetua, **uma reflexão da Cidade sobre os conflitos entre a nova ordem democrática (ordem humana e jurídica, e a ordem antiga, aristocrática (ordem religiosa e fundada no sangue).** (CHAUÍ, 1984, p. 58, grifo nosso)

A ordem educacional que se propõe é aquela onde todos se vejam representados, incluídos no currículo. Se para o ateísmo, tão caro à história humana – Marx, Foucault, (Nietzsche? há controvérsias), a mulher mais odiada da América... (ótimo filme, realmente outra ‘nefasta’, ainda que retrate os ateístas de forma bem pejorativa) são exemplos de

personagens que mudaram a história da humanidade.

Dissociar, portanto, o termo ateísmo tanto da religião, quanto da arreligião, seria o reconhecimento de um ateísmo positivo, principalmente, trata-se de uma categoria *sui generis*, ou seja, um gênero diferente de observar o mundo sem qualquer relação com práticas, dogmas, cultos ou idiossincrasias de cunho religioso.

4 UM COVEIRO SEM CORPOS: OS CURRÍCULOS INVISÍVEIS⁹

A sociedade brasileira – e acriana – parece ignorar o fato de que o líder da Igreja de São Pedro é “dono” de um país que, por menor que seja, representa um Estado não laico. Igrejas são historicamente isentas de impostos (para facilitar sua propagação?). Desnecessário citar as mazelas que resultam da obrigação imposta aos homens de serem castos, apenas um dos dogmas contranaturais desta religião, talvez por isso tenham sido necessárias tantas e quantas reformas e contrarreformas pela história. Assim, faz-se necessário discutir como o currículo confessional é experimentado pelos ateístas positivos.

Esses fantasmas são aqueles que habitam nossa existência social, assediam nossa memória, inquietam cada projeto histórico, irrompem com frequência em nossa vida, deixam mortos, feridos e contundidos, mas as mutações históricas que lhes dariam finalmente descanso não estiveram até hoje a nosso alcance. Contudo, não somente é importante fazê-lo. É, literalmente, urgente. **Porque, enquanto esse padrão de poder culmina sua trajetória de desenvolvimento e no próprio momento da exacerbação de suas piores tendências, com a planetarização de seu domínio, a América Latina não só continua prisioneira da colonialidade do poder e de sua dependência**, mas sim, precisamente devido a isso, inclusive arrisca não chegar ao novo mundo que se vai configurando na crise atual, a mais profunda e global de todo o período da colonial/modernidade. (QUIJANO, 2005, p. 15, grifo nosso)

No Brasil coetâneo, são esses fantasmas que assombram o currículo, refletido na crescente de conservadorismo cristão; e um dos aspectos observados aqui, é o apagamento ateísta, que no fundo está sempre a se questionar: "onde isso começou?". Na esfera educacional, no currículo, seguramente. Dentro de um ensino de história ou religião temporal (ou atemporal?), o passado e o presente, tem de possuir sentido para o estudante e este não deveria ter relação com o ensino confessional. A sociedade em que vive já é eminentemente

⁹ Referência à obra maior de Nietzsche, que sempre foi mordaz crítico da maneira como o pensamento cristão e os filósofos apresentam-se como detentores de uma 'verdade única'. Zaratustra, uma espécie de *alter ego* do autor, personifica o antinilismo, um fomentador da vontade de potência, que retornaria ao mundo sua fidelidade. Nem pastor, nem coveiro, nem político. Zaratustra é aquele que se une aos que criam, aos que colhem e aos que festejam (NIETZSCHE, 1991).

confessional.

Partindo-se da *nossa* história local, de cunho *arreligioso*, da história ateuista positiva, tal vertente não encontra melhor sorte no currículo de religião, imprimindo ao termo igual invisibilidade. Foi indagar aos estudantes não somente se já ouviram que queimaram uma bíblia no Acre, na sua *única* universidade pública, como ocorreu na proposta de intervenção, mas *por qual motivo* esta foi incendiada.

De igual modo, para tornar o assunto interessante, chocante até, e fazê-los refletir sobre o verdadeiro questionamento implícito: por que no Brasil estudamos a história da religião dos colonizadores e não dos colonizados principalmente? A história é contada pelos vencedores? A religião dos conquistadores, a educação dos conquistadores. A história é e sempre foi escrita pelos dominadores, desbravadores, bandeirantes, e estes, assim como a maçonaria, não incluem ateuistas. Uma história de exclusões.

Paulo Freire, inclusive, tem a realidade do estudante como fundamental para consecução de um ensino verdadeiramente inclusivo. Minois, a nível internacional e Ricardo Oliveira a nível nacional, são dois defensores desta visão que se propõe engendrar na esfera curricular: o recorrente silenciamento ateuista na história e, ainda, o reconhecimento de serem uma categoria, atualmente, bastante invisibilizada. Eis o apagamento.

Não há prática social mais política que a prática educativa. Com efeito, a educação pode ocultar a realidade da dominação e da alienação ou pode, pelo contrário, denunciá-las, anunciar outros caminhos, convertendo-se assim numa ferramenta emancipatória. **O oposto de intervenção é adaptação, é acomodar-se, ou simplesmente adaptar-se a uma realidade sem questioná-la.** (FREIRE, 2004, p. 34)

É por isso que o termo ateuismo, se colocado em qualquer lista de busca e pesquisa dentro de qualquer universidade pátria (e este pesquisador já esteve em muitas), não são mais do que um ou dois resultados. Na constituição o termo não aparece, no CRUA, apenas uma vez, na BNCC, apagado igualmente. São sempre termos genéricos – silenciadores – como ‘não crença’, descrença, *arreligiosidades*, relacionados à religião.

No caderno dos estudantes, em história ou religião, igualmente desaparecido o termo. Das fontes oficiais o ateuismo não encontra melhor sorte. Assim, o ensino de religião e história, em escolas de modelo confessional, com financiamento público, no Acre do início do século XXI, forma, as mentes de um Estado conhecido por seu caráter extremamente conservador.

Em mais uma trágica alagação acriana (2023) restou patente que, enquanto igrejas

pululam ao entorno da Escola Edilson Façanha (bem como no ensino confessional financiado com dinheiro público), em cada esquina periférica, a ausência estatal se faz sentir, especialmente em enfrentar os graves problemas sociais e estruturais de nossa sociedade. E assim caminha a combalida terra de Chico Mendes – onde a Amazônia arde em chamas -, incapaz de propiciar uma educação realmente secular.

[...] É certo que sob pressupostos totalmente novos: até a Revolução Francesa, o Tratado de Paz de Münster e Osnabrück vigorou como a base jurídica internacional da tolerância. Que conseqüências (sic!) **essa nova hierarquia entre religião e política teve para formar a experiência moderna do tempo?** Que tipo de deslocamento do futuro esse procedimento ajudou a moldar? (KOSELLECK, p. 27, 2006, grifo nosso)

Por que será que foi no Acre, justamente no Acre que um ateu do curso de filosofia decidiu queimar um exemplar da bíblia em protesto? Fica a pergunta *retórica*. Neste sentido, assim como a escrita da história, o ensino de religião precisa ser discutido dentro de bases curriculares *efetivamente* laicas. É também uma manifestação política exarar um desejo de não querer ser evangelizado, diga-se além: é um manifesto político e sem qualquer relação como a religião, ou seja, uma faceta do ateísmo positivo já abordado aqui.

O apagamento ateu dá-se não apenas pelo gritante fato de que não são professores de história (os mais indicados para este tipo de tarefa) a lecionar os currículos de religião, mas pelo fato de que este mesmo ensino de história parece ignorar a existências de religiosidades/arreligiosidades quando aplicado, quando prescrito, quando retirado da teoria e posto em prática.

O que a poesia, a arte, assim como o ENA/AC somou em minha existência, pode ser para o currículo confessional de igual valia. Neste sentido, partindo do pressuposto - a já amplamente debatido da (des)importância da religião - da historicidade do pensamento ateu, dentro da (des)colonização do ensino confessional. O que se discutiu até o presente momento sobre a (des)importância da *arreligiosidade*?

[...] compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. (CERTEAU, 1982, p. 60)

Ser ateu não é uma prática humana? Não são os cientistas em maior número ateus? Se a história é o estudo da ação humana no tempo, não seria o currículo uma forma de desumanização do ateísmo positivo? Cosmovisão afeta a tantos importantes nomes da história humana. Na citação acima, fosse substituído "escrita" (e Certeau aqui se refere a escrita da história), por ensino, tem-se um argumento interessante, aqui escrutado: o estudante exposto ao ensino religioso predominantemente voltado ao cristianismo ocidental.

Para o ateu, historicamente, o currículo confessional deve ser *(sobre)vivido*. No sentido de que não é um currículo elaborado para *ele* (o outro, o *sem* religião). As atuais políticas públicas formuladas pelos governos federal (BNCC) e estadual (CRUA) no que tange ao financiamento público de aspectos simbólico-culturais focados na religião judaico-cristã do ensino confessional no Acre de um lado, os eventos ateístas já realizados no Estado do Acre de outro, unidos em prol daquilo que se aventa no produto final desta dissertação: a consecução de um Manual que incentive um currículo efetivamente laico, uma educação laica, inclusiva de fato, perfazendo precisamente o que se insere na parte teórica do documento que tanto sobre ateísmo silencia, o CRUA:

Para sair da tendência catequético-sectária, com seus tabus que isolam a comunidade em grupos fechados, em que se influenciaram as aulas de religião, [...] para adquirir o caráter de ensino de uma ciência, que trata do homem nos seus aspectos ontológico-metafísicos, o ensino religioso deve reestruturar-se [...] no preparo de docentes, de modo que venha a ser um instrumento do conhecimento, da crítica reflexiva, do diálogo e da construção de novas competências. Para tanto, precisa: autonomia, flexibilidade, compromisso e competência profissional, responsabilidade ética e isenção de proselitismo. (ACRE 2002, p. 16)." (CRUA, p. 688, grifo nosso)

E uma delas, repise-se é que certamente o conservadorismo observado de maneira empírica (e eleitoral) tem por base um ensino eminentemente religioso. Alguns anos mais tarde, encontrar-se-á em Bonhoeffer uma crítica à religião apresentada de maneira um pouco mais explícita. Em carta dirigida a Bethge em 21 de novembro de 1943, perora o autor:

De maneira bem natural, senti que me serviu de ajuda a instrução de Lutero de 'benzer-se com a cruz' por ocasião da oração da manhã e da noite. Nisso reside algo objetivo pelo qual se anseia de maneira bem especial aqui. Não te assustes! Certamente não sairei daqui como *homo religiosus*! Muito pelo contrário, aqui a minha desconfiança e o meu medo da 'religiosidade' ficaram maiores do que nunca. O fato de os israelitas nunca pronunciarem o nome de Deus constantemente me dá o que pensar e entendo isso cada vez melhor (Bonhoeffer, 2015, p. 184, grifos do autor)

Retornando a Bonhoeffer neste capítulo dedicado a análise do currículo de religião,

adere-se ao manifesto acerca da necessidade em se falar menos o nome de Deus. Deve-se, sim, temer a religiosidade, especialmente quando esta se insere nos mais diversos aspectos da vida cotidiana (incluindo-se o currículo). Deus está morto e nós o matamos, nas palavras de Nietzsche e dar visibilidade ao ateísmo e invisibilidade à religião no ensino confessional no Acre é uma forma de trazer justiça histórica pelos milênios de apagamentos e silenciamentos.

4.1 A questão dos currículos (sobre)vividos

Segundo Nietzsche, repise-se, o cristianismo não iria muito além de um platonismo ao gosto da plebe. A sociedade acriana tem o CRUA como documento educacional norteador; o cristianismo tem no platonismo igualmente seu precursor. Assim, vejamos como Platão se referia ao ateísmo de maneira pejorativa, segundo a obra do ateu Minois (2014), embora este seja *onipresente* nos currículos de filosofia, história e religião:

Tal tipo de encontrar-se de fato num estado de total incredulidade com relação à existência dos deuses e juntar a sua incredulidade um caráter naturalmente justo; ele toma ódio dos maus; a impaciência que sente com relação a injustiça faz que não se comprometa agir de maneira semelhante, que fuja daqueles seus semelhantes que não são justos. Em tal outro, ao contrário, case venha se juntar à convicção de que tudo é vazio de deuses e a incontinência em relação aos prazeres e às penas; caso tenha a sua disposição uma memória vigorosa e uma viva aptidão para instruir-se, então sem dúvida a *doença do ateísmo* é comum às duas espécies, mas, enquanto em detrimento do resto dos homens a doença de um produzirá efeitos menores, a do outro produzirá bem mais consideráveis (MINOIS, 2014, p. 51, grifo nosso).

Continua o célebre filósofo grego associando ateísmo e cristianismo, sendo o primeiro uma *doença*, conforme Minois citando Ernst Bloch; debruçando-se numa análise aprofundada daquilo que este chamou de “O ateísmo do cristianismo” – também referenciado pelo Professor Ricardo Oliveira, em sua recente obra *Espectros do ateísmo* – fazendo-lhe uma menção auspiciosa e no mesmo sentido aqui imprimido: de que no início de suas respectivas histórias ocidentais o ateísmo sempre esteve associado à religião, e só aparece em documentos desta natureza, de forma sempre reflexa (ateus *versus* cristãos):

Ernst Bloch, em *Atheismus im Christentum* [O ateísmo do cristianismo pôs em evidência os elementos de revolta que os escritos bíblicos contêm contra as injustiças sociais. Ele vê nessa atitude uma profunda similitude com a revolta que anima o comunismo, e não hesita em escrever: “Apenas um verdadeiro cristão pode ser um bom ateu, apenas um verdadeiro ateu pode ser um bom cristão”. Por trás desse

aparente paradoxo, ele descobre, na raiz da constatação bíblica e comunista, o mesmo sentimento de revolta potencialmente ateu, puramente humano, que leva o indivíduo a questionar uma ordem socioeconômica injusta, em nome de uma solidariedade puramente terrena (MINOIS, 2014, p. 32, grifo do autor).

Os ateístas positivos negam esta visão, contudo esta negação não implica violência. Contudo, deve-se reconhecer a ficção que se tornaram os dispositivos jurídicos constitucionais que tratam da laicidade estatal, como é o caso - no Acre - do art. 19, inciso primeiro¹⁰, amiúde referenciado. Como pode um dispositivo constitucional infirmar que é vedado financiar religiões, contudo, não é vedado financiar o ensino destes currículos confessionais país afora?

Falar em decolonialidade do ensino de religião e história, obliterando-se questões sobre financiamento, domínio religioso e silenciamentos curriculares; bem como a visão de mundo educacional prementemente confessional, é deixar sem voz todo um grupo num dos principais lugares de poder da sociedade contemporânea, qual seja, a educação.

Não seria a hora de “de-silenciar” o CRUA no que tange a *arreligiosidade*? Aperfeiçoá-lo, trazer um momento de ruptura igualmente nos processos históricos de exclusão que isto provoca; pelo reconhecimento dos silenciamentos ateístas experimentados. O olhar do outro sempre será fonte auspiciosa de saber, ao passo que é da natureza humana apontar os erros alheios, enquanto ignora suas próprias falhas, e, neste ínterim, ateus são “os outros”. O tema objeto da presente pesquisa, portanto, certamente encontrará relatores mais competentes e capazes que este escriba.

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de **juílgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro**, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica. (NOGUEIRA, 2020, p. 19, grifo nosso)

Enquanto ateísmo estiver sempre associado à religião (ou até mesmo à arreligião), continuaremos no *meio* desta guerra entre o *eu* e o *outrem*, referenciada por Nogueira. Um currículo confessional contribui para o conservadorismo, o puritanismo e a perseguição aos hereges (termo, segundo Minois e Ricardo Silva bastante usado para denominar ateus no passado); ou seja, é na perseguição, no assassínio, muitas vezes, de *arreligiosos* que se

¹⁰ A saber: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes **relações de dependência ou aliança**, ressalvada, na forma da lei, a **colaboração de interesse público**; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, grifo nosso)

perpetram as ditas “transformações sociais”, sendo tal fato recorrente na história ocidental. Portanto, descolonizar o currículo passa incontestavelmente por enfrentamento destas questões.

O currículo é também um desses instrumentos impositivos. Este mesmo Estado, sempre com E maiúsculo, é um Estado repressor por natureza em suas diversas esferas de poder. Nos subitens a seguir se deslindará não apenas a invisibilidade curricular ateuista já debatida, mas como de fato os currículos de religião estão à serviço da fé, da manutenção do *status quo* e aparecem como os fantasmas que ainda habitam uma existência social religiosa enraizada desde a chegada dos jesuítas no Brasil.

Resta ao ateuista, portanto, sobreviver ao currículo que lhe é estranho, que o silencia. E a educação quando não controlada diretamente pelos poderes estatais, de forma a validar as atrocidades ocorridas durante o período colonial da conquista, fazendo com que o estudante acabe por olhar para religião como algo inquestionável, a ser temido, como um fantasma anacrônico em pleno século XXI, assustador, (sobre)vivido por aqueles que ousaram questioná-lo.

4.2 O ensino confessional no Acre: o currículo de religião a serviço da fé

Como visto nos capítulos anteriores, o mister do historiador ateuista, em face a tamanho apagamento/silenciamento, subvencionado por dinheiro público, repise-se, contribui de maneira ímpar para que outras vertentes comumente perseguidas, como religiões de matrizes africanas e afins, sejam relegadas a um papel menor. Para fins deste estudo, estipula-se que, para haver laicidade de fato e de direito, todas as correntes religiosas presentes em determinada localidade devem estar representadas e devidamente incluídas no cotidiano curricular das sociedades (no caso, a acriana), o que não se evidenciou na prática.

Sendo assim, no âmbito do ensino confessional, para a educação básica, tem-se as competências específicas do ensino religioso a seguir descritas, no que concerne ao currículo nacional: 01. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes *tradições/movimentos religiosos* e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos. 02. Compreender, valorizar e respeitar as *manifestações religiosas* e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios. 03. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida. 04. Conviver com a *diversidade de crenças*, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. 05. Analisar as relações entre as *tradições religiosas* e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde,

da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. 06. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de *cunho religioso*, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BNCC, 2018, p. 433).

O CRUA, o documento curricular norteador local, traz em seu bojo, um quadro comparativo das ditas tradições religiosas no Acre. Os dados, retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram tratados de forma a silenciar o ateísmo, negando-lhe o *status* de tradição religiosa (ou sequer *arreligiosa*) no Acre: isso tem um duplo sentido para esta pesquisa, sendo o primeiro e já dado, a questão da obliteração do termo ateísmo; o segundo, certamente está naquilo que o documento silencia.

Portanto, tem-se a confirmação de que para o Estado, não há tradição ateuista no Acre. Não surpreende de fato que o censo de 2022 indicou o Acre como o Estado com a maior proporção entre estabelecimentos religiosos e cidadãos no Brasil. Outro dado interessante é que a categoria dos *sem religião* é a terceira maior no Estado; assim, será que tal categoria sente-se representada pelo ensino confessional financiado com recursos públicos?

QUADRO COMPARATIVO DAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS DO ACRE – IBGE - 2010		
RELIGIÕES	NÚMERO REAL	NÚMERO PROPORCIONAL
CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA	133.926	100.000
EVANGÉLICA	133.632	100.000
SEM RELIGIÃO	53.535	50.000
OUTRAS RELIGIOSIDADES CRISTÃS	3.871	4.000
ESPÍRITA	3.309	3.500
TESTEMUNHAS DE JEOVÁ	2.616	2.500
NÃO DETERMINADA E MÚLTIPLO PERTENCIMENTO	1.601	1.500
TRADIÇÕES INDÍGENAS	945	1.000
IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS	714	700
CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA	653	650
UMBANDA E CANDOMBLÉ	183	200
CATÓLICA ORTODOXA	177	200
CANDOMBLÉ	170	200
JUDAÍSMO	59	50
TRADIÇÕES EXOTÉRICAS	57	50
NOVAS RELIGIÕES ORIENTAIS	51	50
BUDISMO	47	50
OUTRAS RELIGIÕES ORIENTAIS	21	20
ISLAMISMO	20	20
ESPIRITUALISTA	23	20

Fonte: CRUA, 2019, p. 690-691, grifo nosso.

Na tabela acima, além da dominância absoluta dos católicos e evangélicos (que certamente se veem representados no currículo confessional), o silenciamento do ateísmo torna-se gritante: ele é negado pela simples ausência de um termo específico, já que se defende aqui que ele não se enquadra nem como religião, nem como *arreligião*, pois, em seu espeque positivo, acha *irrelevante* tal debate. O ateísmo não é religião, nem possui qualquer característica de tais agremiações historicamente, pelo contrário. É uma violência que seja agrupado na categoria *sem religião*!

Agnósticos também não tem religião ou tradição no Acre, céticos, humanistas, etc., igualmente, sendo assim, o currículo confessional os representaria? Se alguém diz “é coisa de preto”, isso é racismo, mas se um dado de pesquisa séria ignora essas outras vertentes dentro do universo *arreligioso*, isso é naturalizado: eles são “os outros”, os “sem religião”. Todos nós temos religião, mas *eles* não. Nós *versus* eles. Os *com* e os *sem* religião: e o ateísmo positivo no meio do fogo cruzado.

Note-se de igual forma que uma religião genuinamente acriana foi silenciada nesta pesquisa (quadro acima), o Santo Daime. Será mesmo que no Acre são irrelevantes os praticantes de uma religião aqui criada? Difícil acreditar, pois como já infirmado: os apagamentos, em regra, são impostos. Vejamos como o livro didático (6º ano) da escola Edilson Façanha que trata de conteúdo programático “Reformas”, foco de análise deste estudo:

Desde a queda de Roma, diversos padres da **Igreja Católica** tentavam colocar a **razão a serviço da fé**. Um dos principais representantes dessa corrente foi Santo Agostinho, [...] passaram a acreditar que era possível explicar a existência de Deus por meio da razão. [...] A Escolástica era ensinada nas universidades europeias [...] Segundo o pensamento da Escolástica, **a autoridade do conhecimento residia na Bíblia e em obras de antigos pensadores**, Como Aristóteles. Cabia ao mestre indicar o verdadeiro sentido presente nesses textos. Eram realizadas, também, intensas disputas intelectuais, **nas quais os mestres tinham que defender suas ideias e responder às perguntas de uma assembleia de professores e estudantes**. (FERNANDES, 2018, p. 225, grifos nossos)

À despeito de ser uma obra bem mais abrangente e inclusiva do que os livros aos quais este pesquisador teve acesso em sua formação básica, percebe-se um conteúdo apresentado sem qualquer crítica efetiva, ou seja, dos males que tal pensamento engendrou na sociedade desde tempos imemoriais. A de um deus inquestionável, cheio de preconceitos em relação ao corpo, especialmente nas questões sexuais. Uma vertente propaladora de preconceitos que por muito

tempo perdurou para pensamento não apenas do *status quo* (que subsiste até os dias de hoje), mas das escolas e das universidades, como o texto do livro didático denota.

Não seria errôneo, portanto, dizer que o currículo não apenas está ainda a serviço da fé (a razão do ensino), mas o próprio erário público, através de financiamentos de diversas instituições onde o ensino religioso ainda é parte integrante das disciplinas ministradas regularmente. Tanto no colégio tradicional São José quanto no periférico Edilson Façanha, observa-se claramente a presença dos silenciamentos mencionados.

No mister de docente e pesquisador, busco amiúde complementar a matéria de Reforma e Contrarreforma dizendo que isso foi o início do holocausto indígena. Observar o material escolar de um estudante do ensino básico acriano, no que tange as disciplinas história e religião, é um exercício de revistar a história do cristianismo. O sagrado aparece nos Planos de Cursos do Instituto São José, assim como aparecem nos documentos do Edilson Façanha. E o profano? Poder-se-ia provocar...

O profano, o nefasto, o ateu, só tem direito à existência quando atrelado à ótica religiosa, embora o ateísmo não seja uma religião organizada (nem jamais tenha sido através da História). Logo, este tão retratado silenciamento, exsurge de forma pontual, como reprodução do *status quo* não laico. O que se deve *pesquisar, discutir, debater*, portanto, nos colégios confessionais, financiados com verbas públicas, é essencialmente a religião cristã:

[...] Pesquisa sobre a origem da palavra sagrada nos diferentes contextos religiosos e culturais. [...] Discussão sobre a diversidade de definições existentes sobre o sagrado. [...] Situações de atividades, leitura e escrita: interpretações de textos, produção textual, questões de múltipla escolha etc. [...] Debate sobre o **conceito de sagrado para a humanidade**. Sugestão: Proponha uma discussão em pequenos grupos e questione: O que é o sagrado para você? Como você imagina que algo se torna sagrado nas diferentes culturas? Como se dá a comunicação pela tradição escrita ou oral nas religiões, **com relação ao sagrado?** (Plano de Curso, 7º ano, São José – Religião)

Não apenas pelos conteúdos efetivamente curriculares (reforma, contrarreforma, jesuítas no Brasil, etc.), onde essas e outras questões estão insertas, mas igualmente pelo fato de que esta permeia inúmeros aspectos da história ocidental como um todo: se a religião é o sagrado, o *arreligioso* seria o profano em nossa sociedade? O que sobra aos ateístas positivos? Quantas culturas não foram exterminadas em nome deste pensamento? Talvez essa história devesse ser priorizada. Tais questionamentos são postos justamente para infirmar que até o momento – e os principais autores ateístas aqui citados assim defendem – não se aprofundou nas questões dos silenciamentos ateístas, tanto na história, como no currículo, objeto do

presente trabalho.

Assim, na escola São José, tem-se que no plano de curso, as propostas de atividades (assim como já debatido acerca do CRUA e da BNCC), não incluem sequer a visão arreligiosa *lato sensu*. Silenciam igualmente tais documentos; o apagamento como reflexo da ignorância acerca dos diversos tipos de tradições arreligiosas existentes, dentre elas o ateísmo. O ateísmo não tem lugar no ensino confessional, não *aparece* ali, pois não tem relação com o sagrado, com as *tradições e manifestações* religiosas.

Por outro espeque o ateísmo é, em verdade, a negação da cosmovisão confessional do ensino. Vejamos (extraído do plano de curso do sétimo ano do instituto São José, religião):

Pesquisa e leitura de textos e apreensão de tradições orais sobre o transcendente nas **diferentes religiões**. [...] Identificação e análise das verdades sagradas sobre o transcendente, presentes nos textos e tradições orais das diferentes religiões, incluídos pontos comuns e divergentes. [...] Construção de Quadro Comparativo com as **verdades sagradas sobre o transcendente das diversas religiões**. [...] Atividades de leitura e escrita. [...] Escuta de tradições orais vivenciadas em determinados grupos religiosos (grifos nossos).

É daí que vem toda a força do *Sola Scriptura* observado na lousa do Instituto São José e nas reformas religiosas. A verdade inquestionável, atemporal das escrituras *sagradas*. Igualmente na hora da reza diariamente realizada; na bancada da bíblia no congresso e de diversos setores reacionários da sociedade que se veem legitimados pela maioria a que pertencem: a dos *com* religião. Aos que *confessam*, acreditam numa *força* maior. Se os documentos norteadores da educação básica se voltam para a religião, colégios confessionais irão apenas reproduzir tal pensamento.

“Reconhecimento e análise das verdades sagradas sobre o transcendente, repassadas nos textos e tradições orais das diferentes *religiões*.”. É assim que se inicia a Sequência didática de junho de 2023 como proposta da *única* habilidade ensinada em todo mês junho por exemplo: é uma cascata silenciadora que começa na BNCC, passa pelo CRUA, se insere nos planos de curso, sequências didáticas, sala de aula e termina nos cadernos estudantis que ignoram toda uma parcela (a terceira, segundo o próprio CRUA) da sociedade, a parcela arreligiosa, a inscrição última na lápide tumular do ateísmo.

5 HISTÓRIAS SILENCIADAS, CADÁVERES INSEPULTOS

Neste capítulo, será aprofundada a análise das fontes e documentos reunidos, tanto os que já estavam disponíveis quanto os obtidos durante a pesquisa. É lançar luz sobre os fatos que aqui se visou debater. O ensino não confessional, defende-se aqui, é um ensino decolonial por natureza e em sua essência. Com as caravelas vieram também as doenças ocidentais e o cristianismo, que dizimaram os povos originários; hoje, tal visão de ensino – confessional – vê-se financiada no Estado do Acre em inúmeros colégios de ensino básico de Rio Branco. São milhões de reais financiando uma visão retrógrada e que, historicamente, aliou-se amiúde a visões autoritárias de mundo.

Gordas verbas públicas destinadas a estas instituições confessionais, conforme já discutido, posto que isso é também financiar tais currículos. O Estado, no sentido “canônico” do termo, é um emaranhado de leis escritas e costumes não escritos e, porque não dizer, permeados por ‘ordem e progresso’, como está estampado na flâmula pátria.

Salientando-se sempre que, no Acre, a igreja católica teve importante papel na luta dos seringueiros e trabalhadores rurais. Contudo, isso não exclui séculos de apagamentos e silenciamentos que hoje urdem no currículo seu *status quo*. Em terras acrianas, se há um ensino que deveria receber, sim, grandes somas de financiamento público, é o indígena, posto que obliterado violentamente no Acre.

No Acre, pululam escolas dessa natureza, poder-se-ia ainda citar o Instituto Imaculada Conceição, colégio luterano, entre outros (o próprio João Calvino que, indiretamente, faz parte do presente estudo). As questões das religiosidades curriculares, no Brasil, remontam o Império, no que se refere ao currículo, especialmente numa época em que a religião oficial ainda era o catolicismo, o que perduraria durante décadas até o advento da república. Ensina-se tanto a longa duração histórica, mas se percebe o gritante domínio desta no currículo confessional deste sempre no país? Das reduções jesuítas aos rincões da Amazônia: a questão do colégio Edilson Façanha.

Tal modelo emolda-se como representação das transformações sociais às quais este novo modelo educacional e teórico deve adaptar-se para representar de maneira fiel a nova sociedade que se deslinda perante os futuros docentes. Uma educação transformadora não pode fixar-se unicamente na teoria e ignorar, por assim dizer, aquilo que rodeia o fenômeno (se é que assim podemos chamá-lo) “escola”, que a nosso sentir deve ser prementemente laica. De outra forma, se o Estado pode custear o ensino confessional cristão, este deve igualmente estar

propenso ao financiamento de outras formas de ensino confessional. Umbanda, Santo Daime, Espiritismo, embora estatisticamente menos representados, merecem igual proteção estatal.

Ao associar, na proposta de intervenção, o não desejo de ser evangelizado ateu à tragédia que foi a evangelização indígena na época colonial, tentou-se lembrar ao estudante que a "boa nova" bíblica comumente, na história, implica violências.

Segundo informações da própria Secretaria de Educação, através do termo de subvenção *social* número 022/2019 (o único que fora fornecido a este pesquisador, embora encontrou-se através de consultas na *internet* informações acerca de outros repasses financeiros suplementares ao longo dos anos) celebrado com o Instituto São José, desde que esta matricule no mínimo 1.280 discente nos ensinos fundamental, médio e especial.

O termo em questão estabelece - cumpridos os requisitos elencados - um repasse de R\$ 4.991.122, 85 (quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, cento e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos) anualmente. O jurídico existe para que até os centavos sejam exatos. Lembre-se: valores somente para uma instituição confessional.

Conforme a cláusula sexta, os aditivos poderiam ser acordados entre as partes (termo jurídico para obtenção de verbas adicionais), desde que devidamente justificados. Embora solicitados tais aditivos, estes não foram fornecidos até conclusão da presente dissertação. Embora tenha sido excluído (por não conter mais o ensino de religião), o colégio João Calvino recebe outros R\$ 3.590.526,00 (três milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e vinte e seis reais) também por ano através do termo de subvenção *social* número 001/2022. Dois colégios antigamente particulares que hoje são *públicos*.

E enquanto na escola Edilson Façanha a quadra fica desativada por meses, falta merenda, *internet*, salas adequadas, escolas já historicamente beneficiadas, recebem fartas quantias estatais. Como conciliar o dogma cristão de espalhar a boa nova com o que isso ocasionou na história e no currículo? Hoje, no Acre, é fato que o ensino confessional é financiado com muito dinheiro *público*.

5.1. A história contada (São José) e não contada (Edilson Façanha)

5.1.1 O borracheiro que deu azo ao colégio visitado

O currículo e a minha história (já trazida em memorial) trouxeram-me para o Calafate. Para os estranhos ao Acre, o bairro do Calafate é o que será o “centro novo” de Rio Branco. Calafate, na verdade, é uma reunião de mais de 20 bairros e loteamentos de Rio Branco, ficando a escola Edilson Façanha, localizado naquele denominado Luiz Rafael. Embora distante a menos de 15 minutos do Via Verde *Shopping* e outros locais ditos ‘nobres’, o colégio reúne estudantes pobres da capital acriana.

Fundado em 2009 e alardeado pelo governo Binho Marques como “escola padrão”, sequer possui um auditório. Durante a vivência deste pesquisador nos dois meses em que seria aplicada a proposta de intervenção, boa parte do tempo a quadra poliesportiva encontrava-se sem condições de uso (e ainda está). Entulho se reunia em profusão nos fundos do terreno; e das poucas salas de aulas disponíveis, propicia-se, no período vespertino, o atendimento de 12 turmas de sextos e sétimos anos.

Insta lembrar, agora, que também sou um morador da localidade e observo inúmeras borracharias espalhadas no bairro. Defendo serem fruto de suas antigas estradas de terra (algumas ainda existentes) de um lugar repleto de fazendas de criação extensiva de gado de corte em declínio (uma mazela para Amazônia ainda comum no Estado). Um local de transição entre o meio urbano e rural na periferia da capital acriana. Edilson Façanha¹¹, para além de funcionário da educação municipal, complementava – como todo profissional da educação básica necessita se quiser uma existência digna - sua renda sendo proprietário uma borracharia num local de ruas historicamente esburacadas de terra batida.

Foi também líder local, homenageado pelos moradores poucos meses após sua trágica morte (um borracheiro que morreu num acidente de trânsito), dando nome a uma escola da localidade. Tal fato se defende, como já dito, pela existência de inúmeros ramais de difícil acesso e via de acesso “alternativas” por terra à capital acriana, obviamente propiciando uma fonte significativa de renda – pela péssima condição, até hoje, do rolamento das estradas - que um morador necessitado não poderia deixar de notar.

¹¹ Buscou-se entrevistar inúmeras vezes a viúva do borracheiro Edilson Façanha, contudo, sem sucesso. O contato malogrado deu-se através de uma funcionária antiga da escola que repassou as informações aqui reproduzidas, aliadas ao discurso “oficial” disponível no sítio <https://agencia.ac.gov.br/governo-inaugura-mais-uma-escola-padro/> (acesso em 05.02.2024).

Pela esparsa quantidade de fontes e pouco se sabe sobre feitos, em vida, de Edilson Façanha, não é possível ir além de fontes e relatos oficiais; contudo é fato que à época de sua inauguração, um outro funcionário da educação, Binho Marques, governava o Acre e construía a escola que seria nomeada com uma homenagem a outro funcionário da educação; tudo talvez somente uma histórica coincidência.

Daí nomear estes breves parágrafos de “a história não contada” de Edilson Façanha, posto que nesta obra não se foi deveras além de rumores e fontes oficiais sobre a história deste.

5.1.2 A hora da reza no São José: ecos de um Brasil colonial

Enfrentou-se aqui o desafio de pesquisar o silenciamento *ateísta*, consoante descrito em memorial, de incluir o debate acerca da formação confessional católica num trabalho desta natureza. O instituto São José, trata-se de uma instituição de ensino que faz parte da história do centro da Capital acriana (a história contada). A escola está rodeada de prédio públicos importantes e - como já abordado - recebendo milhões dos cofres públicos acrianos anualmente. Sua fundadora, segundo o sítio da própria instituição, começou seus trabalhos como educadora na região de Xapuri, terra de Chico Mendes. O Instituto seria oficialmente inaugurado em 01 de maio de 1958, após a vinda da Irma Evangelizadora para capital.

A catedral Nossa Senhora Aparecida é em frente de uma “biqueira”, próxima de esgoto à céu aberto, despejado *in natura* no Rio Acre. Próxima ainda ao palácio do governo, menos de um minuto a pé. Nas palavras de Masagão: perto de deus, perto do vento: o vento que sopra das margens do Rio Acre. Perto do currículo, perto de uma confissão; perto da reza. Se por um lado o colégio tradicional tem a assembleia legislativa bem próxima e a prefeitura na mesma rua, de outro tem-se estudantes periféricos sem almoço, *internet*, sem ginásio esportivo ou auditório. O que os une ou os separa? O ensino confessional. Em condições diferentes, mas prescrevendo a mesma “reforma” cristã, seja protestante, seja católica.

Durante as pesquisas, foram identificadas outras tantas escolas privadas do mesmo grupo de “Irmãs auxiliadoras” por todo o país. Numa delas, com o *chamariz* “a escola que seu filho precisa está aqui”; um outro Instituto São José (na minha pesquisa, descobri que são uma rede católica de ensino espalhada pelo país, tendo sede em todas as regiões do país) de São Paulo. As reduções da contemporaneidade?

Assim, note-se que se trata de uma instituição de caráter nacional, católica, articulada pelo país inteiro, o que me fez associá-las às missões jesuítas. Como estudante de uma escola

católica, dita de “freiras”, passear pelos corredores da escola trouxe inúmeras lembranças. E a hora da reza foi uma delas. Ver os estudantes, em fila, dia após dia, executando uma oração antes da educação, fulgurou na lembrança. Em fila, orando, financiados pelos cofres públicos. Os corredores, de acesso restrito ao público que financia aquela educação, é recheado de referências católicas. Santos, frases religiosas, capelas, imagens permeiam o cotidiano de um ensino confessional católico. E na lousa, *Sola Scriptura*.

Este não apenas começa e termina com a hora da reza, ele é vivido numa aura católica. São José que dá nome ao instituto, está lá, Santa Maria, igualmente. Foi uma das razões pelas quais escolhi (e apenas para este fim o presente subtítulo se destina) mudar o foco de aplicação da proposta de intervenção, pois já na observação não me senti à vontade para realizar o que realmente desejava. Nas figuras do anexo demonstra-se como a única coisa que resistiu ao tempo, na fachada histórica do prédio, foi justamente uma imagem religiosa.

Ali certamente não poderia ser enfático sobre a história dos jesuítas durante o período ao ponto de incomodar professores e alguns estudantes (ou à direção), como ocorreu mesmo na escola Edilson Façanha. Trago novamente a pérola redarguida por um dos discentes durante à intervenção: “a Igreja apoiou a escravidão, professor?”. Ou seja, se numa escola essencialmente pública, periférica, encontrei inúmeras resistências, imagine-se o que teria ocorrido numa instituição com mais de meio século de tradição católica, ouvindo um professor ensinando aos alunos que o que os jesuítas fizeram no Brasil, hoje, seria considerado crime contra humanidade.

Pensou-se ainda (como dito, o intuito não é contar histórias já contadas, mas revisitá-las sob a ótica ateísta), discentes de um colégio católico reagindo a queima do *Sola Scriptura* (a verdade das escrituras) escrita na lousa tanto nas aulas de história e religião e utilizadas no Manual aqui proposto. *Mutatis mutandis*, aconselhei a mim mesmo como faz a mãe de um jovem negro ao sair da rua: evite algumas coisas, para seu próprio bem.

5.2 Proposta de intervenção na escola Edilson Façanha

A escola Edilson Façanha foi escolhida para aplicação do Manual produzido face a sua história também não contada e à proximidade com a realidade do pesquisador-objeto. Trata-se de um bairro periférico (Calafate) da capital acriana, um local onde os recursos são ínfimos e as dificuldades imensas. Outra razão foi sem dúvida o fato de que este pesquisador já estudou em escolas religiosas, sabendo da resistência enfrentada em ambientes estritamente confessionais (São José) em relação ao ateísmo que é precisamente a negação desta cosmovisão de mundo.

Os responsáveis que ali matriculam sua prole desejam exatamente uma educação cristã, seria pregar para o vento. Assim, enquanto a presente pesquisa ia passando pelo crivo da realidade, ante as inúmeras dificuldades enfrentadas durante as visitas realizadas ali, escolheu-se mudar o foco da intervenção: onde o ensino é necessário e – deveria ser – laico. Assim, os aproximadamente 110 estudantes que participaram da intervenção, receberam aulas expositivas ministradas entre 04.10.2023 até final de dezembro do mesmo ano. Durante os encontros realizados com as turmas do sétimo ano da escola, foi revistado/repaginado o passado colonial brasileiro, em especial o período dos jesuítas.

O componente curricular foi escolhido não apenas por ser parte integrante do currículo obrigatório da série em comento, mas igualmente para se imprimir uma visão decolonial do tema, posto que o livro didático muitas vezes silencia sobre a extensão e a gravidade do que ocorreu durante o período da expansão cristã no Brasil. O indígena, quase sempre retratado pela ótica do colonizador, é visto como alguém “selvagem”, subumano, a ser “civilizado”. Quanto aos costumes indígenas, como a poligamia, a antropofagia, são tratados de forma reflexa e sem aprofundamento no livro didático, e não como cultura própria de um povo originário.

Fazer o estudante entender não só o caráter ritual envolvido em tais práticas, como o cultural, foi tarefa árdua, posto a resistência que jovens mentes tem a prática condenadas por *sua* religião, a cristã. Tratar ainda o apoio quase que incondicional à escravidão negra da Igreja Católica no Brasil, trouxe debates interessantes, posto que foi observado que os estudantes têm bastante dificuldade em entender que o movimento denominado *cristianismo* apoiou práticas contrárias aos direitos humanos mais básicos num passado colonial.

Esta preparação (através de aulas expositivas), durante a intervenção, seria para desembocar no escrutínio do breve Manual a seguir proposto; um Manual que tivesse utilidade para aquele estudante, baseado, por isso, na prova do Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM) no que tange a redação. Através da redação pode o estudante expressar-se pela poesia, pelo conto, pela escrita de *sua* história. A dificuldade que esses discentes entre 11 e 13 anos, tem de articular ideias numa folha em branco restou patente. Em uníssono relataram ser esta sua primeira redação em período escolar.

Verdade ou não, a pobreza da norma culta do português, a brevidade com que escreviam, e também a simplicidade, denotam que não dominam tal ferramenta, ou seja, evidenciam a falta de traquejo na utilização da escrita (das *suas* histórias?). À despeito dessas limitações, o que se observou foram interessantes produções acerca dos caminhos para se combater a intolerância religiosa onde residem, partindo da releitura de eventos próprios de sua localidade e de seu currículo.

Inspirado na metodologia do ENEM, posto que muitos ignoram que a vida está repleta de episódios onde se faz necessário dissertar sobre algo; cá estou, eu mesmo, dissertando. Para adentrar no presente mestrado, igualmente foi necessário redigir. Escrever é libertador, mas escrever sem se fazer compreender, não. Além de não ser libertador, muitas vezes ainda é motivo de preconceito linguístico.

Propiciar tais ferramentas críticas não somente no âmbito conteudal, mas também prático, fazendo-o refletir sobre o passado histórico colonial, essencialmente ligado à religião e tudo o que isso traz para a atualidade: casos de preconceito religioso, utilização da bíblia para justificação de perseguição a grupos minoritários, ou seja, o suprassumo do que é viver no Brasil. As aulas expositivas, aliadas a tecnologia disponível na escola (data show, pois a *internet* comumente faltava), traziam para o presente aquele passado distante das folhas do livro fornecido pelo Estado.

Fulgura na mente a estupefação de alguns discentes quando se relatou genocídio israelense contra a região da Palestina, ao adentrar acerca da importância da tolerância diante de visões diferentes de mundo; o que a religião pode causar quando uma vertente simplesmente não tolera mais a existência da outra. Não se pode, talvez, afirmar que o fato de o ENEM 2016 ter trazido a questão da intolerância religiosa no Brasil tenha relação direta com a queima da bíblia ocorrida em 2015, mas certamente tem relação com o que se intentou na proposta de intervenção: fomentar a compreensão de jovens mentes sobre o fato de que sempre vão se deparar com o diferente, tal como se depararam com um professor de história ateu. Repaginar o discurso oficial, pois não deixa de ser o ENEM um discurso oficial.

Foi um trabalho árduo tal empresa, posto que estava a questionar basicamente tudo aquilo que cerca a realidade próxima do discente-alvo. Das ofensas dirigidas aos ateístas, a mais

frequente certamente é “você vai para o inferno”. Isso demonstra o desconhecimento do interlocutor sobre ateísmo, posto que o ateu não acredita nem em céu, nem em inferno. Mas e se existir? A aposta de Pascal já foi refutada há séculos, assim como a “verdade das escrituras”. Seguem – os discentes - silenciosamente preceitos bíblicos, mas não conhecem a história de sua redação, uma história de alterações e alterações, sem dúvida.

Dentre as 110 produções textuais, foram escolhidos 17 trabalhos para exemplificar o resultado da intervenção curricular realizada: recontar a história da chegada do cristianismo imprimindo uma visão *arreligiosa*, com ênfase na ateísta positiva. Desde episódios de preconceito, relatos de famílias intolerantes, alguns estudantes certamente se destacaram, trazendo sua realidade para o papel em branco. Um exemplo desta revisita histórica - partindo da realidade do estudante - ocorreu quando da reanálise do papel da Igreja na escravidão negra.

Por exemplo, ao se lecionar - partindo da realidade do estudante - o docente lembrava durante este processo sobre os intervalos (recreio), nestes dois meses, onde não havia proteína animal a ser servida no almoço – quando estes ficavam alvoroçados. E os mesmos discentes reclamavam com os dizeres “é Miragina de novo, professor”.

Era uma referência à marca que era oferecida aos discentes: pacotes da bolacha Miragina, uma marca famosa de biscoitos no Estado do Acre. Um dos modelos preferidos pelo público em geral, no Acre, é a de sabor castanha. Ocorre que tal guloseima tem um gosto amargo, posto que a empresa foi acusada pelo Ministério Público do Acre, em 2014, de utilização do trabalho análogo à escravidão em suas *fazendas*, em que, nas palavras do procurador do *Parquet*:

“Quando chegaram lá, se depararam com uma situação completamente subumana. Não tinha água potável para beber, não tinha comida, ficaram trabalhando durante 15 dias, sem qualquer alimentação e sem uma moradia adequada para dormir. Eles começaram a se rebelar e diziam para eles: ‘se vocês quiserem sair daqui, caiam dentro do rio e vão nadando’”, explica o procurador. (G1, 2014)

Assim, como objetivo pedagógico, buscava-se fazer o estudante entender a importância de se rechaçar qualquer tipo de preconceito, explicando-se que estes têm uma origem histórica e por isso tais práticas continuam ocorrendo. Da mesma forma, o estudante desconhecia o episódio da queima da bíblia, ignorando o fato de que o lanche que lhes era servido, tinha um sabor colonial: a história vinda de baixo. Ao invés sabor castanha, na embalagem, poder-se-ia escrever Brasil colônia.

Nas provas do quarto bimestre, por exemplo, foram trazidas questões para ilustrar o

papel negativo central da Igreja Católica (principalmente) neste período histórico, no intuito de evidenciar as mazelas que assolam o país e de seu caráter estritamente histórico. O estudante deveria então associar o início da expansão cristã no Brasil com a destruição de culturas e povos inteiros, escravização de outros tantos e um discurso (curricular?) para validar essa dominação. Conforme será aprofundado em Manual a seguir.

5.3 Manual para movimentos *arreligiosos* no Ensino Religioso e de História

A escrita da história faz-se também no dia a dia. Os estudantes são educados, por vezes, a acreditar que não são "capazes" de entender sua realidade. Um ensino realmente decolonial deve partilhar e partir dessa realidade. Como descolonizar mentes sem partir daí? A língua, a religião, o currículo, são marcas que a sociedade ocidental imprimi fortemente nos confins amazônicos. Usar, portanto, a arte, a escrita - da história – fatos presentes na localidade do discente, fazendo-o perceber em seu cotidiano a história, o currículo que se lhe apresenta. Ensinando-o a respeitar todas as vertentes religiosas (e não apenas a dominante) e arreligiosas é passo fundamental deste processo de ensino-aprendizagem. Os ateus estão em toda parte, mesmo num colégio periférico, como o presente estudo demonstrou.

Na minha visão sobre religião ela é algo "bom", ela pode fazer as pessoas terem mais esperança, mais todos temos direito em acreditar no que quiser, eu não sou uma pessoa religiosa (não tenho religião). Acho que obrigar outras pessoas a acreditar no mesmo que você é mais do que um crime. Já vi vários casos de pessoas que foram mortas apenas por acreditar em coisas diferentes do resto da população [...] (excerto de redação de discente, Apêndice C)

Presentes em todos os ambientes. Os ateístas resistem ainda à ação evangelizadora do currículo colonial (jesuítas), currículo católico (primeira república, ultramontano), currículo não laico (atual). Mesmo estudantes sem religião tem bastante dificuldade em associar a religião a acontecimentos nocivos na história como genocídio de povos indígenas e escravização.

Usar ainda a escrita e a leitura dessa realidade tão própria, tão humilde e sem recursos (mesmo no ambiente de sala de aula), preparando-o para a vida real, em que todas as questões aqui levantadas estão postas. No ENEM, no qual a proposta de intervenção e o Manual se inspiram, idem. Ser capaz de redigir criticamente é uma ferramenta, fora dos círculos linguísticos, pouco utilizada.

Ressalte-se que não se deseja obliterar as formas de religiosidades, apenas criticar o

fato de que algumas são fomentadas totalmente pelo Estado (como um primo rico) e outras (a maioria) são relegadas ao ostracismo, quando não ao apagamento total como ocorre com os *arreligiosos*. Com maior violência o currículo é aplicado, na prática, contra ateístas, especialmente nestes locais confessionais, pois na hora da reza um ateu jamais se vê inserido; partindo-se da realidade não apenas do pesquisador-objeto (como demonstrado nos capítulos anteriores), mas também dos estudantes: pelas igrejas que pululam por *seu* próprio bairro.

As novas propostas didáticas para o Ensino de História apontam para o respeito à diversidade no âmbito desse ensino e apresentam o aluno como sujeito da própria história. A escola é um espaço privilegiado para a construção de saberes que valorizem a diversidade de ideias, perspectivas, crenças e experiências. A diversidade cultural brasileira tem ganhado espaço dentro do currículo escolar nas últimas décadas. Isso pode ser percebido nas diretrizes elaboradas para a educação básica, assim como nos debates, propostas e pesquisas que buscam a transformação dos procedimentos de Ensino de História, visando “o acesso aos conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”, despertando o interesse e gerando melhores resultados no que tange à formação de alunos mais críticos, participantes e autônomos. (NASCIMENTO, 2022, p. 61).

Discutir, de maneira crítica a história colonial do Brasil, como foi realizado na proposta de intervenção, aproximando o estudante da *sua* própria história: aquilo que come, aquilo que dá, aquilo que recebe.

Logo, o breve Manual aplicado, trouxe uma reavaliação do papel, principalmente da Igreja Católica, durante o período colonial, pela visão *arreligiosa*. Isso trouxe inúmeros imbróglis tanto com funcionários da escola quanto com estudantes que não entendiam o que ali se intentava realizar. Segundo estes, falar sobre ateísmo é o mesmo que *pregar* ateísmo. Sendo bastante prático, buscou-se enfatizar a importância da leitura e da escrita (da história?) durante as intervenções. Foram dois meses de revisita ao período colonial, lembrando-os, em suma, do controle educacional dessas vertentes – a catequese indígena -, ou a hora da reza que se eterniza até os dias de hoje no instituto São José, da escravidão que dá gosto à famosa bolacha que estes consomem.

[...] na tentativa de combater o abatimento dos padres com a possibilidade de conversão dos indígenas, Nóbrega escreveu o Diálogo sobre a Conversão do Gentio entre 1556 e 1557. O texto apresenta duas personagens fictícias, dois irmãos jesuítas, Mateus Nogueira (ferreiro) e Gonçalo Alvarez (pregador), cuja conversa que travam expõe a ideia central de Nóbrega de que a bruteza do indígena, manifesta nos seus costumes e organização social, **dificultando o trabalho de catequese, não decorria de bestialidade inata (tese dos índios como animais), mas do pecado original.** (SILVA, 2022, p. 86, grifo nosso)

A hora da reza é a hora de impor seu credo – antes da imposição de *sua* visão de mundo -, seu modo de vida em desfavor dos silvícolas e negros forçadamente trazidos para cá e chacinados, escravizados. Oração não deveria rimar com educação em pleno século XXI. Não há mais tempo para um currículo confessional. É fato indubitável e isso se tentou imprimir no Manual que exortasse o estudante a refletir sobre estas questões partindo de questões locais. A queima da bíblia, ali abordada, por exemplo, sem qualquer surpresa, era fato ignorado pelas novas gerações. O silenciamento eficaz do manifesto ateu acriano, notadamente uma reprodução deste mesmo apagamento curricular.

Os próprios estudantes avaliados em inúmeros casos, confundiam evangelização – ou catequese - com educação, durante a preparação para a leitura e execução da proposta de intervenção. E eles não estão incorretos, posto que a história da educação no Brasil se confunde com a evangelização, as intermináveis horas da reza (ecos das reduções jesuítas?). Neste Manual, baseado no ENEM - realidade futura dos estudantes - utilizou-se a redação (importante para toda uma vida, para a própria escrita da *sua* história de estudante) como ferramenta, adicionando-se pitadas de poesia, cultura ateu e arte.

Tal foram os enfoques nos 2 meses letivos da aplicação do presente Manual: a Igreja como cúmplice do genocídio indígena, negro e *arreligioso*, já que o ateísmo não tem história ou tradição no currículo em geral, conforme demonstrou-se nesta empresa.

É fato que a inquisição aqui atuou, perseguiu, matou. É fato igualmente que a escravidão negra e indígena (à exceção dos jesuítas que os escravizavam suavemente nas reduções) deu-se sob os olhos dessas mesmas instituições que ainda rodeiam estes estudantes. A igreja católica na principal via do bairro advém daquela mesma igreja, a hora da reza ainda existe ali. Tudo realizado no objetivo que o estudante se interesse não apenas pela história em si, a curricular, mas pela única história que importa: a *sua* própria.

Se no meio acadêmico defende-se e debate-se tanto sobre a escrita da história e como fazê-la, tentou-se aqui aplicá-la de forma prática. Para além de envolver o estudante com a história circundante, faça-o capaz de escrever sua própria história e isso, desde tempos imemoriais, necessita papel e caneta à mão e uma reflexão na mente. Com tão poucos recursos (iria utilizar jogos, mas fui desaconselhado por uma funcionária superior cujo nome prefiro omitir), trazer o papel em branco como desafio para aqueles que reduzido traquejo possuem com a escrita, trouxe resultados animadores.

Desde relatos de mudança de visão deste docente (passar a não gostar, por exemplo), episódio de preconceito, e, na esmagadora maioria, profundo desconhecimento do papel da

religião não apenas em suas vidas, mas do seu papel nem sempre elogioso na história, mesmo expostos ao currículo de religião e história diariamente.

Muitos não conseguem simplesmente associar a religião a coisas negativas. Nas avaliações ocorridas no período, em inúmeros erros no entendimento das alternativas constantes das provas, tal fato restou patente. A educação pode e deve ser libertadora, contudo, neste processo, deve também estar associada à realidade do estudante. Em experiências docentes pretéritas, citem-se as acaloradas discussões sobre o lema Deus, pátria, família e liberdade, advindas do integralismo brasileiro com estudantes do ensino médio. Questionar o *status quo* confessional no ensino resulta em enfrentamento de fortes resistências.

Portanto, falar em um ensino decolonial na esfera confessional, enquanto estudantes que fizeram avaliações durante o curso normal da pesquisa tinham grande dificuldade em entender que a religião fez coisas ruins na história, conforme o excerto citado acima, especialmente contra indígenas e negros, é algo restrito apenas à academia hodiernamente.

Tais avaliações foram aplicadas durante as intervenções realizadas no terceiro e quarto bimestre na escola Edilson Façanha e evidenciaram tal dificuldade.

Um momento representativo (micro-história), foi durante a recuperação semestral (que altera as notas do terceiro e quarto bimestre, e por esta razão, não utilizadas neste estudo), em que um aluno aparentemente surpreso, perorou "a igreja apoiou a escravidão no Brasil, professor?" já trazido anteriormente. Assim, enquanto o ateísmo é amplamente relacionado a "coisas ruins" sem aparentemente ser, a religião mesmo trazendo danos emergentes e lucros cessantes durante grande período da história, continua sendo avaliado como algo bom, vide apêndice C, nas palavras de uma discente participante.

Outra faceta dos silenciamentos aqui discutidos foi observada durante a aplicação das provas (no sentido jurídico ou curricular?), foi a impossibilidade (recorrente) do aluno associar a ética cristã e seu apoio incondicional à escravidão negra, ao processo de "civilização" do indígena. Devendo lembrar que este pesquisador defende que aquilo que ocorria nas missões ou redução era igualmente trabalho escravo, discordando do livro didático fornecido pela escola neste ínterim.

Os jesuítas desenvolveram um intenso esforço de catequização dos indígenas da colônia. Por meio, principalmente do teatro e da música, eles ensinavam os sacramentos católicos para esses povos. Nesse trabalho evangelizador, destacou-se o padre José de Anchieta, missionário que chegou à América portuguesa em 1553, aos 19 anos de idade. Na década de 1570, ele compôs várias peças religiosas que eram representadas nas aldeias por meio de músicas e cantos. *As encenações eram feitas sobretudo por crianças indígenas*, que, segundo Anchieta, *seriam as responsáveis*

Ao abordar o tema “a catequização dos indígenas” o livro didático para além de um resumo genérico (pois mesmo ali não é clara a associação da Igreja com práticas nocivas), concorda-se com a visão de Anchieta que é nos infantes que se salvará o futuro.

Numa visão *arreligiosa* este docente buscou lembrar os estudantes sobre os porquês de os indígenas se encontrarem em grande número no centro da capital acriana, pedindo esmola. O foco foram as crianças, pois é numa mudança geracional que se faz sentir o peso da educação (ou da falta dela). Em razão disso, o primeiro exemplo do Manual (texto I), pautou-se pelas palavras de outro padre, o Máximo, religioso proeminente da Igreja católica acriana.

Sim, eles continuam falando abertamente à sociedade, com grande relevância social. A bíblia será mesmo um instrumento de paz, amor e respeito como disse o padre? Era uma problematização trazida dentro da questão religiosa analisada.

O texto II, foi reproduzido do ENEM 2016, por ser objetivamente aquilo que nos “salvou” juridicamente na ocasião (liberdade de expressão) do evento subsequentes a queima da bíblia, consoante abordado no texto IV. Conforme redação produzida por um discente participante, uma colega havia “deixado de gostar do professor” (Apêndice C) após descobrir *seu* ateísmo: reflexo do tratamento diferenciado destinados aos *arreligiosos* não apenas no currículo, mas na vida cotidiana, começando na escola, que deveria ser um local de inclusão, não de exclusão.

A antipatia ao ateísmo foi sentida durante toda a pesquisa, conforme a pesquisa referenciada naquele ENEM que complementa o texto III do Manual. O comando jurídico informado no manual (Lei 7.716/89), insculpe o respeito à religião em seu artigo primeiro, mas ateísmo não é religião. O ateísmo está no “limbo” (para utilizar um termo cristão) curricular, categorizados como *arreligiosos* ou sem religião. Assim, como faziam os jesuítas no passado colonial ao nomearem negros e indígenas de forma genérica como “negros da terra”. (SILVA, 2022, p.87).

Silencia o currículo sobre ateísmo e ao falar deste demonstra igual desconhecimento do tema. Por serem minoria, as violências sofridas não importam, pois a sociedade ignora o que é ser ateu: apenas nisso estão reunidos. No texto IV, seguindo a mesma lógica, a poesia a seguir foi levada aos estudantes, como forma de estimular uma reflexão sobre como a cultura indígena é tratada em detrimento da expansão da pecuária desde a década de 1970 no Acre (ainda presente no Calafate), na linguagem digital que se avizinha, no hábito da cola, no

aquecimento global (enquanto escrevo, o país está literalmente queimando)...

EU
U3
EU(S)COLA(R)
Ensino é colar?
Colar é de índio?
Ou é cocar?
Sei lá!
A selva sai
Pro pasto entrar
E tome calor na lata
No Acre, pode sim, desmatar...
O mugido do gado
ADORA
V
O
H
A
I

Tal discussão evidencia a ausência de um diálogo acerca dessas “disputas” entre narrativas curriculares (religiosas x *arreligiosas*) dentro da metodologia proposta, visando-se uma abordagem emparelhada acerca do “mito da laicidade” do ensino público. Conforme já discutido acima, o termo *arreligioso*, o termo ateísmo, agnosticismo, raramente aparecem nas recomendações gerais e nos documentos curriculares analisados, quando aparece, está amiúde associado a ideia de religião.

O importante, aqui, é estabelecer que a vontade de potência laica, em diálogo com o ensino decolonial e com fatos históricos locais como pano de fundo. Pela ótica da decolonial adentrar algo ainda mais poderoso: a laicidade de fato das instituições de ensino públicas.

[...] **Mas a realidade do país é repleta de casos em que a laicidade do Estado não é respeitada.** Um exemplo são as cruzes ostentadas nas Câmaras Legislativas. Além disso, é comum nesses espaços o “momento bíblico”, sessão dedicadas ao culto religioso. A Constituição garante a liberdade de credo. No entanto, deve haver “o bom senso ao estado (sic!) para que não permita que seus prédios e sessões sirvam de palanques para propaganda religiosa, pois a ‘fé’ de um não pode ferir ou desprezitar a ‘fé’ ou a ‘ausência de fé’ de outro [...]”. (SILVA, 2020, p. 207, grifo nosso)

A liberdade de expressão termina quando um ateu queima a bíblia num evento *para* ateus, mas acoberta o discurso de ódio que também foi evidenciado na voz dos estudantes atingidos pela pesquisa "você vai pro inferno" escreveu um, se referendo ao castigo máximo. Defender o silenciamento ateu, nas escolas (e fatídicas reuniões com a direção) é visto como *pregação*, ainda que sempre este docente estabelecesse clara relação conteudal e, ainda, com a

presente pesquisa.

E nas redações entregues o traço desse apagamento se fez sentir, quando alguns estudantes reproduziram alguns preconceitos comuns em sua escrita, consoante Apêndice C, que representa um pequeno recorte dos 110 estudante participantes. Liberdade de expressão só existe de fato, no Acre, para ser um bom cristão, e o próprio livro didático reflete isso. As igrejas que pululam na periferia, idem. Assim, o que temos, hoje, no ensino básico acreano, é resultado de séculos de controle (direto ou indireto) do sistema educacional que desde sua gênese é confessional.

Os primeiros colégios jesuítas eram muito simples. Em geral, eram pequenas construções frequentadas principalmente por filhos de colonos e, em menor escala, por indígena e órfãos. O ensino nos colégios jesuítas procurava seguir o mesmo padrão das escolas de Portugal. Os padres priorizavam a formação humanista, que abrangia conhecimentos nas áreas de gramática, retórica, música e poesia. Também eram oferecidos estudos de ciências, exercícios físicos e aulas de comportamento social. **O principal objetivo era formar “bons cristãos”.** (FERNANDES, 2018, p. 185, grifo nosso)

Ser ateu é sempre ser visto como alguém já *condenado* ao sofrimento eterno, à queimação no fogo dos infernos. Nos estertores desta pesquisa, pude perceber que ser ateu é antes de tudo, aceitar as violências calado, silenciado, tal como no currículo acriano. Por isso o objetivo do Manual, para além de propiciar um ensino laico, era que em pelo menos uma escola acriana o ateísmo fosse de fato discutido em sala de aula, como parte importante – e integrante – da sociedade acriana. Isso, como tudo o mais relacionado ao tema em discussão, não ocorreu sem resistências, tanto das instituições visitadas quanto dos próprios estudantes.

No Apêndice C estão elencados exemplos de redações positiva ou negativamente produzidas (até porque um dos objetivos de fato era demonstrar na prática tais violências), um dos estudantes, por exemplo, perorou que “o ateísmo é contra Deus”, neste eterno jogo de *nós versus eles*, ao qual os ateístas estão historicamente relegados. Uma vez mais: o ateísmo positivo é a negação total de divindades, sejam elas quais forem e, parafraseando a célebre máxima ateísta, quando a sociedade cristã compreender por que rejeita os diversos deuses de outras culturas possíveis, entenderá justamente por que os ateístas rejeitam o deus cristão.

De outro lado, a grande maioria dos estudantes, compreendendo o objetivo das aulas ministradas, do processo de ensino associado à escrita (redação), partindo da realidade do estudante, produziram textos enfatizando o respeito “a todas as tribos” ou, nos dizeres de um outro discente, “que as famílias respeitem a escolha de seus filhos”. Para mim, especialmente ler isto enquanto minha própria genitora jamais aceitou meu ateísmo, foi gratificante. Observar

umas mentes pueris compreendendo que as escolhas pessoais, sejam elas religiosas, sexuais ou de estilo de vida, em não afetando o direito de outrem, são de livre determinação.

Pensou-se, ao ler a redação de uma estudante colecionada no Apêndice C em se criar um subtítulo, de tão relevante que fora o texto produzido, cujo título seria “O etnocentrismo que ocorre no Acre”.

Tal a palavra catequese, tão cara a este trabalho (e aos jesuítas), a palavra etnocentrismo seria onipresente durante as aulas: colocar *sua* cultura no centro. Acreditar que *seu* modo de viver é o correto, *sua* religião, *seus* hábitos e práticas. Esta estudante reconheceu que de fato existe um etnocentrismo latente no Acre - embora em tão tenra idade - de forma ímpar raciocinando que “os indígenas foram obrigados a seguir um padrão de vida fora da realidade deles tendo que adorar ao mesmo e somente Deus (sic!) que os jesuítas acreditavam [...] exatamente como acontece nos dias de hoje [...]”.

Assim, nesse exercício de reflexão e provação que envolve a escrita (da história?), vejo que talvez queimar o que nos condena ao fogo seja apenas um ato de legítima defesa ou exercício regular de direito (pelos docentes ateus): contra o livro que tanto colonizou a selva, os povos originários, o currículo e as mentes que este molda. Reflexões sobre o etnocentrismo acriano? Por isso buscou-se dar voz aos principais autores ateístas em âmbito mundial (MINOIS, 2014) e pátrio (SILVA, 2020, 2022): essa dissertação é também parte da *minha* história, do meu *currículo* propriamente dito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, observou-se o currículo como um elemento central na disputa de poder dentro do tabuleiro educacional. Seja na periferia, onde quadras poliesportivas (ou a escola em si) ficam fechadas por meses, ou no próprio Instituto São José, que está no centro do poder político da cidade: nesses ambientes o currículo confessional é vivido e experimentado na perspectiva religiosa. Não é mais o catolicismo ultramontano radical, mas ainda é um lugar onde todo estudante reza antes de estudar, num caso, sofre numa sala quente no outro.

O mito da laicidade, tão presente aqui, defendido inclusive em relação aos documentos legais curriculares, denota igualmente tais manifestações de poder, prescrito ou não. A imposição de um currículo repetitivo, especialmente no que concerne ao ensino propriamente da história cristã, denota o conservadorismo latente da sociedade local. Não é o modo indígena de viver, o modo original, o modo perseguido o foco aqui, nem o ateuista, excluído por natureza. Como descolonizar a história do Acre quando seu currículo silencia totalmente algumas vozes (ateuistas) e gentilmente outras (silvícolas, afrodescendentes, sem religião, e outros)?

Ibonam, diferentemente dos adultos é colocado na pose para fotografia deitado no chão, inferiorizado aos pés do seu “dono” benemérito o advogado Hugo Carneiro, futuro governador do Acre (1927/1930). A imagem nos convida de imediato a fazer alusão a representação de Ibonam como sendo a de um cão de estimação. Sua condição humana parece ser ainda algo distante, que somente seria atingida pela tutela constante, obediência no seu “protetor” e a consecução do pagamento de sua indianidade ao longo da vida. Mas jamais seria um *branco* – no máximo um *caboclo* – e em tempo algum deixaria de ser lembrado pelos outros de que era índio. (SILVA, 2020, p.163, grifos do autor)

Na discussão acerca dos currículos (sobre)vividos, tentou-se observar a distância entre as mais altas cúpulas do poder (legislativo, judiciário, executivo), até o cotidiano escolar, como um colega bem me lembrou ao saber desta pesquisa: “Felipe, você deve pisar no chão da escola”. Assim, é na Ação Direta de Constitucionalidade sobre o ensino confessional ser constitucional que essa história realmente começa, é validado. É na Base Nacional Curricular Comum e outros que é reproduzido, e é nos discursos de ódio existente país afora que é experimentado.

É no ensino confessional que se propalada a “Teoria Criacionista”, tanto no currículo quanto nos livros didáticos. O Novo Ensino Médio é outro exemplo de como a escrita da história vem sendo atacada: Marx talvez perorasse - se vivo - sobre a ‘Miséria da História’. Ou

Thompson ao escrever a Miséria da Teoria (criacionista?), tivesse em mente que há alguma razão para se ensinar a mitologia cristã no currículo de história quanto no de religião repetidamente como algo didático.

Os estudos elencados por Minois (2014) denotam que afastados de ‘dogmas’ religiosos, populares rapidamente perdem a o sentimento religioso: isso é liberdade. Não se deseja aqui excluir as religiosidades do currículo de história e religião: somente se discutir como isso está sendo vivenciado (e financiado) dentro do ambiente escolar. Sob que ótica, e como isto está sendo imposto, pois acaba no elo final de toda cadeia ao qual o presente trabalho se destina: o estudante, o futuro cidadão, aquele que, segundo o currículo acriano deverá entender sobre a ‘verdade das escrituras’; e também tantas e quantas reformas cristãs a igreja do ocidente realizou.

[...] A escola é uma das instituições sociais da modernidade que continua existindo entre nós, nestes tempos pós-modernos. Instituição que ainda goza de prestígio social, se comparada com outras instituições modernas, como o manicômio e a prisão, cada vez mais contestados e defrontados com propostas imediatas de extinção ou reforma radical. Ainda não se imagina a possibilidade de uma sociedade sem escola, da mesma forma que achamos possível vivermos sem manicômios. Como é característica das instituições sociais, a escola, quase sempre, nos aparece naturalizada, como se sempre tivesse existido, como se não fosse uma criação social e histórica recente, como se não fosse pensável o seu desaparecimento. **Ao mesmo tempo, vozes de todos os lugares da sociedade enunciam a crise da escola e, como também é comum na história das instituições modernas, propõem a sua urgente e necessária reforma.** (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 233-234, grifo nosso)

Na metáfora do espelho rachado de uma criada, Joyce, tecendo elucubrações imagéticas sobre a imagem mental de uma criada refletida em seu espelho rachado, talvez dissesse, em linhas gerais, que nossa realidade é como a da criada, e o currículo reflete algo que está desfigurado por tais apagamentos *arreligiosos* (as rachaduras no currículo) de forte olor colonial. No sentir dos trabalhos levados a cabo acerca do tema em discussão, evidenciou-se que tais distorções, de caráter colonial (a religião que chegou nas caravelas), encrava fortemente suas raízes nos currículos atualmente.

A teoria criacionista no currículo de história e religião, se torna, assim, a lembrança perene desta mácula, representando a miséria da teoria curricular confessional que sepulta o ateísmo num túmulo. Junto de Marx, Hipátia, Giordano Bruno, Turin e tantos outros, incógnitos. Perseguidos por *quem* eram e o que *pregavam*... E é por isso que em cada eleição observa-se na sociedade pulularem as mensagens de “Deus *vult*”, ou “deus quer”. É a verdade

das escrituras, é a verdade curricular confessional. O currículo está a serviço do divino, para uma obra de perpetuação das raízes mais coloniais que existem: o cristianismo da Terra de Vera Cruz. Assim, observar toda essa ‘repetição’ de conteúdo confessional nos currículos é deveras preocupante.

Tantas reformas religiosas denotam apenas de que aquilo que o brasileiro pensa ao ver alguma notícia acerca de nova reforma tributária, nova reforma da previdência, ou seja, uma sucessão de mudanças para que o sistema permaneça igual. Neste exemplo, o currículo é o fundamento, a base sobre a qual a sociedade se erige: bases demasiadamente cristãs. Não vejo como mera coincidência o antigo presidente, algures citado no presente estudo, tenha sido eleito com os dizeres fascistas “deus, pátria, família e liberdade”.

Assim, ao longo de seus 65 anos de existência, inúmeras mentes foram preparadas (ou doutrinadas?) no instituto São José, para ocupar, posteriormente os espaços ao redor, os espaços de poder: a hora da reza perpetuada. Num mundo ideal, onde pesquisa fosse de fato fomentada, uma fonte valiosa de estudo certamente seriam o acervo histórico educacional desses institutos confessionais. Contudo, seja pela sociedade, seja pela *status quo*, tais institutos se veem protegidos (e, neste caso, financiados) pelo poder estatal, numa lógica que impinge os preconceitos e apagamentos aqui discutidos.

Face a tamanho silenciamento, visou-se um produto que seja condigno de trazer aos ambientes propriamente mais excludentes, no que tange às demais formas de religiosidades, material para mitigar tal silenciamento/apagamento que se constrói não apenas na esfera curricular, mas historicamente. Para que os estudantes, assim como este pesquisador, possam ser capazes de escrever sua própria história *arreligiosa*.

Neste íterim, agradecer ao fim e ao cabo a oportunidade do profhitoria por trazer a história de uma parte inviabilizada da existência ateísta acriana, conforme discutido no presente trabalho. É chegada a hora de se retirar do túmulo da história o ateísmo através de uma reforma curricular ampla e laicizante da educação, pois, emprestando-se a reflexão da Dra. Tânia Mara, integrante deste profhitoria, quem atribui poder ao currículo é o *status quo* vigente, ignorando, amiúde, para quem este deveria se destinar de fato: docentes e discentes.

[...] paradigmas das políticas neoliberais, a Universidade e o currículo constituem-se em importantes instrumentos do Estado para reproduzir e transformar valores, dificultando, não sem contradições, a instituição de uma reforma curricular, uma vez que esta **resultar tanto de atos de participação como de omissão ou imposição**. Caberia, pois, na gestão de currículos a conciliação de modo equitativo das convergências e divergências das propostas de formação que expressem os interesses do Estado, da Universidade e daqueles que moldam o currículo na prática -

Aqui, ressalte-se, após análise dos documentos das escolas estudadas, que assim como a constituição, a UFAC, bem como a literatura sobre o tema, evidenciou-se um apagamento curricular do ateísmo generalizado que, conforme já abordado nos capítulos anteriores, só aparece enquanto reflexo de princípios mais gerais, como o da laicidade. O “**eu não quero ser evangelizado**” do *verdadeiro* líder ateísta – se houvesse - Roberto Silva. Enquanto cristãos tem até bancada para chamar de *sua* no congresso nacional, nós, *ateístas*, necessitamos recorrer ao judiciário - poder coercitivo estatal por excelência -, nas admoestações do Ministério Público acriano (o mesmo que nos requisitou bíblias) ou de dissertações algures e dos poucos escritos dedicados ao tema. Seria o século XXI o início da aurora ateísta?

Em relação a Roberto Silva, em depoimento prestado às (sic!) fls. 37/38, afirmou ter realizado o ato de queimar a Bíblia fora isolado, ou seja, por conta própria, sem a conivência ou interferência de terceiros. Disse que apenas cientificou ao organizador do evento Felipe Zanon que iria queimar um exemplar da Bíblia, em forma de protesto contra o "**fundamentalismo religioso vigente na sociedade**", de modo que este não se opôs, **mas lhe asseverou das possíveis consequências**. (Autos judiciais n. 0005845-84.2015.8.01.0001)

Por isso, na proposta de intervenção, aventou-se utilizar um evento temporal e coetâneo, dentro da própria territorialidade do estudante, algo que prenda sua atenção, para que ele conheça outras formas de ver o mundo através de eventos próximos da sua realidade. Ao mostrar a importância (inclusive nacional) de algo ocorrido em lugares com os quais este tem contato, tornam o aprendizado parte da vivência estudantil.

O que deveria se efetivar de forma clara é o respeito ao direito de não crer, o que jamais se garantiu expressamente no Brasil. Os cidadãos devem ser livres para terem sua fé naquilo que creem em seu foro, mas não podem jamais ter o poder de impor àqueles que não veem em tal mundo mitológico (cristão, hindu, budista, Katukina, etc.) uma representação da ‘verdade’ ou da ‘realidade’.

Quantos Nietzsches e Einsteins já perdemos na África, na Ásia (onde há o maior número de pessoas consideradas “gênios”), na América do Sul (lugares pobres por seu passado colonial) mundo afora pela fome, desigualdade, desnutrição, violência, etc. E pela ausência de laicidade estatal? Quantos se perderam na espiral do conservadorismo cristão?

O trabalho poderia ter referenciado inúmeros casos de intolerância sofridos por mim, enquanto pesquisador, durante a consecução do presente estudo e relatados a minha orientadora,

mas preferi que este não fosse o foco, posto que se intentou analisar de forma direta aquilo que se delimitou como objeto: a ausência de arreligiosidades no currículo vivido pelos ateístas positivos em solo acriano.

[...] no campo da Educação, na abordagem do espaço escolar, na análise das atividades de ensino, [...] Nesses estudos, o Foucault "caixa de ferramentas" aparece, quase sempre, com o mesmo rosto, aprisionado em um dado momento de seu percurso filosófico, reduzido a alguns de seus livros, de seus textos, a alguns de seus enunciados e conceitos. Nesses estudos prevalece o Michel Foucault historiador do poder, do **poder disciplinar**, o genealogista das técnicas de **adestramento dos corpos**, o filósofo dos processos de sujeição, aquele que mostrou as aproximações entre o **espaço escolar e as formas arquitetônicas e institucionais dos presídios, das casernas, dos conventos e dos manicômios** [...] (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 263)

O currículo confessional, seus nortes e o financiamento público envolvido; o fato de como discentes desconhecem o ateísmo para além da pecha imprimida pelo cristianismo (consoante discutido na proposta de intervenção), foram questões aqui enfrentadas pela perspectiva não apenas decolonial, mas *arreligiosa*, principalmente ateísta positiva. O espaço escolar se torna de fato insano quando não se enxerga qualquer representação, inserção da *sua* visão de mundo. Ateísmo positivo (a negação absoluta de deuses) imprimido ao currículo acriano. Mais uma faceta do que é ser um ateísta que nega a verdade das escrituras no ambiente confessional, o currículo (sobre)vivido. O currículo prisional, militar, eclesiástico e manicomial do contemporâneo diante de nós, revisitados nesta pesquisa e na minha própria existência.

A palavra é poder (a microfísica da palavra, talvez dissesse Foucault). O currículo acontece nas orações diárias presenciadas, no currículo religioso (não laico) vivido na presente pesquisa, no ensino de história, nas teorias criacionistas ainda presentes no CRUA, nas repetitivas reformas, no livro didático deficiente, no próprio derredor dos estudantes, cercados à cada esquina da periferia do Calafate (Edilson Façanha) pelas palavras de Cristo. No Acre, enquanto ateu estudante, professor, ex-militar, "líder ateísta" por imposição midiática, senti o currículo com dor (física, psicológica, etc.). Um currículo violento, em todas as esferas, acadêmicas ou não. Em 07.05.2015, assim resumiu um legislador direitoista pátrio, em discurso proferido na Câmara dos Deputados (um espaço de poder, onde *eles* tem voz e *nós* não):

O responsável por tão nefasto evento, Senhor Felipe Zanon, em seu (sic!) *fanpage* acintosamente como dono da verdade e acima das leis afirma não tolerar qualquer tipo de censura e diz "no dia em que um artista for censurado no palco, seu lugar de direito, seria melhor acabar com toda cultura e toda arte". Como pode um espaço cultural que é o da Universidade ser entregue a um boçal que faz tal afirmação se esquecendo que

vilipendiar símbolo religioso é crime, portanto se sua teoria fosse aplicada de forma analógica (sic!), um artista no palco poderia cometer qualquer tipo de crime em nome de uma absurda ilimitada liberdade artística. Vou representar à Polícia Civil do Estado do Acre [...] **finalizo esse protesto**, lembrando a minha condição de Pastor **pedindo a Deus que ilumine essas mentes com a luz do conhecimento que liberta** e derrame as mais especiais bênçãos dos Céus sobre todo Povos do lindo Estado do Acre. (Autos judiciais n. 0005845-84.2015.8.01.0001, p. 27, grifo nosso)

O poder das palavras, conforme até o Ilustre e ainda deputado Marco Feliciano sabe, se anuncia mesmo em seus silenciamentos, o túmulo da história inscrito no título. Mesmo um pastor conservador e fascista sabe que o conhecimento liberta. Inclusão liberta, o respeito às tradições ateístas, libertará todo um “povo” silenciado.

Os *sem religião*, os que vão arder no inferno, o que tem na negação uma cosmovisão do mundo. *A-theos*. É um fardo, nem sempre notado, mas sentido e vivido no cotidiano da sociedade (acriana ou - por hipótese), alicerçada por um currículo não laico historicamente. A demonização da cultura indígena, da cultura negra, da cultura *arreligiosa*. Da inexistência de tradições ateístas? Embora o pastor Feliciano não entenda nada de liberdade de expressão ou de ateísmo positivo; ou de direitos humanos, este não deixa de ser razão: conhecimento liberta. Sempre nos é dito que a educação é o caminho para o futuro, para inclusão, para uma sociedade melhor.

O currículo como prescrição sustenta místicas importantes em torno da escolarização estatal e da sociedade [...] segundo a qual especialização e controle residem nos governos centrais, nas burocracias educacionais ou na comunidade universitária. Desde que ninguém desmascare esta mística, os dois mundos da "retórica prescritiva" e da "escolarização como prática" poderão coexistir. Ambos os lados se beneficiam desta coexistência pacífica. [...] e as escolas são consideradas "libertadoras" (podendo cavar um bom grau de autonomia, se aceitarem as normas). As prescrições curriculares estabelecem, com isso, certos parâmetros, que podem, no entanto, **ser transgredidos e ocasionalmente ultrapassados se a retórica da prescrição e da administração não for desafiada**. (GOODSON, 1995, p. 68, grifo nosso)

Enquanto os cadernos dos discente em história ou religião não abordarem seriamente tais silenciamentos aqui debatidos, retirando-se o ateísmo do túmulo da história, será apenas mais um trabalho vão e a região norte será ambiente fértil para propagação de igrejas, tornando-o, ao final desta pesquisa, segundo o IBGE¹², o estado com maior concentração de igrejas no Brasil. Buscou-se apontar o evidente para qualquer ateu: o ateísmo é aquele quadro, perdido em alguma página do CRUA, da BNCC, absorvidos pelos "sem religião", sendo apenas

¹² Segundo o IBGE, em censo realizado em 2022, o Acre lidera a proporção de igreja por habitante, sendo que existem atualmente cerca de 584 igrejas para cada 100 mil habitantes.

relevante enquanto associado a religião que nega e pouca importância tem para *sua* existência.

Na repetição curricular de conteúdos sobre a chegada dos portugueses que ocorre nos sétimos anos, depois novamente no segundo ano do ensino médio, e está presente no currículo religioso, através do ensino de dogmas católicos. *Sola Scriptura*. Reformas e contrarreformas religiosas que mantêm tudo inalterado, obrigando os historiadores a ‘justificar aquele tempo pretérito onde as relações sociais eram diferentes’. Será mesmo? Na visão ateísta aqui impressa, o controle confessional (político, econômico, social, etc.) ainda predominam no âmbito educacional.

O diálogo sobre a Conversão do Gentio começa com exposição de desolação dos personagens com a conversão do indígena em face dos seus costumes. Gonçalo Alvarez diz: “**são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão tão encarniçados em matar e comer, que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar, pregar a estes, é pregar em deserto** [...] Matheus nogueira responde que, se os indígenas tivessem rei, poderiam se converter ou se adorassem alguma coisa. Mas, como não sabem no que devem crer, não entendem a pregação do Evangelho, “[...] pois ela se funda em fazer crer e adorar um só Deus, e a esse só servir; e como este gentio não adora nada, nem crê nada, tudo o que lhe dizeis se fica nada” [...] (SILVA, 2022, p. 87, grifo nosso)

Indígenas não tem rei, ateístas não tem líderes. Por fim, enquanto a sociedade ignorar o direito, as tradições, a existência destes invisibilizados, seja no currículo confessional, seja na justiça, seja no cotidiano escolar, falhará em propiciar uma formação curricular decolonial que atenda de fato à formação de uma sociedade plural, (ar)religiosamente diversa, onde os ateístas tenham também sua história contada sem que seja, para isso, necessário se queimar uma bíblia e que não sejam os diversos elementos curriculares integrantes do sepultamento ateísta na história acriana. A escrita de uma história curricular decolonial se faz, portanto, ao escrevê-la.

FONTES

A³ - Associação de Ateus e Agnósticos do Acre. **Debate: Deus Existe? ENA/AC 2016.** Youtube, 06 de junho de 2016. Disponível em: **<HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=UKA9HAJG1EU&T=8S>**. Acesso em: 31.05.2023.

Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
Acesso em: 30 de maio 2023.

ACRE. **8ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Rio Branco.** Promoção Ministerial. Autos n. 0005845-84.2015.8.01.0001. Marcos A. Galina. Promotor de Justiça. 28.10.2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discursos e notas taquigráficas:** Transcrição das notas taquigráficas: Sessão extraordinária de 07/05/2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30.05.2023.

BRASIL. Lei 7.716 de 5 janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm.

Currículo de Referência Único do Acre. Ensino Fundamental. Secretaria Estadual de Educação do Acre. Rio Branco-Acre, 2018.

Currículo de Referência Único do Acre. Ensino Médio. Secretaria Estadual de Educação do Acre. Rio Branco-Acre, 2021.

Histórico da BNCC. BRASIL. s.d. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico#:~:text=%C3%89%20institu%C3%ADdo%20em%202008%20e,ensino%20fundamental%20e%20ensino%20m%C3%A9dio> Acesso em: 30.05.2023.

DUVIVIER, G. **GREG NEWS | AMAN.** Youtube, 8 de maio de 2023. Acesso em 30.05.2023.

FULGÊNCIO, C. **MPT investiga empresa por suspeita de trabalho escravo no AC.** G1. Rio Branco. 21/03/2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/03/mpt->

[investiga-empresa-por-suspeita-de-trabalho-escravo-no-ac.html](#). Acesso em 23.07.2024.

MADEIRO, Carlos. **Universitário queima Bíblia em encontro de ateus na Ufac e gera protestos.** Universo online (UOL). Maceió. 08/05/2015. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/05/08/universitario-queima-biblia-em-encontro-de-ateus-na-ufac-e-gera-protestos.htm>. Acesso em: 20.07.2024.

Nascimento. Aline. **Após jovem queimar Bíblia, padre divulga carta aberta sobre ato no Acre.** G1. Rio Branco. 11/05/2015. Disponível em <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/apos-jovem-queimar-biblia-padre-divulga-carta-aberta-sobre-ato-no-acre.html>. Acesso em: 23.07.2024.

Redação ac24horas. **Jovem fuma folha da bíblia sagrada.** Ac24horas. Rio Branco. 07/05/2015. Disponível em: <https://ac24horas.com/2015/05/07/no-acre-jovem-fuma-folha-da-biblia-sagrada-e-publica-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 20.07.2024.

Redação ac24horas. **Bíblia Sagrada é queimada em sarau da UFAC e reitor suspende atividades culturais.** Ac24horas. Rio Branco. 06/05/2015. Disponível em: <https://ac24horas.com/2015/05/06/biblia-sagrada-e-queimada-em-sarau-da-ufac-e-reitor-suspende-atividades-culturais/>. Acesso em: 23.07.2024.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. **Alguma poesia**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- APPLE, M. W. A política de conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- BONHOEFFER, D. **Resistência e submissão**. Cartas e anotações escritas na prisão. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2015.
- CERTEAU, M. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes de Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAUÍ, M. de S. **Repressão Sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DAWKINS, R. **O gene egoísta**. São Paulo: EDUSP, 1979.
- DOSSE, F. **A História em Migalhas**. Dos “Annales à “Nova História”. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- DARNTON, R. **História da Leitura**. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História – novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- FERNANDES, A. C. **Araribá mais História**. São Paulo: Editora Moderna, 2018.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogy of indignation**. Boulder, Colorado: Paradigm: 2004.
- FREITAS, I. **Histórias do Ensino de História no Brasil**. 2. Vol. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- GABRIEL, C. Currículo de História in: FERREIRA, M.D.M, e OLVEIRA, M.N,D (orgs.) **Dicionário de Ensino de História**: Rio de Janeiro, FGV, 2019. pg. 72-78.
- GINZBURG, C. **O fio e os rastros: o verdadeiro, o falso e o fictício**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História**. 2ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1995.

- HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KHOURY, Y. M. A.; et al. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1980.
- KROKOSZ, M. **Outras palavras sobre autoria e plágio**. São Paulo: Altas, 2015.
- LACOSTE, J., **Dicionário Crítico de Teologia**. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Paulinas, 2004.
- MACHADO, T. M. R. **A Revisão Curricular do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre (1996-2005): relações de poder e resistência (tese de doutorado)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP, p. 115-116. 2010.
- MARTON, S. Nietzsche: O Filósofo da Suspeita. **I Curso Livre de Humanidades**. São Paulo: USP, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. Tradução José Barata Moura. Lisboa: AVANTE, 1997.
- MATOS, O. C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.
- MEIHY, J. C. S. B. et al. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MINOIS, G. **A história do ateísmo**. São Paulo: UNESP, 2014.
- NADAI, E. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História. São Paulo. 1993.
- NASCIMENTO, A. M. A., JUNIOR A. G. C. A. et. al. (orgs.). **Metodologia e ferramentas da história ensinada**. Curitiba: CRV, 2022.
- NIETZSCHE, F. W. **Assim Falava Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1991.
- NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio, Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.
- NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa [livro eletrônico]**. São Paulo: Pólen, 2020.
- PACHECO, A. S. (2013). **Cosmologias afroindígenas na Amazônia Marajoara**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados De História, nº 44, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.
- QUIJANO, A. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10091>. Acesso em: 28 dez. 2022.

RICOUER, P. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1995.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

SILVA, F. B. **Acre, Formas de Olhar e de Narrar: natureza e história nas ausências**. Rio Branco: Nepan, 2020.

SILVA, R. **A História do Ateísmo no Brasil**. Paco Editorial, 2020.

SILVA, R. **Espectros do Ateísmo; construções de uma alteridade antagônica na história do Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

SILVA, R. F. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosacnaify, 2011.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOCANTINS, L. **Formação Histórica do Acre**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade Federal de Brasília, 1992.

WALSH, C. (2009). Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In V. M. Candau (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras.

WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In C. Walsh (Org.) **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir** (Tomo I; pp. 23-68). Quito: Adicione Abya-Yala.

ANEXOS

Apêndice A – Escolas objeto de visitação e da proposta pedagógica



(Foto histórica da escola, a fonte não soube precisar a data)



(Foto atual. Na imagem, no topo do prédio, observa-se que a Santa foi a única coisa que resistiu ao tempo)

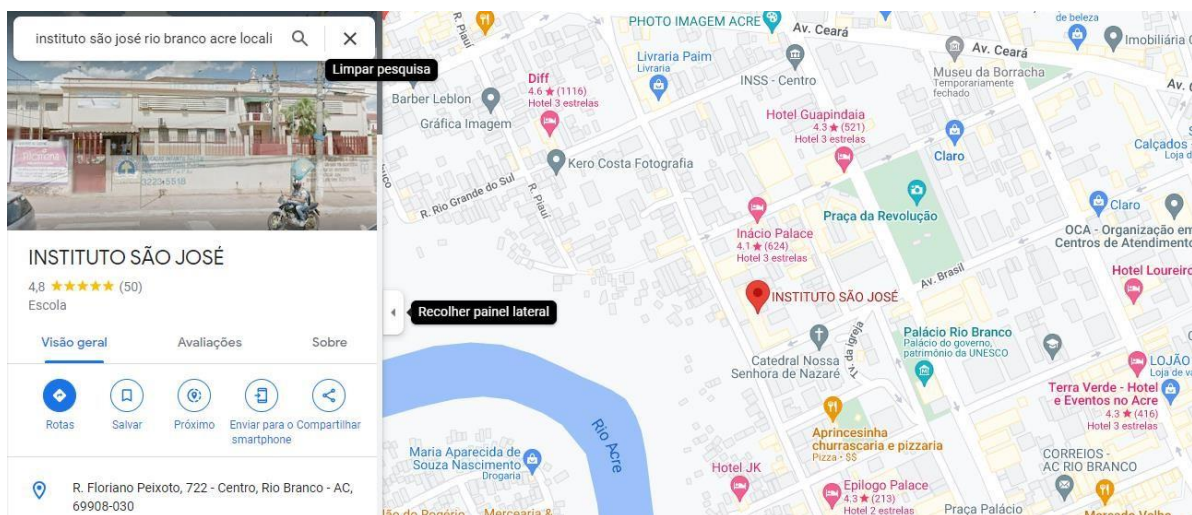
Fonte: <https://institutosaojoseac.wordpress.com/2013/04/30/aniversario-de-55-anos-de-fundacao-do-instituto-sao-jose/>. Acesso em 31.05.2023.

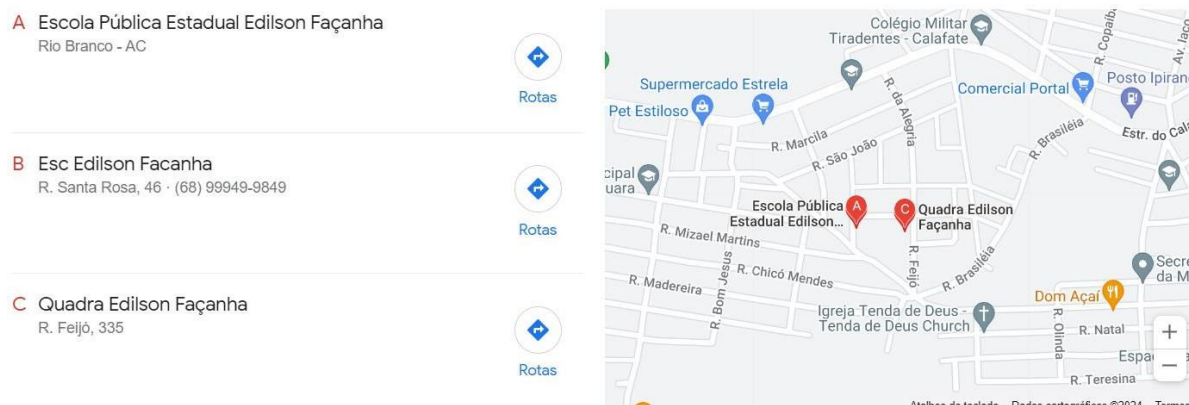
Localização: Rua Floriano Peixoto, 722 - Centro, Rio Branco - AC, 69908-030.



(Foto da entrada da Escola Edilson Façanha)

Apêndice B – Mapa de localização das Escolas Instituto São José e Edilson Façanha em Rio Branco – Acre.





FONTE: Google Maps (Note-se, aqui, que o colégio está rodeado de ‘centros de poder’ estatais e religiosos, ficando poucos metros distante de onde de fato se iniciou a cidade de Rio Branco, enquanto a segunda escola, está bem distante de tais locais que sequer aparecem no mapa).

Apêndice C – INSTRUÇÃO PARA A REDAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL EDILSON FAÇANHA

Neste processo educacional, de ensinar cidadania a jovens mentes, foram utilizadas inúmeras músicas, poesias e, claro, livros didáticos, *internet*, quadro, debates, data show, etc., e minha voz humana (estou quase afônico). Contudo, ressaltou-se a importância da escrita: pois a escrita da história se faz assim, com papel e caneta à mão, há séculos. Então, vamos lá, discentes!

Conforme nossos encontros realizados entre 04/10/2023 até a presente data, este docente relatou estar pesquisando acerca das religiosidades presentes nos currículos de história e religião do ensino básico no Acre. Em especial, o domínio da vertente cristã e as questões que isso traz para nossa localidade que originalmente não tinha esta religião.

O bairro onde fica a escola, por exemplo, somente nas principais ruas, conta com mais de 10 igrejas cristãs (protestante e católica) e isso é um reflexo histórico da colonização cristã estudada durante o ano eletivo. No currículo de história e religião, o respeito a todos os credos é fundamental, embora silencie quase absolutamente em relação aos ateístas (que não são uma religião).

O tema religiosidades é tão importante na esfera educacional que chegou a ser tema do **Exame Nacional do Ensino Médio em 2016**, um ano depois da “Queima da Bíblia” em Rio Branco, no qual a presente atividade se inspira. Assim, escreva uma redação, com base nos

textos abaixo, analisando a questão do preconceito religioso, tão presente em nosso país.

O texto definitivo deve ser escrito à tinta de **CANETA**, na folha própria, de 15 a 30 linhas.

Receberá nota **ZERO**, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

1. Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”.

2. **Fugir ao tema, for MERA CÓPIA dos textos e não apresentar uma discussão que aborde a herança histórica da cristã no Brasil (CAPÍTULO 16, página 180 - JESUÍTAS NA AMÉRICA PORTUGUESA do livro didático).**

3. Apresentar palavras/expressões que **desrespeitem os direitos humanos (palavrões, argumentos considerados RACISTAS, etc.)**.

4. Apresentar o texto (redação) deliberadamente desconectada do **tema proposto** (não conseguir associar os **TEXTOS MOTIVADORES** com a REALIDADE SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTUDANTE).

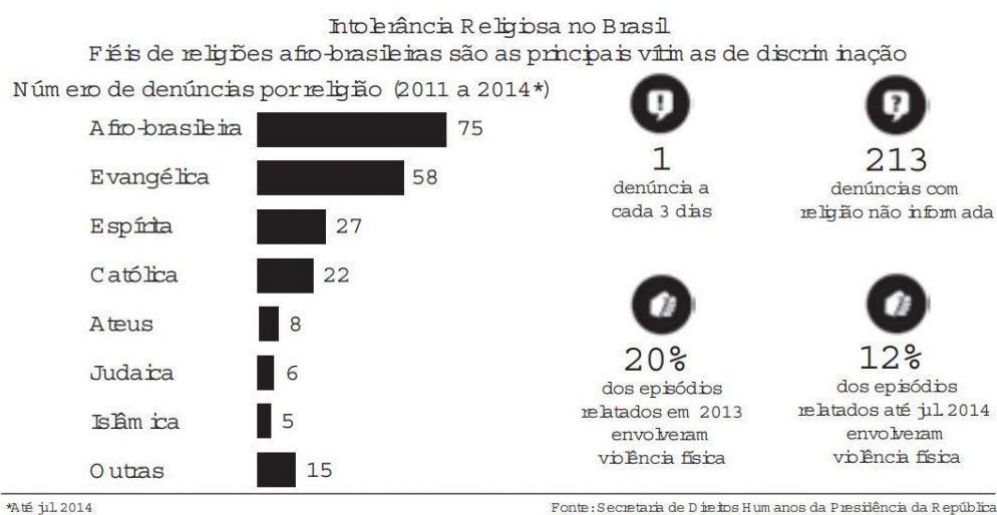
TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I – O padre Máximo Lombardi, da Igreja Católica de Rio Branco, se pronunciou sobre o ato do jovem Roberto Oliveira da Silva, de 29 anos, que queimou uma Bíblia durante um sarau na Universidade Federal do Acre (Ufac) no último dia 30 de abril (2015). Em carta aberta publicada no Facebook, o padre conta que **respeita e admira a ousadia do jovem**, mas que a Bíblia é um instrumento de **paz, amor e respeito**. A Bíblia foi queimada durante um dos shows do 4º Encontro Nacional de Ateus, realizado no campus da Ufac. Após o episódio, a universidade decidiu suspender a realização de eventos no campus (adaptado). Disponível em <https://encurtador.com.br/oqvC5>, acesso em 04.10.2023.

TEXTO II: **O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.** STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. Jornal do Senado. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento). Apesar da pressão sofrida pelos ateístas durante a realização, pela primeira vez na história do Acre, de seu evento próprio, para além da queima da bíblia, ninguém recorda dos dizeres de Roberto Silva: **“EU NÃO QUERO SER EVANGELIZADO”**. O Ministério

Público do Acre, após intervenção da Comissão de Direitos Humanos da OAB/AC, entendeu que o ato se enquadrava dentro da liberdade de expressão, que é direito fundamental de todo cidadão brasileiro.

TEXTO III - Art. 1º Serão **punidos**, na forma desta Lei, os crimes resultantes de **discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional**. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97) (trecho). Os ateus estão entre os grupos que mais sofrem preconceito no Brasil, senão vejamos:



TEXTO IV – A poesia a seguir, de autoria do prof. Felipe, traz elementos do português (gênero literário), das artes, geografia e da história. Conforme estudado no capítulo 16 (Jesuítas na Américas Portuguesa), o poema traz elementos de desrespeito a religiosidade indígena. Enquanto não respeitarmos os diversos de credos, mesmo aqueles que em nada creem (ateus, agnósticos, etc.), não encontraremos uma sociedade pacificada, e realmente igual para todos. E neste processo, quem sofre é a nossa selva amazônica, o jardim dos silvícolas!

EU
U3
EU(S)COLA(R)
Ensino é colar?
Colar é de índio?
Ou é cocar?
Sei lá!
A selva sai
Pro pasto entrar
E tome calor na lata
No Acre, pode sim, desmatar...
O mugido do gado
ADORA
V
O
H
A
I

03:58 ✓✓

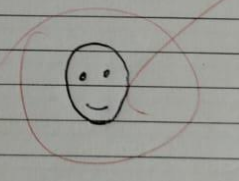
A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo do terceiro e quarto bimestres, das anotações do caderno e das discussões em sala de aula, redija uma **REDAÇÃO** (UTILIZANDO SUAS PRÓPRIA PALAVRAS) em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**CAMINHOS PARA COMBATER O INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ACRE**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos.

Selecione, organize e relacione, de forma **coerente e coesa**, argumentos e **fatos** para defesa de **seu ponto de vista**. **VALOR: 10 PONTOS**.

Apêndice D – Exemplos de produções discentes durante o período da pesquisa.

FOLHA DEFINITIVA

Como Combater o Preconceito Religioso
Intolerância: Uma coisa que ocorre no dia a dia de cada pessoa que tem uma religião diferente. Por exemplo, alguns sabem muita intolerância por que não são a mesma religião de outra pessoa se não quiserem com pessoas tem muita preconceito com a religião de outras pessoas de não ter preconceito com a religião das outras pessoas mas o exemplo de Ulho o professor de história o professor felipe hoje ele falou que era até se por isso uma aluna ficou com raiva ela disse Deu Raiva que não gosta não do professor só por que ele é uma religião o meu pai também é grão gosta de outras religiões e critica muito mas na minha visão para acabar com isso era melhor que fizesse preconceito religioso muito lugares acontece isso jogos de futebol jogos de xadrez e muita outras de jogos de jogo chamado Free Fire e um menino chamado o antes de Atel e Xingar ele com o nome de palavras.



Carla revisão Carla De Alina
7º ano 34/12/2023
'D'

Intolerância Religiosa e suas Causas

A muito tempo, várias pessoas foram vítimas do Intolerância Religiosa, bastantes mortes apenas por acreditar na sua religião, e várias outras vítimas, por outros tipos de preconceito.

O mais importante que precisamos para os dias atuais, é o respeito, não vamos conseguir nada na vida, sem o respeito, onde muitos não tem, o preconceito, como racismo, homofobia, e a Intolerância religiosa, prevalece a séculos, no mundo todo, e podemos ver coisas ruins nos dias atuais.

Devemos respeitar as opiniões de todos, querles de vistas, e até mesmo a religião, sexualidade, etnia, etc., defender alguém por sua religião, sexualidade, raça, não nunca prevalecerá na sua vida e futuro, e sem o respeito, nunca excelerá na vida, todos tem o direito para opinar nas diversas coisas, mas não podemos defender, ou cometer preconceito com religião, sexualidade, etc...

Nome do Aluno: [redacted]
 nº: 04
 7ºC

M. J. B. B.

Adriane

10

o falso "RESPEITO"

Todas nois temos direitos, todas nois temos escolhas diferentes, e temos que respeitar uns aos outros.

Na minha visão sobre a religião, ela é algo "bom", ela pode fazer as pessoas terem mais esperança, ^{MAS} mas todos temos direito em acreditar no que quiser. eu não sou uma pessoa religiosa (não tenho religião), acho que obrigar outras pessoas a acreditar no mesmo que você é mais do que um CRIME.

Já vi várias casas de pessoas que foram montadas apenas por acreditar em coisas diferentes do resto da população. Todas nois somos seres humanos e não há de tudo, o respeito é algo fundamental para uma sociedade com paz.

Queria que sempre fossemos respeitadas por acreditar no que quisermos. Respeitar todas as diferenças em primeiro lugar.

Adriane

La. [redacted] Sofia [redacted] Machado de L. [redacted]. N.º 09 4.º B

*

FOLHA DEFINITIVA

1 A ORDEM RELIGIOSA DOS JESUITAS
2 E RAN PERTOMSEITUDOS OS JESUITAS COLOCA
3 RAM A RELIGIÃO ^{ARFORSA} ^{QUIRTAN} NOS INDIGENAS
4 A FORÇA E REDUÇÕES E OS JESUITAS DES
5 RESPECTOSA COM AS OUTAS RELIGIÃO **AMP**
6 E OS NEGOS E ISSO TEVE UM IMPACTO
7 NA ISTORIA DO BRASIL E POR CALSA DISSO
8 O PRECONHEITO COM OS ATUS E MUITOS RE
9 CENTES NO BRASIL E NO MUNDO TOTOR
10 E OS DIREITO E QUIEME E AU FENDE
11 AS PESSOA E NÃO PODE ^{DESEMPREITO} DIREITO AS
12 RELIGIAN E QUIEME E FALTA DE RES
13 PEITO E EDUCASAN E AS PERCOBEITO **GA**
14 COM OS NEGOS E AS RELIGIÃO DE LES
15 E OS JESUITAS ES CARVISADOS PELOS
16 JESUITAS E ASSIMOS E TAMOEI E QUIEME

XIA
E' RESPETI DOS DAS RELIGIÃO

RK... CAG... S... CA... N° 21 73
Referem C

10

DABUER Bdo

O PRECONCEITO RELIGIOSO

O preconceito Religioso pode ser combatido. **SIM!!!**

Maiz isso Nm precisa ser preciso, maiz Existe pessoas hipocritas que tem preconceito com a Religião do "PRÓXIMO".

Existem Várias Religiões que podem ser seguidas, cada um tem a liberdade de ser o que quiser, maiz toda em tem que Respeitar o próximo, lu sempre veja pessoas sendo desprezadas por seguir uma Religião, isso é doloroso de ver, a hipocrisia é vista in qualques lugares.

608

cada um tem direito que fazer o que gostar e que tem direito, ninguém é obrigado a seguir a mesma religião. Alguns são perseguidos por seguir tomnhos diferentes e cultura diferente, ou seguir Religião diferente. Maiz isso é muito desnecessário. Ninguém Ensinar o Respeito a Essas pessoas!! DIGA NÃO. AO PRECONCEITO RELIGIOSO.

W. B. B. B.

Ra... Emb... 21...
 N°18
 77

ASOPEI

10

O tema "RESPEITO"

Todos nós temos direitos, todos nós temos escolhas diferentes, e temos que respeitar uns aos outros.

Na minha visão sobre a religião, ela é algo "bom", ela pode fazer as pessoas terem mais esperança, ^{MAS} todos têm direito em acreditar no que quiserem. Eu não sou uma pessoa religiosa (não tenho religião), acho que obrigar outras pessoas a acreditar no mesmo que você é mais do que um CRIME.

Já vi várias casas de pessoas que foram mortas apenas por acreditar em coisas diferentes do resto da população, todos nós somos seres humanos apesar de tudo, o respeito é algo fundamental para uma sociedade com paz.

Queria que sempre fôssemos respeitadas por acreditar no que quisermos.

Respeitar todas as diferenças em primeiro lugar.

Carla

La [redacted] Sofia [redacted] de L [redacted]. N° 09 4°B

FOLHA DEFINITIVA

As religiões dos indígenas antigamente não era tão respeitadas por conta das suas tradições, e práticas eles eram condenados por conta do seu modo de vida, e também por conta das suas religiões.

Os jesuítos eles tentavam praticar as indígenas contra as explorações e interesses em fazê-los de escravos e também de maltrataremⁿⁱ eles mais os indígenas tentavam resistir a tudo que tanta acontecia no qual momentos.

Houve uma época que teve desentendimentos entre os jesuítos e os colonos por os colonos queriam a população indígena, mais os colonos só queriam os indígenas para escravizá-los, já os jesuítos foram atrás de tenta fazê-los eles serem "bons cristãos".

Teve uma época que capitais da Bahia no ano de 1562 e também o ano de 1563 foi o ano que marcaram muitos indígenas eles marcaram por conta da varíola.

Eu nem posso imaginar como os indígenas sofriam muito, teve um conflito entre jesuítos e os colonos mais o conteúdo do conteúdo por conta de terem procurado a expulsão dos religiosos em o ano de 1654, e também teve a revolta das Beckmas.

Em o ano de 1686 teve a revolta dos jesuítos mais os conflitos ainda continuaram até a expulsão definitiva no ano de 1759, e foi isso ficou espere que goste, e sempre respeitaram a religiões de cada um e nunca manguei de cor ou rago de alguém a religiões isso e crime e ninguém nunca passar por isso.

Nome: Mariana Rodrigues Alves Número: 20

Turma: 7º ano A

Turma: Tardi

FOLHA DEFINITIVA

1 A ORDEM RELIGIOSA DOS JESUITAS
2 E RAN PERTOMSEITUDOS OS JESUITAS COLOCA
3 RAM A RELIGIÃO ^{ARFORSA} ^{QUINTAN} NOS INDIGENAS
4 A FORÇA E REDUÇÕES E OS JESUITAS DES
5 RESPECTOSA COM AS OUTAS RELIGIÃO IMP
6 E OS NEGOS E ISSO TEVE UM IMPACTO
7 NA ISTORIA DO BRASIL E POR CALSA DISSO
8 O PRECONSEITO COM OS ATUS E MUITOS RE
9 CENTES NO BRASIL E NO MUNDO TOTOR
10 E OS DIREITO E QUIEME E AU FENDE
11 AS PESSOA E NÃO PODE QUERREITO AS
12 RELIGIAN E QUIEME E FALTA DE RES
13 PEITO E EDUCARSA E AS PERCOBEITO
14 COM OS NEGOS E AS RELIGIÃO DE LES
15 E OS JESUITAS ES CARVIDADOS PELOS
JESUITAS E ASSIMOS E TAMOEI E QUIEME

XIA

E' RESPETI DOSSAS RELIGIÃO

RK. CAG. S. CA. 50 N° 21 73
Referem C

10

O PRECONCEITO RELIGIOSO.

O preconceito Religioso pode ser combatido. **SIM!!!!**

Mas isso não precisa ser preciso. Mas
 Existe pessoas hipócritas que tem preconceito
 com a Religião do "PRÓXIMO".

Existem Varias Religiões que podem ser seguidas.
 Cada um tem a liberdade de ser o que quiser.
 Mas cada um tem que Respeitar o próximo.
 Ele sempre veja pessoas sendo desprezadas
 por seguir uma Religião. Isso é delatar-se
 de ser a hipocrisia e visto em qualquer
 lugar.

Cada um tem direito que fazer o que gostar
 e que tem direito. Ninguém é obrigado
 a seguir a mesma Religião. Alguns são
 perseguidos por seguir tomintões diferentes
 a cultura de serem em seguir Religião
 diferentes. Mas isso é muito desnecessário.
 Nenhum Enxina o Respeito a Enas
 pessoas!! **DIGA NÃO. AO PRECONCEITO RELIGI-
 OSO.**

W. - Bon

Ra. [redacted] Em [redacted] 20 [redacted]
 Nº 18
 77

Como Combater o Preconceito Religioso

Intolerância: uma coisa que ocorre no dia a dia de cada pessoa que tem uma religião diferente. Por exemplo, alguns sabem muito intolerância por que não são a mesma religião de outra pessoa. Se você falar com pessoas tem muito preconceito com a religião de outras pessoas. Eu não tenho preconceito com a religião das outras pessoas, mas um exemplo de tolerância em profissões de história e profissões felipe hoje ele falou que era até se por isso uma religião ficou com raiva. Ela disse Deu Raiva que não gosta mais de profissões. Se por que ele é uma religião e meu pai também e grão gosta de outras religião e critica muito mas na minha visão para acabar com isso era prender quem fizesse preconceito religioso muito lugares acabou isso jogos de futebol jogos alibre e muita outra eu jogo no jogo chamado Free Kick e no minuto chamar ~~o~~ o outro de atlet e xingar ele com o nome de palavrões.



Cláudia religião Carolina de Almeida

XB Niob 34/12/2023

"B"

Intolerância Religiosa e suas Causas.

A muito tempo, várias pessoas foram vítimas do Intolerância Religiosa, bastantes mortes apenas por acreditar na sua religião, e várias outras vítimas, por outros tipos de preconceito.

A coisa mais importante que precisamos para os dias atuais, é o respeito, não vamos conseguir nada na vida, sem o respeito, onde muitos não tem, o preconceito, como racismo, homofobia, e a Intolerância religiosa, prevalece a séculos, no mundo todo, e podemos ver coisas ruins nos dias atuais.

Devemos respeitar as opiniões de todos, querles de vistas, e até mesmo a religião, sexualidade, etnia, etc., defender alguém por sua religião, sexualidade, raça, não nunca prevalecerá na sua vida e futuro, e sem o respeito, nunca evoluirá na vida, todos temos direito para opinar nas diversas coisas, mas não podemos defender, ou cometer preconceito com religião, sexualidade, etc...

Depto da Saúde
nº: 04
70C

M. J. Baw

FOLHA DEFINITIVA

10

Combate a intolerância religiosa no Acre

Todos nós devemos ter respeito e compreensão por todos os que são de uma religião ou os que não tem religião, muitas pessoas falam mal da religião de alguém e a pessoa em vez de fazer um balanço de consciência ou algo do tipo a pessoa fica calada e quando alguém se queixa da, se a pessoa tem essa atitude e fizesse algo, já teria ~~mesmo~~ preconceito no Acre ou de Brasil.

Coisas que podem acabar com o preconceito na por conta da liberdade da Pessoa.

- NÃO JULGAR A PESSOA POR CONTA DA SUA CRENÇA.
- E AS PESSOAS NÃO FORÇAREM OUTRA PESSOA SERVIR A SUA RELIGIÃO.
- E ALGUMAS FAMILIAR NÃO ACEITAREM A RELIGIÃO DE ALGUM FAMILIAR.

Então são algumas das coisas que podemos fazer para acabar com a máxima de relig.

~~~~~ " " " ~~~~~

Eu já presenciava essa desagradável sensação. Uma vez estava indo para a igreja e passei por algumas pessoas, e eles começaram a rir na minha cara não sabia o motivo mas eles não começaram a fazer eu entender, Eles falaram que a religião deles é muito melhor do que a minha, a sensação é horrível, e não quero que ninguém passe por isso.

~~preconceito~~  
Racismo por conta da religião é crime!!!

Priscila Torres Oliveira  
no: 16  
Turma: 7º b.

*Parabéns*

O caminho para combater a intolerância religiosa não pode ser muito simples, cada mundo tem sua religião, evangélica, católica, umbanda e etc. Sobre o Roberto Siqueira, que queimou a Bíblia, ele era um ateu e essa religião é contra deus. Por que, por que eles não gostam de deuses e uma religião famosa, e ficou mais popular depois de acontecer a queima da Bíblia no evento de ateu no campo da UNFA.

BFBLIA

A intolerância religiosa é crime e fere a dignidade. Igual os outros eles foram obrigados a sentir o que eles praticam, pessoas eram machucadas e eram como uma espina não era nada mas alguns foram por outras religiões como: católica, umbanda, e outras outras religiões.

Todas essas religiões como: cristã, católica, e umbanda. Perseguiu esse indígena e obrigaram eles perseguiu esses pobres pessoas eram perseguidas e isso aconteceu na colonização do Brasil.

nome: Madureira, Daniel N° 14: 140F

FOLHA DEFINITIVA

Caminhas Para combater a intolerância religiosa No Acre

Para combater a intolerância religiosa no Acre, muitas pessoas devem respeitar a religião dos outros(a), muitas pessoas não sabem respeitar a religião. muitas vezes as pessoas são agrissas ou com palavras machucam alguém por causa de sua tal religião. Cristãos, católicos, ateus e evangélicos muitas vezes não são respeitadas, as contrarias dos são julgadas.

Conforme passe os dias esse problema ou essa intolerância deve acabar as pessoas os seres humanos devem começar a respeitar e ter educação e religião do outro, não porque que ele ou ela é deus que eu vou julgar mais deve respeitá-lo, fazendo essa ação outras pessoas iram ver e também vão aprender a respeitar as religião.

Difícil a intolerância religiosa no Acre está deficit de si dos, mais com firme as pessoas buscam a respeitar, ter amor próprio isso se acabara a intolerância vai ser + uma de um passado ruim. Então intolerância A Deus!

Santh... .. Acre;

22

Turma: 7º F

"Caminhos para combater a intolerância religiosa no Acre."

No art 1, Lei numero 7.716/90 é dito que "geram punição na forma desta lei, os crimes resultantes de Discriminação ou preconceito de raça, cor, Etnia, Religião" (Lei foi feita em 5 de Janeiro de 1989) Por mais que essa lei exista a um bom tempo, muitas e muitas pessoas acabam não respeitadas ela, a quebrado muitas vezes.

Muitas delas e contra religiões e acabam sendo "intolerância religiosa" (Quando uma pessoa não "tolera" a religião da outra) Existem algumas religiões que acreditam em muitas coisas Deus, como os Evangelistas que tem como principal grupo Deus, então todos Deus pensam a religião do outro, mas um que se obrigatório, como no Acre que tem varias religiões como os "Jupin" e Marias quebras tribes.

Em minha opinião todos devem respeitar as religiões e combater a intolerância religiosa" intolerância no Acre.

Yan [redacted] Nº-25  
708

FOLHA DEFINITIVA

O principal caminho para combater a intolerância religiosa tanto no Acre quanto no Brasil é principalmente entender e respeitar os ~~opiniões~~ opiniões de outras pessoas diferente da sua, e não brigar/brigas e muito menos fugir pessoas que não seguem a mesma religião que a sua.

A sociedade Acriana/brasileira é incrivelmente preconceituosa quando se refere a cor, raça, religião, etnia etc, e também por simplesmente não acreditar ou não ter a mesma opinião que você tem em relação a religião dela. No Acre por exemplo, na UFAC alguns fizeram uma reunião, e nela um professor de geologia (Roberto Silva) queimou uma Bíblia enquanto dizia "Eu não quero ser evangelizado" e isso mostra o que os cristãos fazem com ateus.

Alise Emanuely de Almeida Farias : 7-E-11142183

Caminhos Para combater a  
Intolerância Religiosa No Acre.

Primeira a gente devia começar a  
Respeitar a religião por que a primeira a gente  
Não pode Fica xingando Não pode JZGAR  
Porque Para combater a Intolerância tem  
que lutar lá atrás dos direitos Para  
com isso Porque a religião é uma coisa  
que não pode xingar FICA FALANDO coisa  
que não teve a religião é coisa do  
Deus e a maioria das pessoas fazem  
Preconceito eles brincam com isso antes  
te FAZA ALGO Pensar Bem por que depois  
pode ser arrependido Porque a religião  
é coisa séria tem que respeitar por que  
com coisa do Deus não se brinca a  
gente tem que respeitar por que as pessoas  
AS NÃO RESPEITA A religião um do outro  
FALA um monte de coisa XINGAM e etc  
por que as pessoas FALAM um monte  
de coisa tem que respeitar com a  
religião um do outro e PESSO.

Fim

Buena Vitória Campos da Souza Saraiva 16/7/2011



FOLHA DEFINITIVA

O Intencionalismo que ocorre no Acre

É comum que as pessoas tenham opiniões diferentes, mas muitos acabam esquecendo o respeito, mesmo esse respeito sendo ensinado em sua religião, geralmente colocando sua religião como o centro de tudo, definindo o que é certo ou errado, e impondo sua devida religião na vida e crença de outros. O preconceito religioso já existe entre nós há séculos atrás, como na época do Brasil colônia, quando os indígenas foram obrigados a seguir um padrão de vida fora da realidade deles tendo que adorar ao mesmo e somente Deus que os Jesuítas acreditavam, estes que, desde quando invadiram o território deles, tomaram completamente a liberdade de escolha e expressão, exatamente o que acontece nos dias de hoje. No Acre, muitas vezes a intolerância religiosa acontece apenas por conta do desrespeito.

Andréia Silva P., 7ª A

11-30